

CHARISMA CRISTINA ALVES TOMÉ BELO

**Economia criativa no cárcere feminino: um laboratório para
produção de material didático (vídeo) em EAD**

Recife

2014



Universidade Federal Rural de Pernambuco
Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Gestão em Educação a Distância

**Economia criativa no cárcere feminino: um laboratório para
produção de material didático (vídeo) em EAD**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Gestão em Educação a Distância como exigência parcial à obtenção do título de Mestre em Tecnologia e Gestão em Educação a Distância.

**Área de Concentração: Gestão e produção
de conteúdos para a Educação a distância**

**Orientador(a): Prof.(a) Dr.(a) Isabela Andrade de
Morais**

Recife

2014

Ficha catalográfica

B452e Belo, Charisma Cristina Alves Tomé
Economia criativa no cárcere feminino: um laboratório
para produção de material didático (vídeo) em EAD /
Charisma Cristina Alves Tomé Belo. - Recife, 2014.
125 f. : il.

Orientadora: Isabela Andrade de Moraes.

Dissertação (Mestrado Profissional em Tecnologia e
Gestão em Educação a Distância) – Universidade Federal
Rural de Pernambuco, Unidade Acadêmica de Educação a
Distância e Tecnologia, Recife, 2014.

Inclui referências, anexo(s) e apêndice(s).

1. Cárcere feminino 2. Colônia Penal Feminina do Recife
3. Educação a distância (EAD) 4. Economia criativa
5. Inclusão social I. Moraes, Isabela Andrade de, orientadora
II. Título

CDD 371.394422

Universidade Federal Rural de Pernambuco
Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Gestão em Educação a Distância

**Economia criativa no cárcere feminino: um laboratório para
produção de material didático (vídeo) em EAD**

CHARISMA CRISTINA ALVES TOMÉ BELO

Dissertação julgada adequada para
obtenção do título de Mestre em
Tecnologia e Gestão em Educação a
Distância, defendida e aprovada por
unanimidade em 05/09/2014 pela Banca
Examinadora.

Orientadora:

Profª. Drª. Isabela Andrade de Moraes
Departamento de Turismo/UFPE

Banca Examinadora:

Profª. Drª. Juliana Bastos Diniz
Membro Interno – Unidade de Educação a distância e Tecnologia/UFRPE

Prof. Dr. José de Lima Albuquerque
Membro Interno – Unidade de Educação a distância e Tecnologia/UFRPE

Profª. Drª. Tatiane Gomes Guedes
Membro Externo – Departamento de Enfermagem/UFPE

*Dedico este trabalho à minha AMADA filha **Charisminha**, pingo de gente que Deus me presenteou e fez brotar em meu ventre logo após o início do Mestrado. Hoje, com um ano e meio de vida para assistir à minha conquista. Que no futuro ela compreenda o motivo de minha ausência na luta para realizar esse sonho!*

AGRADECIMENTOS

A Deus, Meu Fiel Protetor, Ele bem sabe de toda a minha luta para a execução e conclusão deste trabalho.

À minha pequenina filha Charisminha, razão de minha força para continuar a caminhada da vida e luz que ilumina a minha face com o seu sorriso.

Ao meu marido André, grande amor, companheiro paciente que me incentiva na conquista de meus sonhos.

À minha sogra Sônia, amigona que sempre me ajudou e agora mais do que nunca, cuida de nosso tesouro, do amor maior de nossas vidas e me incentiva nas minhas conquistas.

Ao meu pai guerreiro, amado, velho Tomé, fortaleza e exemplo que quero seguir para driblar os obstáculos da vida.

À minha amada mãe Bambã, frágil, mas que tem no peito muito amor para me dar, dela herdei o gosto pela escrita e leitura.

Aos meus irmãos e sobrinha Yasmim que tanto amo, mesmo com os desencontros da vida.

À Magnífica Reitora da UFRPE, Dr^a Maria José de Sena, pela força e compreensão para comigo.

Aos amigos, em especial a Maria José e Sueli Lima, à Josemar Neves, anjo bom e professores que me incentivaram e acreditaram em mim para conseguir esse ideal, especialmente à minha orientadora Isabela Moraes, pela paciência comigo.

Aos agentes de segurança penitenciária da CPFRR, demais companheiros do Sistema, guerreiros nessa tão árdua missão e a todas as pessoas envolvidas no contexto de humanização do Sistema Prisional.

Às reeducandas da CPFRR que participaram das oficinas de artesanato, especialmente à Jussara, pois levou adiante o seu sonho que é o nosso objetivo: a ressocialização das apenadas.

Aos coronéis da RRPMPPE Clinton Paiva e Figner Cambuim, que me compreenderam na consecução de meu objetivo.

E finalmente, ao coronel PMPE Romero Ribeiro, grande gestor, que me oportunizou voltar a esse universo feminino por acreditar em meu desempenho profissional e tanto valoriza a educação.

RESUMO

Esta pesquisa busca analisar as contribuições que a economia criativa pode trazer para a mulher que está recolhida no cárcere, tendo como ambiente objeto de estudo a Colônia Penal Feminina do Recife (CPFR), unidade prisional da capital pernambucana de regime fechado e que abriga 936 presas provisórias. Para alcançar tal objetivo, procurou-se centrar essa pesquisa na execução de oficinas de aprendizagem de artesanato, tendo como personagem multiplicador de conhecimento a própria detenta e público alvo, as companheiras que também estão encarceradas. Essas oficinas foram filmadas com o passo a passo da produção de artesanato e o material didático (vídeo) resultante dessas oficinas, através da Educação a Distância, poderá ser divulgado em outros espaços prisionais do país, bem como abrir portas após a consecução de sua liberdade através dos fundamentos da economia criativa que contribuirá para a sua ressocialização. Nesse contexto, apresenta-se, também, as relações que a mulher enquanto criminosa estabelece com o mundo ímpar e limitador de sua liberdade bem como com o mundo exterior que faz parte, afastada do convívio familiar e das relações sociais que ao longo de sua vida criou. Muitas alegam vários motivos para adentrarem no mundo do crime: amor, amizade, vontade própria, necessidade financeira. Nesta perspectiva, apresenta-se a realidade atual da Colônia Penal Feminina do Recife (CPFR), os aspectos que envolvem a superlotação nesse universo feminino, a educação como forma de ressocialização, a dinâmica de um presídio repleto de nuances. Os dados coletados na pesquisa de campo e documental, além do arcabouço teórico sobre o tema, fundamentaram as análises construídas no decorrer do trabalho, apontando para a existência de um cenário intrigante, desafiador para os atores que o compõem. Dessa forma, apresenta-se a mulher como autora de delitos, responsável por seus atos, mesmo que se considere vítima das questões sociais e a possibilidade de recomeço por meio da educação que gera trabalho e pode ser feita na modalidade a distância, mesmo na condição de presidiária.

Palavras-chave: Cárcere feminino; Colônia Penal Feminina do Recife; Educação a distância (EAD); Economia criativa; Inclusão Social.

ABSTRACT

This research seeks to analyze the contributions that the creative economy can bring to the woman who is taken in prison, having as object of study environment to Penal Colony Women's Reef (CPFR), the capital of Pernambuco prison unit closed system and that houses 936 arrested provisional. To achieve this goal, we tried to focus this research on the implementation of an apprenticeship craft, with the multiplier character of knowledge itself inmate and audience, her companions who are also incarcerated. These workshops were filmed with step by step production of crafts and educational materials (video) resulting from these workshops, through distance education, will be released in other prisons in the country areas, as well as open doors after attaining his freedom through the basics of creative economy that will contribute to their rehabilitation. In this context, too, it presents the relationships of women as criminal states with odd world and limiting their freedom as well as with the outside world part, away from family and social relationships throughout his life created. Many claim various reasons for venturing into the world of crime: love, friendship, self-will, financial need. In this perspective, presents the reality of the current Penal Colony Women's Reef (CPFR) aspects involving overcrowding in female universe, education as a form of rehabilitation, the dynamics of a prison full of nuances. The data collected in the field research and documentary, besides the theoretical framework on the subject, founded the analyzes constructed in the course of work, pointing to the existence of an intriguing scenario, challenging for the actors that compose it. Thus, it presents the woman as author of crimes, responsible for their actions, even if that be the victim of social issues and the possibility of resumption through education that creates work and can be done in the distance, in the same condition the inmate.

Keywords: Women's Prison; Penal colony Women of Recife; Distance Learning (ODL); Creative economy; Social Inclusion.

LISTA DE SIGLAS

ABED	Associação Brasileira de Educação a Distância
AD DIPER	Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco
ASP	Agente de Segurança Penitenciária
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPCP	Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária
CPB	Código Penal Brasileiro
CPF B	Colônia Penal Feminina de Buíque
CPFR	Colônia Penal Feminina do Recife
DEPEN	Departamento Penitenciário Nacional
EAD	Educação a distância
EC	Economia Criativa
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENADE	Exame nacional de Desenvolvimento dos Estudantes
ENCCEJA	Exame Nacional para certificação de Jovens e Adultos
EUA	Estados Unidos da América
FENEARTE	Feira Nacional de Negócios do Artesanato
FUNDARPE	Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de PE
FUNDEB	Fundo de manutenção de Desenvolvimento de Educação Básica e de valorização do profissional da Educação
GEQP	Gerência de Educação e Qualificação Profissionalizante
GOS	Gerência de Operações de Segurança
HCTP	Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico
IFPE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
IUB	Instituto Universal Brasileiro
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LEP	Lei de Execução Penal
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MINC	Ministério da Cultura
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PE	Pernambuco
PET	Politereftalato de etileno
PIB	Produto interno bruto
PMPE	Polícia Militar de Pernambuco

PNAMPE	Política Nacional de Atenção às Mulheres em situação de Privação de Liberdade e egressas do Sistema Prisional brasileiro	PNC	Plano Nacional de Cultura
PNDH	Plano Nacional de Direitos Humanos		
PNE	Plano Nacional de Educação		
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento		
RDD	Regime Disciplinar Diferenciado		
SDEC	Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Criativo		
SDH	Secretaria de Direitos Humanos		
SEC	Secretaria da Economia Criativa		
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e inclusão		
SEDE	Secretaria de Educação e Esportes		
SEDS DH	Secretaria de Desenvolvimento social e Direitos Humanos		
SEED	Secretaria de Educação a Distância		
SERES	Secretaria Executiva de Ressocialização		
TIC	Tecnologia da Informação e comunicação		
UAB	Universidade Aberta do Brasil		
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco		
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco		
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento		
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura		
UP	Unidade prisional		

LISTA DE FIGURAS

Figura 01- Celas construídas (treliches).....	26
Figura 02- Grupo berçário.....	27
Figura 03- Detentas trabalhando na INDAPOL.....	28
Figura 04- Sala de aula da Escola Olga Benário.....	29
Figura 05- Carta de aceite do Congresso na França.....	30
Figura 06- Filme Porque Temos Esperança.....	39
Figura 07- Projeto Livres para Parir.....	43
Figura 08- Audiência pública sobre o trabalho no Sistema Prisional.....	48
Figura 09- Feira de Conhecimento da Escola Olga Benário.....	53
Figura 10- Setores Criativos.....	68
Figura 11- Escopo dos Setores Criativos Ministério da Cultura.....	68
Figura 12- Percepções da Economia Criativa.....	69
Figura 13- A economia criativa e os princípios norteadores.....	70
Figura 14- Vetores e eixos de atuação da economia criativa.....	76
Figura 15- Logo PE Criativo.....	77
Figura 16- Eixos de atuação do PE Criativo.....	77
Figura 17- Objetivos do PE Criativo.....	78
Figura 18- Metas estratégicas da nova economia.....	78
Figura 19- Bandeira do Brasil bordada pelas detentas.....	81
Figura 20- Vitrine da Loja Corbeluxe no Olinda Shopping.....	82
Figura 21- Loja Corbeluxe do Olinda Shopping.....	82
Figura 22- Loja de artesanatos produzidos nos presídios de PE.....	83
Figuras 23 e 24- Oficina de bordado russo.....	90
Figura 25 - Alunas do curso bordado russo com a apresentadora Sabrina Sato.....	91
Figura 26- Oficina de garrafa PET.....	92
Figura 27- Árvore de Natal de garrafa PET.....	93
Figuras 28 e 29- Oficina de rosa de sabonete.....	94
Figuras 30 e 31- Oficina de almofadas de coração.....	95
Figuras 32 e 33- Oficina de flor de sabonete.....	97

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01- Grau de escolaridade das detentas da CPFR.....	36
Gráfico 02- Situação econômica das presidiárias.....	36
Gráfico 03- Raça predominante da população carcerária.....	37
Gráfico 04- Faixa etária das detentas.....	37
Gráfico 05- Orientação sexual.....	38
Gráfico 06- Quantidade de alunas estudando X população carcerária.....	52
Gráfico 07- Percentual das respostas do questionário 1	99
Gráfico 08- Percentual das respostas do questionário 2.....	100

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
Capítulo 1 - Criminalidade feminina	18
1.1. Breve histórico sobre a criminalidade feminina	18
1.2. Perspectivas atuais sobre a criminalidade feminina	21
1.3. História da Colônia Penal Feminina do Recife- CPFR	24
1.3.1. Estrutura física da unidade prisional	266
1.3.2. Atividades de ressocialização no interior do cárcere: trabalho, educação, Projeto de extensão- Departamento de enfermagem da UFPE.....	28
1.3.3. A rotina prisional e os agentes penitenciários.....	300
Capítulo 2- O perfil da mulher na Colônia Penal Feminina do Recife- CPFR	355
2.1 . Escolaridade, situação econômica, raça e faixa etária das detentas da CPFR	366
2.2. A sexualidade e o Sistema Penitenciário	38
2.3. Maternidade no cárcere	39
2.3.1 “O Projeto Livres para parir”	422
2.4. Tipos de crimes e reincidência	444
2.5. A ressocialização através do trabalho e do estudo	466
Capítulo 3 – Práticas pedagógicas no cárcere feminino	499
3.1. Educação na prisão	499
3.2. A educação regular ofertada na CPFR	511
3.3. Amparo legal da EAD no Brasil	533
3.4. Definição e importância da Educação a distância (EAD)	566
3.5. Aspectos históricos da EAD no mundo como modalidade de ensino aprendizagem	577
3.5.1. Contexto histórico da EAD no Brasil	599
3.6. Cenário atual: EAD rompendo fronteiras, distâncias e paradigmas	622
3.7. EAD no cárcere: previsão legal	644
Capítulo 4- Economia criativa como forma de inclusão social e sustentabilidade pós- cárcere	66
4.1. Conceito de economia criativa	6666
4.2. Princípios norteadores da economia criativa	69
4.2.1 Diversidade cultural	700
4.2.2. Sustentabilidade	700
4.2.3. Inovação	711
4.2.4. Inclusão social	72
4.3. Marco histórico da economia criativa	72
4.3.1. Criação da Secretaria da Economia Criativa	73
4.3.2. Missão da SEC.....	74
4.3.3. Visão da SEC	7474
4.3.4. Objetivos da SEC	74
4.3.5. Estrutura organizacional e competências da SEC	76
4.4. O Programa Pernambuco Criativo	77
4.5. Economia Criativa no cárcere feminino: fonte de renda, ressocialização e reinserção social	800
Capítulo 5-Procedimentos metodológicos aplicada, descrição das oficinas, coleta e análise de dados	86
5.1. Caracterização da pesquisa	86

5.2. Caracterização espacial e temporal da pesquisa.....	87
5.3. Público alvo e amostra.....	88
5.4. Descrição das oficinas de artesanato	88
5.4.1. Oficina de Bordado russo	89
5.4.2. Oficina de Garrafa PET	92
5.4.3. Oficina de Rosa de sabonete	93
5.4.4. Oficina de Almofadas de coração.....	95
5.4.5. Oficina de flor de tecido	96
5.5. Coleta de dados	97
5.4. Análise de dados do questionário	98
Capítulo 6- Produtos e resultados esperados	Erro! Indicador não definido. 01
CONSIDERAÇÕES FINAIS	10202
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	10404
APÊNDICE A- Questionário 1 aplicado às participantes das oficinas.....	114
APÊNDICE B- Questionário 2 aplicado às Não participantes das oficinas.....	115
ANEXO A - Termo de autorização de uso da imagem e voz	11916
ANEXO B- MAPA DE TOTALIDADE DE 13 DE MAIO DE 2014	11717
ANEXO C- TELECURSO 2000- Notícia.....	119
ANEXO D- IFPE - Notícia - cursos a distância superam os presenciais em indicadores de qualidade do e-Mec.....	122
ANEXO E- Curso de PEDAGOGIA a distância em penitenciária de SP- reportagem.....	124

INTRODUÇÃO

A pesquisa científica em tela tem como objeto inserir a metodologia de educação a distância - EAD no cárcere feminino, uma vez que essa modalidade de ensino aprendizagem tem previsão legal para ser ofertada à essa população privada de liberdade.

Considerando as condições em que a EAD pode acontecer, principalmente em relação à separação geográfica entre professores e alunos, verifica-se a possibilidade de ocorrer no interior do cárcere, afastando a distância física, de modo a não ser um fator prejudicial ao aprendizado.

Nesse contexto, aliado ao conceito de economia criativa, a pesquisa buscou realizar oficinas de artesanato entre as mulheres encarceradas da Colônia Penal Feminina do Recife, de modo a analisar as contribuições trazidas para essa população e a perspectiva de inclusão social.

Ademais, foram realizadas produção de vídeos, a partir das oficinas desenvolvidas entre elas e para elas, tendo-se assim, um material didático que poderá ser divulgado junto a outros públicos de unidades prisionais do Estado de Pernambuco e até mesmo do país, favorecendo a qualificação profissional dessas detentas.

As pesquisas sobre criminalidade feminina têm aumentado consideravelmente no Brasil, mas a literatura ainda carece de maiores escritos sobre o tema, até porque nenhuma delas foi capaz de esclarecer a verdadeira causa propulsora da mulher no crime.

Buscam-se razões diversas, criminalistas como Lombroso e Ferrero (1896) defendem a questão biológica como principal causadora de delitos tipicamente femininos, como aborto, infanticídio, subrepresentando a mulher, associando até mesmo a prostituição à criminalidade.

Durkheim (2002) apresentou fatores de natureza sociológica para situar a mulher no mundo do crime, tendo em vista que a mesma começou a participar da vida social, saindo do espaço privado para o público. Precisou lutar pela sobrevivência da prole, correr riscos.

O crescimento da criminalidade feminina aconteceu de maneira vertiginosa, mas nada comparado à criminalidade masculina. Talvez pelo princípio do patriarcado que

condicionou o homem à caça enquanto à mulher restou a condição de mãe e esposa (MURARO, 2007).

Todavia, com as transformações sociais e com as guerras mundiais, a mulher ingressa na vida profissional pública abrindo espaços para o que, no futuro, se afirmaria como conquistas reais de cidadania.

O feminismo, enquanto movimento social teve papel fundamental na luta pela inserção da mulher no domínio público e na conquista do reconhecimento do espaço privado como também um espaço político.

Paralelamente aos direitos adquiridos pelas mulheres, tem-se um aumento do crime praticado pelo universo feminino, tendo em vista que a condição de igualdade buscada por essa luta culminou na falta de liberdade, na prisão, na necessidade de se afirmar não apenas como submissa dos caprichos masculinos, mas sim também, como autora da própria história, dos próprios desejos, mesmo que para isso fosse de encontro à lei, às regras da sociedade, desestabilizando a harmonia social, em virtude de seu envolvimento com a criminalidade e violência.

A autora convive com essa realidade há 12 anos, pois exerce a função de agente de segurança penitenciária, e no ano de 2009 já traçou o perfil da mulher no cárcere, quando escreveu a monografia intitulada “Um Olhar sobre a Colônia Penal Feminina do Recife: dinâmica e compreensão do perfil da mulher no cárcere”.

Portanto, voltar a pesquisar esse universo, atualizando dados no intuito de focar numa atividade para essas mulheres que necessitam de qualificação profissional e esperança de recomeço, utilizando um bem que todas possuem e às vezes desconhecem: a sua criatividade.

No espaço do cárcere, existe a possibilidade de ressocialização com um enfoque humanista da pena, servindo esta como um instrumento para a inserção social do autor de um crime.

O castigo ou a pena é, por assim dizer, mostrado como um meio para que o autor de um crime possa se encontrar em sintonia com os mandamentos da sociedade, tratando-se de uma necessidade de prevenção social do crime a fim de evitar novos delitos que por ventura o autor do fato criminoso possa delinquir (SILVA, 2006, p. 131).

Nesse contexto, o **problema da pesquisa** reside em analisar se a economia criativa, por meio da expressão de produção de artesanato é viável de ser aplicada

no cárcere feminino, utilizando o material didático (vídeos) produzidos como ferramenta da educação a distância, propiciando qualificação profissional dessas detentas e possível reinserção no mercado de trabalho.

O **objetivo geral** da presente pesquisa é produzir vídeos, como mecanismo de multiplicação de oficinas de economia criativa a fim de promover a qualificação profissional da mulher criminosa.

Os **objetivos específicos** têm como fundamento:

- Propiciar o aprendizado de um ofício a essas mulheres encarceradas e que adiante poderá ser fonte de sustento financeiro;
- Produzir vídeos das oficinas de artesanato com a finalidade de multiplicar conhecimento através da EAD;
- Contribuir para a sustentabilidade e inclusão social pós cárcere.

Neste íterim, no primeiro capítulo é traçada a história e atualidade da delinquência feminina, trazendo à pesquisa o pensamento de criminólogos que se interessaram por tão impicante tema, como Lombroso, Ferrero, Lemos de Brito, Cândido Mendes, Vitório Canepa, Espinoza que muito contribuíram para percorrer o caminho que conduz a mulher ao crime.

No segundo capítulo, o foco é a descrição do cárcere feminino da Colônia Penal Feminina do Recife, traçando o perfil da população carcerária que está abrigada nesse presídio.

No terceiro capítulo, aborda-se a educação a distância, fundamentos e evolução histórica bem como a legislação pertinente que a insere no universo do cárcere. Diferente da educação presencial, a sua implementação requer a vitória de grandes desafios, tais como: alcance em terras longínquas, idade avançada, deficiência física, falta de tempo devido à rotina de trabalho, entre outros fatores.

Destacam-se as palavras de Piva Jr. (2011, p. 01), que afirma: “a educação, além de sua natural complexidade, com a introdução de tecnologias de informação e comunicação (TICs) vem, já há muito tempo, sofrendo profundas transformações”.

Segundo dados do Ministério da Educação - MEC¹, o crescimento da Educação a Distância no país tem ocorrido em ritmo acelerado, de modo que

¹Folha Dirigida. Educação a distância. Dados comprovam forte ritmo de expansão da EAD. Disponível em <http://ead.folhadirigida.com.br/?p=2029>. Acesso em 21 de novembro de 2012.

atualmente, um em cada cinco alunos de graduação no país está frequentando um curso na modalidade prevista no art. 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB.

Com relação ao Sistema Prisional, há previsão legal dessa modalidade de ensino no art. 126, § 2º da Lei federal nº 12.433/2011 que prevê que o “condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena. As atividades de estudo a que se refere o § 1º deste artigo poderão ser desenvolvidas de forma presencial ou por metodologia de ensino a distância e deverão ser certificadas pelas autoridades educacionais competentes dos cursos frequentados”.

No quarto capítulo será abordado o recente tema introduzido no país através da criação da Secretaria da Economia Criativa em 2011, ligada ao Ministério da Cultura (MINC), cujos fundamentos são a inclusão social, sustentabilidade e diversidade cultural brasileira, que pretendem liderar a formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas para um novo desenvolvimento, um Brasil Criativo (BRASIL, MINC, SEC, 2011).

Embasada a presente pesquisa nesses fundamentos, nada melhor do que utilizar a criatividade de mulheres privadas de liberdade a fim de elevar a sua autoestima, possibilitar o aprendizado de alguma forma de artesanato que possa lhe garantir um sustento financeiro quando se libertar da prisão.

No quinto capítulo apresenta-se a metodologia utilizada na pesquisa de natureza exploratória, por meio de revisão de literatura bibliográfica, com utilização de legislação, artigos científicos, monografias, dissertações e livros que contenham o referencial teórico, além de pesquisa de campo com a realização de 05 (cinco) oficinas de artesanato entre as detentas.

Foi realizada a análise de resultados com a descrição das etapas da pesquisa, tratando dos seguintes tópicos: coleta e análise de dados e posterior aplicação de questionário tanto para o público alvo (detentas participantes) sobre o aprendizado apreendido quanto para um público não participante dessas oficinas a fim de descrever sua percepção do vídeo, o conteúdo abordado, bem como o tempo empregado, com o registro da impressão das detentas sobre esse material didático.

No sexto capítulo é apresentado o produto final da pesquisa, ou seja, os vídeos produzidos a partir das oficinas realizadas que tiveram as seguintes temáticas:

oficina de garrafa pet, oficina de bordado russo, oficina de rosas de sabonete, oficina de flor de tecido e oficina de almofadas de coração.

Os resultados esperados, além da divulgação na rede EAD da Universidade Federal Rural de Pernambuco-UFRPE bem como a disseminação para outras unidades prisionais do país, objetiva a qualificação profissional dessas mulheres que um dia se envolveram no mundo do crime.

Capítulo 1 - Criminalidade feminina

O capítulo em tela traz algumas teorias, dados históricos e estatísticos a respeito da criminalidade feminina no país. A fim de situar o leitor nesse contexto, um breve histórico abordará o que os estudiosos ressaltam sobre a criminalidade feminina e sua importância no seio social.

A população carcerária feminina no Brasil aumentou 256% entre os anos 2000 e 2012, como informou o diretor do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), Augusto Rossini, órgão vinculado ao Ministério da Justiça².

Em Pernambuco, o quadro não é diferente, apontando números que nos últimos sete anos quadruplicaram. Como exemplo, temos o universo da presente pesquisa, a Colônia Penal Feminina do Recife (CPFR), que em junho de 2002 contava com 179 presas e no mês de maio de 2014, com 936 reclusas que aguardam o julgamento de seus processos criminais. A estrutura física, a rotina das detentas e dos agentes penitenciários também serão abordadas nesta seção.

1.1. Breve histórico sobre a criminalidade feminina

Em todo o mundo, a criminalidade feminina permanece bem inferior à masculina, mesmo ocupando a mulher maior espaço na sociedade e competindo economicamente de igual modo ao homem na luta pela sobrevivência para Lombroso e Ferrero (1896, apud ALVES, 1998, p. 259).

Desde o século passado, Lombroso e Ferrero tratavam em seus escritos da delinquência feminina, porém condicionando o referido evento a fatores de natureza biológica, sociológica e psicológica. Tais fatores serviam para justificar

“cientificamente” a subrepresentação das mulheres na população prisional e a sua superrepresentação no inventário dos “típicos delitos femininos”. Os estudos criminológicos realizados residiam na noção de que os estados fisiológicos femininos puberdade, menstruação, gravidez e menopausa alteravam sensivelmente o estado psicológico da mulher, provocando assim delitos em razão de sua agressividade e irritabilidade extremadas. Exemplos desses delitos eram o aborto, o infanticídio e o

² Portal EBC. Disponível em <http://www.etc.com.br/noticias/brasil/2013/07/numero-de-presidarias-mais-que-duplicou-em-2012-segundo-depen>. Acesso em 19 de fevereiro de 2014.

abandono de incapaz. Resta evidente a clássica missão de a mulher ser apenas a procriadora, principal responsável pela educação dos filhos e mantenedora do ambiente familiar.

Além do mais, o companheiro, o amante ou a rival também seriam vítimas em potencial em face da proximidade com a mulher que se sentia “ameaçada”, usando de dissimulação e empregando principalmente veneno em suas atividades criminais (ALVES, 1998).

Vale salientar que Lombroso e Ferrero (1896, apud ALVES, 1998) associavam à prostituição a criminalidade típica das mulheres. Se fossem desmascaradas todas aquelas que praticavam tal ato, a criminalidade feminina seria equiparada à masculina, segundo pensamento daquela época (SOARES e ILGENFRITZ, 2002).

O cenário dos crimes cometidos pelas mulheres geralmente ocorria em lugares privados e dificilmente eram detectáveis, tendo em vista a natureza das infrações (como o envenenamento, por exemplo) como também as características de suas vítimas (crianças e idosos), segundo Soares e Ilgenfritz (2002, p. 66).

É importante destacar que os trabalhos criminológicos sobre o tema refletiam exclusivamente um ponto de vista masculino. Alguns criminalistas brasileiros bem abordaram essa questão, como Lemos de Brito (1943), Candido Mendes (1928) e Vitório Canepa (1951), seguindo fielmente a teoria lombrosiana.

Observa-se, na obra de Lemos de Brito (1943), uma constante preocupação com a “saúde e a paz sexual dos homens prisioneiros” que estivessem próximos das mulheres presas, já que elas podiam, segundo ele, contribuir para o desenvolvimento de um ambiente de “depravação sexual” nos presídios. Em seu estudo denominado “A questão sexual nas prisões”, Lemos de Brito (1943) se posiciona diante dessa “problemática” nos seguintes termos:

Entre nós a situação é tão triste que as mulheres condenadas vivem num compartimento sórdido aos fundos da Casa de Detenção. (...) há notícia de sentenciadas que aparecem grávidas após vários tempos de reclusão no famoso presídio da rua Frei Caneca (LEMOS DE BRITO, 1943, s. p. in SOARES E ILGENFRITIZ).

Restava evidente, por maiores que fossem as contribuições dadas à literatura nacional sobre o tema, que a mulher era considerada a grande causadora do desequilíbrio e desarmonia nas prisões na época em que não eram separados os prisioneiros quanto ao gênero.

Passadas algumas décadas de estudo sobre a criminalidade feminina no

Brasil, “os dados que tratam desse fenômeno social são poucos e pouco reveladores da real dimensão deste. Escassos são os estudos que tratam da criminalidade feminina em relação à criminalidade geral” (FRINHANI e SOUZA, 2005, p. 61).

De fato, as linhas de abordagem da criminalidade feminina foram desenvolvidas a partir de critérios bioantropológicos e sociais, com maior ou menor destaque dado a cada um deles pelos autores. No resgate dos elementos importantes para a avaliação de um fenômeno criminógeno, os estudiosos se habituaram a assinalar a quase sempre identificável inferioridade física da mulher em comparação com o homem e a eventual incidência de anormalidades psíquicas, muitas vezes associadas às funções sexuais femininas. A condição de subalternidade social da mulher e, num espectro mais amplo, o modo de interação da mulher com o meio em que vive também têm sido utilizados como critérios básicos de estudo.

Segundo Espinoza (2002, p.35), outra estudiosa sobre o assunto, a posição da mulher no cenário da criminalidade é assim retratada:

A imagem da mulher foi construída como sujeito fraco em corpo e em inteligência, produto de falhas genéticas postura na qual se baseia a criminologia positiva quando se ocupa da mulher criminosa. Outra característica que lhe atribuíram foi a inclinação ao mal em face da menor resistência à tentação, além do predomínio da carnalidade em detrimento da espiritualidade. Justificava-se, portanto um patrulhamento mais efetivo pela Igreja e pelo Estado.

Verifica-se, portanto, que em outro momento histórico, à mulher era dada a condição de criminosa por defender a prole ou a de atentar contra vítimas próximas ao espaço privado em que vivia, devido a fatores biopsicológicos. Além do mais, o desejo carnal, retratado fielmente com a prostituição que lhes era própria, seria uma das principais razões para que adentrasse no mundo do crime em face do ambiente em que desempenhava tal papel, cabendo à Igreja a sua punição, antes mesmo de o Estado intervir no seu controle.

Somente com a obra “O Suicídio”, do autor Emile Durkheim (1897) é que fatores sociológicos foram incorporados à reflexão sobre a criminalidade feminina, tendo em vista a importância do papel social da mulher na forma e visibilidade de suas ações criminosas.

Adiante, busca-se verificar o contexto atual da criminalidade feminina bem como o papel exercido por esta mulher criminosa.

1.2. Perspectivas sobre a criminalidade feminina

A mulher tem deixado para trás o estigma de autora de crimes passionais:

aborto, infanticídio ou prostituição, para dar lugar a um modelo competitivo com o homem, participando de roubo, sequestro, tráfico de entorpecentes, homicídios, crimes que exigem tanto a violência física quanto a audácia (OLIVEIRA, 2009).

Na luta pela sobrevivência, inserindo-se mais e mais no mercado de trabalho, a mulher passou a delinquir de tal maneira que mesmo assim não houve grande mudança quantitativa e sim qualitativa em razão dos crimes praticados no passado, geralmente passionais. (...) “Portanto, a conduta delitiva que tem mulheres como sujeito ativo adquiriu uma conotação desvinculada da categoria de gênero para se alinhar no que pode se chamar criminalidade de pobreza” (ESPINOZA, 2004, p. 126-127).

Ainda segundo a autora, na pesquisa³. que realizou, 5,8% das mulheres detentas eram analfabetas e a grande maioria, o equivalente a 76,6% possuíam apenas o ensino fundamental. E muito embora 80% delas estivessem empregadas antes do encarceramento, suas atividades se limitavam ao setor terciário, com destaque para o trabalho de empregada doméstica, e, por conseguinte, auferindo baixos salários, segundo transcrição abaixo:

Atualmente, 7% de todos os presos no Brasil são mulheres, o que corresponde a algo em torno de 36 mil detentas. Há mais de 550 mil pessoas em presídios no país e um déficit de 240 mil vagas, das quais 14 mil são para mulheres. Dados do Ministério da Justiça mostram que o perfil das mulheres presas no Brasil é formado por jovens, dois terços do total têm entre 18 e 34 anos; negras, 45% são pretas ou pardas, de acordo com a nomenclatura do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); responsáveis pelo sustento da família, 14 de cada 15 mulheres; e com baixa escolaridade, 50% têm ensino fundamental incompleto.

(...)

Esse perfil reforça a ideia que as presidiárias são marginalizadas e que, quando retornam à sociedade depois de cumprida a pena, têm dificuldade de se inserir no mercado de trabalho, o que intensifica a reincidência no crime.

Em relação a Pernambuco, na data de 13 de maio de 2014, a população carcerária feminina aproxima-se de 2.000 mulheres, sendo 936 recolhidas na CPFR. Segundo o Relatório do Fluxo Migratório das Unidades Prisionais, datado de 13 de maio de 2014, realizado pela Gerência de Operações de Segurança (GOS) da Secretaria de Ressocialização (SERES), o total de presos em nosso estado é

³Portal EBC. Empresa Brasileira de Comunicação. Disponível em [HTTP://www.etc.com.br/noticias/brasil/2013/07/numero-de-presidiarias-mais-que-duplicou-em-2012segundo-depen](http://www.etc.com.br/noticias/brasil/2013/07/numero-de-presidiarias-mais-que-duplicou-em-2012segundo-depen). Acesso em 19 de fevereiro de 2014.

30.149 assim distribuídos:

- **HOMENS: 28.208;**
- **MULHERES: 1.941.**

Destas, 936 estão na Colônia Penal Feminina do Recife (CPFR), 403 na Colônia Penal Feminina de Buíque (CPFB), 478 na Penitenciária de Abreu e Lima, 25 no Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTP) e 92 nas Gerências Regionais Prisionais e Cadeias Públicas localizadas no interior do estado (MAPA nº 133 /2014-GOS).⁴

Atesta-se, mais uma vez, que a criminalidade feminina tem crescido vertiginosamente, porém, não alcançando mais do que 6% da população carcerária masculina. Uma das razões pode ser explicada segundo o pensamento de Muraro (2007, p. 46) a respeito do universo masculino e feminino, traçando a “substituição do princípio feminino de proteção à vida (solidariedade e partilha) pelo princípio masculino da competição (matar ou morrer) em busca de mais poder e riqueza”.

Talvez aí esteja a grande diferença entre os números sobre a criminalidade, apontando para a predominância do gênero masculino, tendo em vista que ao homem foi consagrado em épocas remotas o dever da caça, da subsistência da família, ou seja, seu papel primordial era o de lutar pelos seus enquanto a mulher cuidava da prole, limitava-se ao ambiente do lar no papel de mãe e de esposa (MURARO, 2007).

Em setembro de 2013 o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), órgão da execução penal ligado ao Ministério da Justiça do Brasil, realizou o II Encontro do Projeto Mulheres, nos dias 03 e 04 de setembro de 2013, na cidade de Brasília-DF, tendo como público alvo as unidades da federação, sociedade civil e todas as áreas finalísticas do DEPEN. O objetivo primordial, do referido encontro, foi a apresentação da minuta da Política Nacional sobre Encarceramento Feminino, visando auxiliar os estados a elaborarem suas políticas estaduais e discussões sobre os seguintes temas: presas estrangeiras, egressas, saúde mental e alternativas penais para mulheres⁵.

Desse evento, resultou a criação da Portaria Interministerial nº 210/14 que institui a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional, e dá outras providências⁶.

⁴ GOS-Gerência de Operações de Segurança da SECRETARIA DE RESSOCIALIZAÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO(SERES) .Mapa diário de totalidade do dia 13 de maio de 2014.

Art. 1º - Fica instituída a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional - Pnampe, com o objetivo de reformular as práticas do sistema prisional brasileiro, contribuindo para a garantia dos direitos das mulheres, nacionais e estrangeiras, previstos nos arts. 10, 14, § 3º, 19, parágrafo único, 77, § 2º, 82, § 1º, 83, §§ 2º e 3º, e 89 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984.

Art. 2º - São diretrizes da Pnampe:

I - prevenção de todos os tipos de violência contra mulheres em situação de privação de liberdade, em cumprimento aos instrumentos nacionais e internacionais ratificados pelo Estado Brasileiro relativos ao tema;

II - fortalecimento da atuação conjunta e articulada de todas as esferas de governo na implementação da Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional; III - fomento à participação das organizações da sociedade civil no controle social desta Política, bem como nos diversos planos, programas, projetos e atividades dela decorrentes;

IV - humanização das condições do cumprimento da pena, garantindo o direito à saúde, educação, alimentação, trabalho, segurança, proteção à maternidade e à infância, lazer, esportes, assistência jurídica, atendimento psicossocial e demais direitos humanos;

V - fomento à adoção de normas e procedimentos adequados às especificidades das mulheres no que tange a gênero, idade, etnia, cor ou raça, sexualidade, orientação sexual, nacionalidade, escolaridade, maternidade, religiosidade, deficiências física e mental e outros aspectos relevantes;

VI - fomento à elaboração de estudos, organização e divulgação de dados, visando à consolidação de informações penitenciárias sob a perspectiva de gênero;

VII - incentivo à formação e capacitação de profissionais vinculados à justiça criminal e ao sistema prisional, por meio da inclusão da temática de gênero e encarceramento feminino na matriz curricular e cursos periódicos;

VIII - incentivo à construção e adaptação de unidades prisionais para o público feminino, exclusivas, regionalizadas e que observem o disposto na Resolução nº 9, de 18 de novembro de 2011, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - CNPCP;

IX - fomento à identificação e monitoramento da condição de presas provisórias, com a implementação de medidas que priorizem seu atendimento jurídico e tramitação processual;

DEPEN. Disponível em <http://portal.mj.gov.br/depen/main.asp?ViewID={71FD341F-0531-4BAB-A567-72586745CB18}¶ms=itemID={8EA1CB51-5CC8-4829-8ADE-DE50DA3};&UIPartUID={2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26}>. Acesso em 19 de fevereiro de 2014.

⁶ Idem. Disponível em <http://portal.mj.gov.br/depen/main.asp?ViewID={65C44FD0-B0F8-40E5-B94A-ED26E4AFC1B5}¶ms=itemID={EFD5113D-8175-42BD-B49D-A0E782DBB9};&UIPartUID={183ACEAD-EEF8-4BD1-9B10-C12459181A73}>. Acesso em 19 de fevereiro de 2014.

X - fomento ao desenvolvimento de ações que visem à assistência às pré-egressas e egressas do sistema prisional, por meio da divulgação, orientação ao acesso às políticas públicas de proteção social, trabalho e renda;

Parágrafo único - Nos termos do inciso VIII, entende-se por regionalização a distribuição de unidades prisionais no interior dos estados, visando o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Diante desse contexto, será analisado o cárcere feminino, especialmente da Colônia Penal Feminina do Recife (CPFR) e as nuances que envolvem esse ambiente intrigante e desafiador.

1.3. História⁷ da Colônia Penal Feminina do Recife- CPFR

A Colônia Penal Feminina do Recife (CPFR) localiza-se na Rua do Bom Pastor, nº 1407, no bairro do Engenho do Meio, zona oeste da cidade do Recife. Única unidade prisional exclusivamente feminina localizada na capital do estado.

A Colônia Penal Feminina do Recife era denominada de Colônia Penal Feminina do Bom Pastor em virtude da Congregação Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor (formada por religiosas) ter sido a primeira responsável pela ordem e disciplina das presidiárias.

Após entendimento entre o governador Agamenon Magalhães e a Congregação Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor, foi lançada em 03 de outubro de 1943 a pedra fundamental⁸ em 10 hectares de terreno situado na zona rural, hoje bairro do Engenho do Meio. A Congregação adquiriu o terreno e o Estado construiu as edificações para as atividades de educação, reeducação e colônia penal feminina.

7

Histórico em forma de quadro fornecido pela irmã Ester do Instituto Bom Pastor em 07 de julho de 2009.

⁸ A pedra fundamental e principal da Igreja, evidentemente, é Cristo (I Coríntios 10,4) (Efésios 2,20) (I Pedro 2,7-8). "Ninguém pode colocar outro fundamento além do que já está posto, o qual é Jesus Cristo" (I Coríntios 3,11). Nenhum homem comum pode pôr outro fundamento. Mas o Senhor Jesus pode, livremente, confiar esse fundamento a alguém, ou ampliá-lo a quem ele quiser, como na verdade, o fez. quando disse a Simão: "Tu és Pedro e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja" (Mt 16,18-19). Cristo, de fato se revelou: "Eu sou a luz do mundo" (Jo 8,12) mas disse também: "Vós sois a luz do mundo" (Mt 5,14). E disse mais: "Eu sou o bom pastor" (Jo 10,11) no entanto, ordenou a Pedro: "Apascenta minhas ovelhas" (Jo 21,15). Disponível em <http://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20080415164827AAVCyMR>. Acesso em 08 de agosto de 2009.

Em 5 de novembro de 1945 foi inaugurado o prédio situado na Rua do Bom Pastor no Engenho do Meio. Na ocasião, foram transferidas para as novas instalações 120 internas e 20 presidiárias, com o acompanhamento de 20 religiosas.

A missão das irmãs do Bom Pastor é de cunho religioso, com intuito de ensinar um ofício às mulheres desfavorecidas. No entanto, as freiras aceitaram em seu

espaço 20 presidiárias, cuja finalidade seria também ensiná-las um ofício bem como reeducá-las, segundo as regras do Apostolado Católico.

Aproximadamente no início dos anos 90, após 45 anos de trabalhos de fé e educação no bairro do Engenho do Meio, as irmãs da Congregação do Bom Pastor começaram a sentir dificuldades de continuar realizando a missão de reeducar as 90 presidiárias que cumpriam pena na unidade prisional em face de realizarem um trabalho de pastoral carcerária e não de “carcereiras”. A missão das mesmas era enfaticamente de cunho religioso e até mesmo assistencial e não de natureza punitiva⁵.

A Colônia Penal Feminina funcionava como um colégio interno, porém o Estado de Pernambuco passou a interferir na gestão da Congregação, como por exemplo: a concessão de encontro conjugal às presidiárias não era aceito pelas religiosas, uma vez que aquelas se prostituíam e tinham amantes, contrariando completamente a missão das irmãs que realizavam o seu trabalho ditado pelos preceitos da Igreja Católica.

Os crimes mais cometidos naquela época eram homicídio e furto. A guarda externa era feita por policiais militares. Havia oficinas de costura, bordado, fabricação de biscoitos caseiros, atividades de limpeza, cozinha e lavanderia evitando a ociosidade entre as presidiárias bem como as preparando para exercerem alguma ocupação no mundo externo quando cumprissem sua pena.

Algumas presidiárias começaram a ter relacionamento homossexual nas dependências do presídio o que motivou a transferência da guarda das mesmas para responsabilidade do Estado. A princípio, foi instituída uma polícia penitenciária recrutada entre policiais civis, e só depois é que foram criados os cargos de „Agente de Segurança Penitenciária” em 1993, sendo realizado o primeiro concurso público¹⁰.

Em 1994 a Colônia Penal Feminina do Recife abrigava 90 presidiárias que passaram a serem custodiadas por agentes femininos de segurança penitenciária numa média de 12 agentes por plantão, responsáveis pela guarda interna da unidade prisional. Após quase 20 anos, o quadro atual é bastante desproporcional, tendo em vista a superlotação da unidade prisional e a redução de agentes por plantão (média de 06) com a árdua tarefa de custodiar e zelar pela integridade física de 934

⁵ Informações prestadas pela irmã Elizabete do Instituto Bom Pastor em 07 de julho de 2009. ¹⁰ Informações prestadas pelo agente de segurança penitenciária Ney Newton em 1º de agosto de 2009.

mulheres criminosas, dentre estas, 25 gestantes, 11 idosas e 10 mães com seus bebês que cumprem pena privativa de liberdade “por tabela”.

1.3.1. Estrutura física da unidade prisional

Atualmente a capacidade da Colônia Penal Feminina do Recife (CPFR) é de 270 detentas, porém, abriga o montante de 934 mulheres encarceradas distribuídas em 45 celas cuja média é de 12 metros quadrados. Porém, existem celas menores de até 6 metros quadrados, bem como celas maiores, de 18 metros quadrados. As duas últimas celas construídas provenientes do Projeto Alojamento 5.000 possuem, aproximadamente, 50 metros quadrados e sua acomodação é formada por 22 treliches que ampliaram 66 novas vagas na Unidade Prisional (UP), inauguradas em 28 de fevereiro de 2014⁶ a fim de acomodar melhor essas mulheres (Figura 01).

Figura 01- Celas construídas – Projeto Alojamento 5.000



Fonte: da autora

A superlotação é pública e notória. Vê-se, portanto, que 64,4% das mulheres encarceradas estão aguardando o julgamento de seus processos há mais de três anos, conforme dados do Sistema de Informação Carcerária (SIC) numa evidente afronta ao princípio da presunção de inocência e da proporcionalidade⁷.

⁶ Dados oriundos da CPFR em 10 de março de 2014.

⁷ Dispõe o inciso LVII do art. 5º da Constituição Federal de 1988: "ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória" (princípio da presunção de inocência). O princípio da proporcionalidade tem sido reconhecido tanto doutrinariamente como jurisprudencialmente, apesar de que implícito no texto constitucional, juntamente com princípios como o princípio da presunção da constitucionalidade das leis, princípio da motivação dos atos

Outra inovação e peculiaridade da UP é o berçário (Figura 02), inaugurado em 08 de maio de 2009 que abriga 10 detentas e seus bebês em um espaço diferenciado e que certamente contribuiu muito para a saúde das crianças que viviam nas celas superlotadas, sujeitas a todo tipo de privação.

Figura 02 - Grupo do berçário atendido pelo Psicossocial da UP



Fonte: da autora

Visando resolver o problema da superlotação, o governo do Estado, através da SERES, está realizando processo licitatório a fim iniciar a construção de um complexo prisional no município de Araçoiaba, cujo convênio foi firmado com o DEPEN na ordem de 69 milhões, com a geração de 2.700 vagas, sendo 814 destinadas para as mulheres que cumprem pena privativa de liberdade⁸.

1.3.2. Atividades de ressocialização no interior do cárcere

A fim de promover a ressocialização e reintegração ao mercado de trabalho, a supervisão de Laborterapia da unidade prisional seleciona detentas de bom comportamento para exercerem atividade profissional remunerada, totalizando 238 mulheres desenvolvendo algum tipo de ocupação, tanto através do trabalho interno

administrativos, previstos no texto constitucional de 1988 em seu artigo 5º, §2º. Disponível em <http://jusvi.com/artigos/41061>. Acesso em 08 de agosto de 2009.

⁸ Dados da Gerência de Convênios da SERES, em 19 de fevereiro de 2014.

quanto em empresas privadas instaladas na CPFRR, tais como: Wildenburg enxovais e Rochelle Têxtil Ltda (cama, mesa e banho), ambas do Grupo Narciso Enxovais, Indapol (forminhas de doces de festa) e Granplast (cuba de resina) (Figura 03)⁹.

Figura 03 - Detentas trabalhando na empresa Indapol instalada na Unidade Prisional (UP)



Fonte: da autora

Além do trabalho carcerário, outra mola propulsora da ressocialização é a educação regular e presencial que acontece no interior da UP através da Escola Olga Benário Prestes, conforme figura 03. Atualmente 290 detentas estão matriculadas no Ensino de Jovens e Adultos (EJA), assim distribuídas: FASE 1: 54 Alunas; FASE 2: 56 Alunas; FASE 3: 90 Alunas; FASE 4: 90 Alunas.

A estrutura física da escola é composta por 03 salas de aula com capacidade para 30 alunas cada, que funciona em 03 turnos (manhã, tarde e noite); 01 sala de aula adaptada (refeitório) no período noturno. Conta em seu corpo docente com 13 professores e uma detenta (concessionada) é responsável pela limpeza e manutenção do espaço físico¹⁰, como veremos na figura (04):

Figura 04- Sala de aula da Escola Olga Benário

⁹ Informações prestadas pela supervisão de Laborterapia em 03 de fevereiro de 2014.

¹⁰ Dados da CPFRR em 10 de fevereiro de 2014.



Fonte: da autora

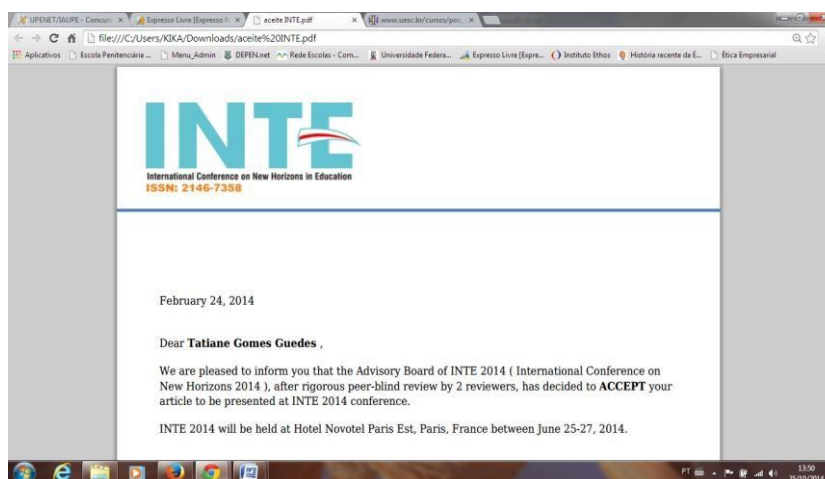
Ademais, inúmeros projetos sociais, desenvolvidos pela comunidade acadêmica, contribuem para a ressocialização das apenadas, a exemplo do Projeto de Extensão do Departamento de Enfermagem da Universidade Federal de Pernambuco intitulado “**Cuidando da saúde sexual e reprodutiva de mulheres em privação de liberdade**”, cuja finalidade é responder às demandas de atenção em saúde sexual e reprodutiva, utilizado-se, para tanto, a Educação em Saúde.

(GUEDES, 2014).

Tal projeto, possui carga horária anual de 480 horas/aula, distribuídas em 10 meses. Oito acadêmicas de Enfermagem e três professoras estão envolvidas na execução das atividades educativas que contemplam 60 detentas/mês e 600 detentas/ano, tendo em vista o início em março e o término em dezembro de cada ano.

Em junho de 2014, o referido Projeto, em parceria com a CPFR, foi apresentado na *International conference on New Horizons in Education*, realizada em Paris-França, no período de 25 a 27 de junho de 2014, conforme carta de aceite abaixo apresentada (Figura 05), em nome da Coordenadora do Projeto, Professora Doutora Tatiane Gomes Guedes.

Figura 05 – Carta de Aceite do artigo em Congresso na França



Fonte: email da autora

Salienta-se que desde julho de 2012, as professoras Tatiane Gomes Guedes e Francisca Márcia Pereira Linhares, vinculadas ao Curso de Enfermagem da UFPE, desenvolvem atividades de pesquisa e extensão no interior da CPFRR, sendo essas atividades recepcionadas pela gerente executiva da UP, a agente penitenciária Charisma Tomé, acompanhado pela Assistente Social Graça Crespo e a Psicóloga Nívea Cordeiro, ambas integrantes do Psicossocial Saúde da UP, contribuindo sobremaneira no acompanhamento da saúde das mulheres privadas de liberdade.

Adiante, apresenta-se a rotina desenvolvida pelo agente de segurança penitenciária que trabalha em regime de plantão e as atividades que são inerentes à função.

1.3.3. A rotina prisional e os agentes penitenciários¹¹

Descrever o dia a dia desse ambiente ímpar e adverso não é fácil. Inúmeras são as atividades realizadas nesse universo que é tão temido por quem não conhece de perto o cárcere feminino. O personagem desse capítulo, o agente penitenciário, antes de tudo, é um educador, tendo em vista sua missão de perseguir a reinserção social da pessoa criminoso.

A rotina na unidade prisional segue as regras de organização ditadas pela Secretaria Executiva de Ressocialização (SERES). Compete à SERES:

Controlar e manter em funcionamento o sistema penitenciário do Estado, mediante a guarda e administração dos estabelecimentos prisionais,

¹¹ Da autora, agente penitenciária há 12 anos.

buscando a ressocialização do apenado, visando a sua proteção e a garantia de seus direitos fundamentais.

A SERES, que é um dos órgãos integrante da Secretaria de Desenvolvimento

Social e Direitos Humanos SEDSDH, administra 20 estabelecimentos penais, 3 gerências regionais e mais de 70 cadeias públicas, contabilizando uma população carcerária em mais de 30 mil reclusos.

O objetivo é tratar e assistir o preso e o internado, prevenindo o crime e proporcionando-lhes a ressocialização e a integração à convivência em sociedade. Também constitui em proporcionar um sistema penitenciário moderno, o respeito à dignidade do homem, aos seus direitos individuais e coletivos. Atualmente a função de Secretário Executivo é exercida pelo Cel. PMPE Romero José de Melo Ribeiro, que vem desenvolvendo esforços no sentido de uma melhor correspondência às ações propostas pelo Governo no tocante a políticas prisionais, executando medidas para a humanização dos estabelecimentos penais visando sempre à reabilitação do recluso¹².

O plantão do agente penitenciário dura 24h, iniciando às 8h de um dia, findando às 8h do dia seguinte. Ao assumir as suas atividades, a primeira atribuição é manter as presidiárias que não têm autorização para ficar na área externa dentro da unidade prisional, chamada de pátio, recolhidas em suas celas que permanecem abertas, porém, com as grades de acesso aos dois pavilhões denominados A e B fechadas, facilitando o trânsito dessas mulheres que não exercem nenhuma atividade produtiva.

Somente as presidiárias que trabalham, estudam ou possuem atendimento médico, ou jurídico, ou psicossocial, na Supervisão de Registro e Movimentação, Laborterapia (responsável pelo trabalho carcerário), podem transitar nas oficinas de trabalho e setores administrativos da CPFR, desde que devidamente autorizadas, sob a guarda e vigilância dos agentes.

Atualmente a média é de 6 agentes por plantão para realizar atividades de escolta (médica), custódia (hospitalar) e dar continuidade à rotina prisional. Vale salientar que existe uma escala extra de serviço aos domingos e, geralmente, o plantão conta com mais 2 agentes em seu efetivo para colaborar com a execução dos trabalhos, totalizando 8 Agentes Penitenciários (ASPs), responsáveis por manter a ordem e a disciplina de 936 detentas.

Às 11h os agentes plantonistas vão à área da disciplina, chamada também pela população carcerária de JAPÃO (considerada do outro lado do mundo), acompanhados de presas que trabalham da cozinha e de um técnico de enfermagem

¹² SERES. Disponível em <http://www.seres.pe.gov.br/instituicao/apresentacao.php>. Acesso em 10 de agosto de 2009.

a fim de fornecerem o almoço e a medicação prescrita pelos médicos da unidade prisional, respectivamente.

O período de isolamento varia de 10 a 30 dias, podendo ser prorrogado desde que a referida detenta cometa mais de uma falta disciplinar. O Conselho Disciplinar, formado pela diretora da UP, profissionais da área de saúde e do jurídico são os responsáveis por averiguar a verdade dos fatos e aplicar a sanção correspondente. Toda e qualquer detenta só poderá ser conduzida e permanecer na disciplina se houver a respectiva comunicação de ocorrência feita pelo ASP responsável, descrevendo o motivo de tal decisão bem como à Supervisão de Segurança para que sejam tomadas as devidas providências.

Existe, ainda, o RDD¹³ (Regime Disciplinar Diferenciado), segundo o qual a presa provisória ou condenada pode ficar isolada até 360 dias no ano. Na CPFRR aconteceu apenas um caso, de uma ex-presidiária que cumpriu pena por furto, reincidente, de comportamento difícil, adverso à ordem, provocadora de vários tumultos na unidade prisional, bem como de agressão às demais presas e agentes penitenciários.

No final da tarde, às 16h30, é servido o jantar e no dia seguinte, às 06:30h, o café da manhã dessas mulheres que estão isoladas, com a participação das presas concessionadas, enquanto é feita a vigilância da entrega da alimentação e medicamentos. Por questões de segurança, é fundamental pelo menos 2 (dois) agentes penitenciários para cumprir essa atribuição em face do zelo por sua integridade física.

Às 11h30, às 16h30 e às 06h30 do dia seguinte, as demais presidiárias que estão no convívio normal realizam as respectivas refeições num pequeno refeitório que não possui capacidade sequer para comportar 10% da população carcerária da CPFRR. A grande parte das encarceradas se alimenta sentada na quadra localizada no pátio da unidade prisional ou dentro de suas celas

Forma-se uma extensa fila em forma de caracol para que cada detenta seja atendida na hora da alimentação, com prioridade para as gestantes, deficientes, idosas e as que trabalham. É necessária a presença de agentes durante esse momento a fim de evitar confusões, tendo em vista que “a falta de educação bem

¹³ GOMES, Luiz Flávio. RDD e regime de segurança máxima. Disponível em <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=9061>. Acesso em 10 de agosto de 2009.

como a ânsia de levar vantagem em tudo causam alguns tumultos, com agressões físicas e verbais entre elas”¹⁴.

Os postos de trabalho ativados com a presença de um agente de segurança são chamados de Permanência, que é o portão de acesso à entrada da unidade prisional, de extrema responsabilidade e atenção porque o trânsito de advogados, visitantes, parentes, funcionários e presas sob escolta da Polícia Militar que serão conduzidas para audiências, é intenso. Toda a movimentação é registrada num livro apropriado, contendo as missões realizadas, a entrada de presa via mandado de recolhimento ou de prisão, bem como a saída através de alvará de soltura ou liberdade condicional. Anota-se nome e documento de toda pessoa que adentra na unidade prisional, bem como o horário de entrada e saída.

Além dessas atividades cotidianas na unidade prisional, às 18h toca-se a sirene indicando a hora do recolhimento às respectivas celas a fim de ser realizada a contagem de todas as detentas, denominada de Totalidade, cuja finalidade primordial é averiguar se não houve alguma fuga. Acontece às 19h30min e ficam pendências para serem resolvidas após o término das aulas. É nominal. Chama-se o nome da presa devendo esta responder e se apresentar perante o agente penitenciário responsável pela contagem da referida cela. Caso alguma se recuse a responder ou aparecer, comete falta disciplinar, podendo ser conduzida à Disciplina.

Há ainda a cela de Triagem, denominada de Espera, local onde as novatas recolhidas à UP ficam durante o período de 10 dias a fim de que seja feita a sua identificação criminal, contato com a família através do serviço social, ou contato com o advogado, por meio do parlatório. A recém- chegada é chamada pela população carcerária de “água na sopa” (acréscimo de água na comida porque chegou mais uma). É uma festa quando os agentes adentram no pátio, conduzindo a nova detenta, as presidiárias gritam o refrão “água na sopa” causando medo para quem adentrou no mundo do crime por acaso ou até mesmo graça para aquelas que já praticavam delitos no mundo exterior e já eram conhecidas por muitas companheiras do “mundão”, como elas falam.

Por volta das 22h encerra-se o trabalho dentro dos pavilhões, momento em que os agentes vão fazer sua higiene pessoal e organizar o ¼ de hora para que durante a madrugada haja a vigilância da área da permanência ou do pavilhão através do monitor instalado na sala da Supervisão de Segurança.

¹⁴ Informações prestadas pela supervisão de Segurança em 03 de fevereiro de 2014.

A missão do plantão é cumprida quando às 8h do dia seguinte é dado um novo toque de recolher, o coordenador do plantão juntamente com outros colegas trancam as detentas nos pavilhões, relatando para seu substituto toda a ocorrência do dia anterior e da madrugada em registro verbal e no livro apropriado para o chefe de plantão, como também é chamado.

Mesmo com defasagem no efetivo de agentes penitenciários, a aquisição de novos equipamentos de trabalho, tais como: máquina de Raio X, detectores de metal, viaturas com xadrez, pistolas e munições ponto 40, munições menos letais, facilitou e muito o exercício da função dos agentes de segurança, garantindo maior segurança na CPFR.

Recentemente, no mês de junho de 2014, os agentes penitenciários conseguiram duas grandes conquistas para a categoria: a primeira, a **Lei Federal 12.993**, de 17 de junho de 2014 que libera o **porte federal de arma de fogo**, inclusive fora de serviço, para os Agentes Penitenciários de todo o Brasil. A segunda, de âmbito estadual, o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado, Guilherme Uchôa, decreta o dia 14 de janeiro, o Dia Estadual do Agente de Segurança Penitenciária, por meio da lei nº 15.327, de 25 de junho de 2014 e está disposta nos §§ 6º e 8º do art. 23, da Constituição do Estado.¹⁵

A população carcerária da CPFR apresenta características que serão abordadas e discutidas no capítulo posterior, quando também será retratado o dia-dia dessas presas.

¹⁵ SINDASP-PE. Disponível em <http://www.sindasppernambuco.blogspot.com.br/>. Acesso em 21 de julho de 2014.

Capítulo 2- O perfil da mulher na Colônia Penal Feminina do Recife- CPFR

O perfil da presidiária da CPFR retrata a realidade da maioria da população encarcerada do país: pobre, sem instrução, jovem e desempregada. Um artigo escrito pelo prof. Luiz Flávio Gomes em 2012 retrata esse quadro:

Quem são os presos? Em 2012, o sistema penitenciário brasileiro manteve o mesmo perfil de presos que nos anos anteriores. No que diz respeito à raça, cor ou etnia, os pardos eram, em 2012, maioria no sistema penitenciário com 43,7% de presença nas prisões brasileiras. Os de cor branca 35,7%, os negros 17%, a raça amarela 0,5% e os indígenas 0,2%. Outras raças e etnias apontaram 2,9% de presença. Segundo o próprio relatório do InfoPen, há um erro de cálculo nessa estática, registrando uma inconsistência de 28 mil pessoas no valor automático.

Qual é o nível de escolaridade do preso? O nível de escolaridade entre a maioria dos presos, em 2012, era o Ensino Fundamental Incompleto (50,5%). Do restante, 14% eram alfabetizados, 13,6 tinham Ensino Fundamental Completo, 8,5 haviam concluído o Ensino Médio, 6,1% eram analfabetos, 1,2% tinham Ensino Médio Incompleto, 0,9% haviam chegado a universidade mas sem conclusão, 0,04 concluíram o Ensino Superior e 0,03 chegaram a um nível acima de Superior completo.

Os jovens são a maioria dos presos? Sim. Os jovens de 18 a 24 anos eram maioria nas penitenciárias brasileiras em 2012 (29,8%). Entre a faixa etária dos 25 a 29 anos essa taxa foi de 25,3%. Do restante, 19,1% tinham entre 30 e 34 anos, 17,4% entre 35 e 45 anos, 6,4% entre 46 e 60 anos, 1%

acima de 60 anos e 1,2% não informaram¹⁶.

O capítulo em questão trará dados estatísticos sobre a população carcerária que hoje se encontra recolhida na CPFR, apresentando a escolaridade, a situação econômica, a raça e a faixa etária dessas mulheres, segundo dados do SIC utilizados pela Supervisão de Registro e Movimentação Carcerária da UP. A sexualidade e a maternidade no cárcere também serão tratados neste capítulo, com dados levantados pela Supervisão Psicossocial da UP.

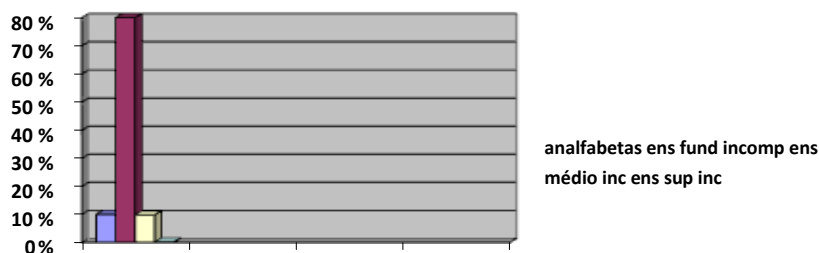
2.1. Escolaridade, situação econômica, raça e faixa etária das detentas da CPFR

¹⁶ JUS NAVIGANDI. Disponível em lfg.jusbrasil.com.br/noticias/100652530/artigo-prof-luiz-flaviogomes-perfil-dos-presos-no-brasil-em-2012. Acesso em 10 de fevereiro de 2014.

A média de escolaridade (Gráfico 01) das presidiárias da CPFR é baixa como acontece na maior parte dos presídios do país. A população carcerária advém da camada pobre da sociedade, não teve oportunidade de melhorar de vida, de estudar e se profissionalizar, não justificando, óbvio, o cometimento de crime.

**Gráfico 01-
detentas da**

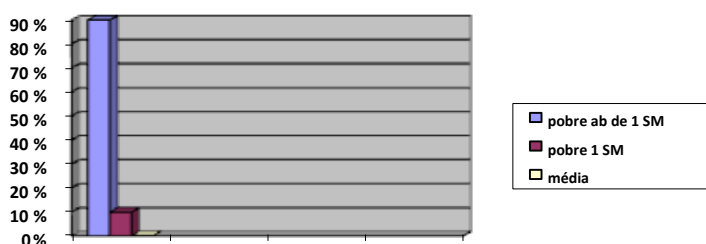
**Grau de escolaridade entre as
CPFR- Jan/ 2014:**



Fonte: Supervisão de Registro e Movimentação Carcerária da CPFR

Com relação à situação econômica (Gráfico 02) das presidiárias da Colônia Penal Feminina do Recife é de se esperar que se equipare ao percentual do grau de escolaridade, tendo em vista que a massa é consideravelmente pobre e carente de educação formal.

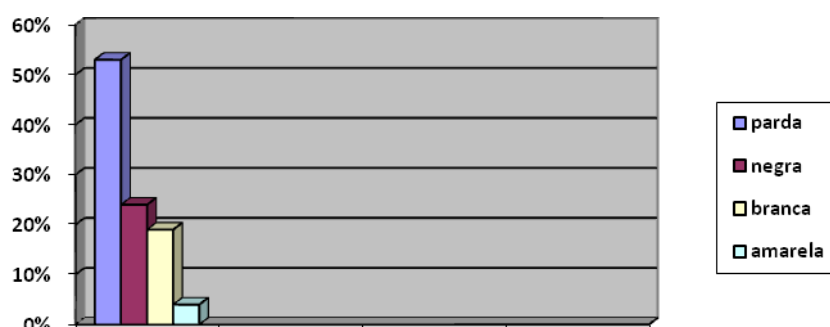
Gráfico 02-Situação econômica das presidiárias da CPFR- Jan/2014



Fonte: Supervisão de Registro e Movimentação Carcerária da CPFR

Quanto à raça, as presidiárias da CPFR são em sua maioria de cor parda (53%), seguidas da cor negra (24%), branca (19%) e amarela (4%), conforme representação no gráfico abaixo (Gráfico 03):

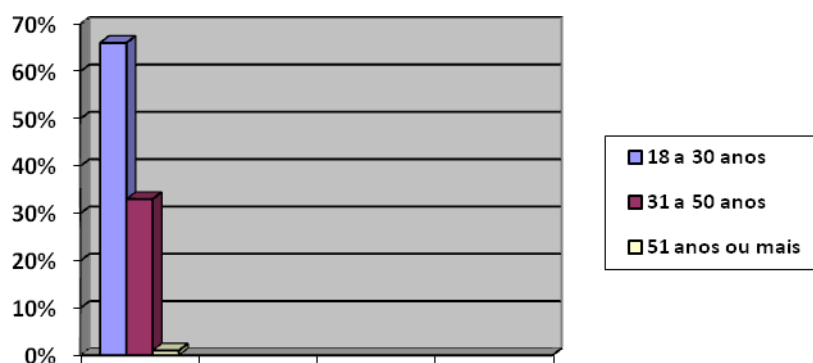
Gráfico 03- Raça predominante da população carcerária da CPFRR- Jan/2014



Fonte: Supervisão de Registro e Movimentação Carcerária da CPFRR

A população carcerária da CPFRR é relativamente jovem, a faixa etária das mulheres entre 18 e 30 anos que optaram pelo mundo do crime é de 66%, enquanto entre 31 e 50 anos é 33% e 51 anos ou mais é 1%, de acordo com o gráfico a seguir (Gráfico 04):

Gráfico 04- Faixa etária das presidiárias da CPFRR- Jan/2014



Fonte: Supervisão de Registro e Movimentação Carcerária da CPFRR

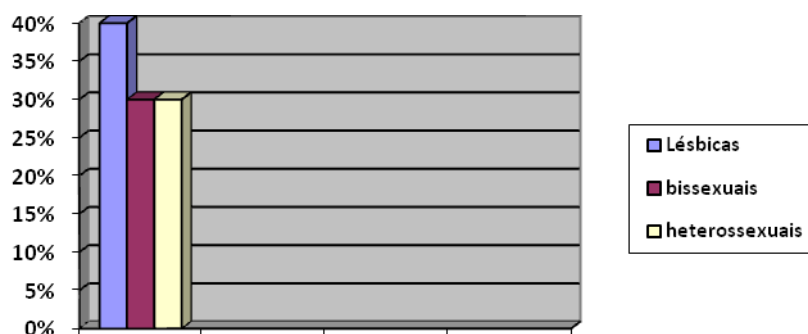
Observa-se, então, que o perfil das presidiárias da CPFRR corresponde a mulheres encarceradas de baixa escolaridade, na linha de pobreza, pardas/negras e jovens que enveredaram pelo mundo do crime alegando falta de condições financeiras para sustento da família, tendo em vista que além de disputarem o mercado de trabalho precisam exercer o papel de mãe.

E nesse contexto, o abandono a que estão sujeitas pelos maridos e companheiros reflete diretamente na sua mudança de opção sexual no interior das grades, tornando-se lésbicas, ainda que durante o tempo de privação de liberdade.

2.2. A sexualidade e o Sistema Penitenciário

A CPFR desde 2001 foi pioneira na autorização de encontros conjugais para a população carcerária homossexual que corresponde a um universo de 66% das detentas, ou seja, mais da metade das mulheres encarceradas. As demais assim se declararam: 3% heterossexuais; 17% não informaram sua orientação afetiva sexual; 14% disseram ser bissexuais. Esses percentuais foram obtidos através de um levantamento feito pela Supervisão do Psicossocial, perguntando às detentas, cela por cela. Abaixo, um gráfico representa melhor a opção sexual da população carcerária da CPFR (Gráfico 05):

Gráfico 05- Orientação sexual das detentas da CPFR- Jan/2014



Fonte: Supervisão do Psicossocial da CPFR

A falta da reciprocidade afetiva e solidária dos maridos vai acarretando uma carência afetiva muito grande e, num ambiente exclusivamente feminino, elas acabam se envolvendo umas com as outras. Grande parte das detentas afirma que fez essa opção após estarem no cárcere em virtude do abandono sofrido por parte dos maridos, companheiros, pois algumas recebem apenas visitas das mães ou dos filhos e, quando grávidas, o exercício da maternidade envolve uma série de altos e baixos, além da ausência paterna.

Esta temática resultou no filme **Porque Temos Esperança** (Figura 06), que foi exibido no início do mês de outubro de 2014 no Festival Internacional de Cinema realizado no Rio de Janeiro, sobre o reconhecimento de paternidade no interior do cárcere, sendo protagonista a ativista Marli Silva, presidente da Associação das Mães Solteiras de Pernambuco, sob direção de Susanna Lira, produzido pela Modo Operante Produções, do Rio de Janeiro.

Figura 06- Filme Porque Temos Esperança



Fonte: Facebook - Porque Temos Esperança.

2.3. Maternidade no cárcere

A vida prisional da maioria das mulheres encarceradas costuma caracterizar-se por uma vivência de abandono e de perda dos referenciais pessoais. O fato de estar grávida, não tem impedido a sua participação ativa no crime como autora ou partícipe.

Relacionamento afetivo, situação financeira, vício em drogas são algumas causas de levá-la à prisão. Muitos relatos e atitudes destrutivas revelam o quanto a sua autoestima encontra-se massacrada, não só pelas agruras da vida, como também por toda uma história de vida construída sem referenciais de cuidado e de atenção¹⁷.

¹⁷ Do outro lado dos muros: Reflexões a partir da atuação do psicólogo em Unidades Prisionais Femininas. Disponível em <http://www.gepsojur.org/anais-connasp/docs/RSC10.pdf>. Acesso em 15 de agosto de 2009.

Todavia, algumas presidiárias percebem que a vida em uma unidade prisional representa também uma proteção contra as incertezas da vida futura ou uma forma de proteção contra a vida que tinham antes de serem presas. Em relação às suas expectativas futuras, aquelas que receberam apoio familiar no transcurso de sua pena, mostram-se esperançosas, mas a maioria demonstra medo, ansiedade e dúvidas quanto às suas possibilidades efetivas de se integrarem à sociedade.

Questões relativas à gestação, à maternidade no cárcere, à separação dos filhos e à vida prisional são discutidas junto aos profissionais do Psicossocial da unidade prisional a fim de orientá-las para esse novo desafio em sua vida: além de presa, mãe de um ser que não tem pena a cumprir, apesar de já nascer entre as grades.

As grávidas têm acompanhamento médico no setor de Saúde da UP e atualmente realizam exames específicos como ultrassonografia na própria CPFR. Demais exames geralmente são feitos no Hospital Barão de Lucena, próximo à CPFR, assim como o atendimento de urgência em situação de trabalho de parto¹⁸.

O quantitativo de gestantes na UP é de 25 mulheres dividindo o mesmo espaço numa cela específica que já está superlotada. Antes de 08 de maio de 2009, quando as presas gestantes davam à luz, os filhos recém nascidos ficavam com a respectiva mãe nas celas insalubres, superlotadas, sujeitos a toda espécie de risco à saúde e desenvolvimento sadio.

Porém, com a inauguração do berçário, construído em parceria com a iniciativa privada (empresas instaladas na UP), a situação é outra: o berçário abriga 10 detentas com seus filhos num espaço em que há três celas, contendo cada uma delas quatro camas para as respectivas mães, quatro berços, um banheiro e uma área comum arejada, cuja cobertura é de barras de cimento para garantir ventilação e um ambiente saudável para os bebês que estão em companhia de sua mãe.

A visita de familiares das detentas alojadas no berçário é diferenciada, ocorre na tarde do sábado, nessa área comum, promovendo a interação com aquelas pessoas que são referência em sua vida bem como trazendo um pouco de esperança. Algumas detentas não recebem visita e apoio familiar, contam com a ajuda do Serviço Social, da Pastoral Carcerária e de outras congregações que realizam doações de fraldas descartáveis, enxoval para bebês e kits de higiene para as mães encarceradas.

¹⁸ Informações prestadas pela Supervisão de Saúde da CPFR em 03 de fevereiro de 2014.

No último dia 11 de fevereiro de 2014 a CPFR recebeu a doação de uma máquina de fazer fraldas e absorventes, através de uma parceria entre a SERES, o Patronato e a Associação Social da Igreja Adventista, colaborando para a fabricação desses materiais tão necessários nesse contexto.

O tempo previsto para a amamentação dessas crianças é de no mínimo até seis meses, conforme previsão legal disposta na L. 11.942/09:

Art. 2º. O § 2º do art. 83 e o art. 89 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 83

(...)

§ 2º Os estabelecimentos penais destinados a mulheres serão dotados de berçário, onde as condenadas possam cuidar de seus filhos, inclusive amamentá-los, no mínimo, até 6 (seis) meses de idade.”

Passada essa fase, a criança é encaminhada para o lar dos avós ou de outra pessoa da família responsável por sua guarda até a liberdade de sua mãe. O Serviço Social providencia todo procedimento necessário à consecução de tal fim, propiciando uma nova vida para essas crianças vítimas do cárcere. Antes mesmo de nascerem são submetidas à privação de liberdade, desfrutam de um espaço cercado por grades que impedem o contato com o mundo externo. Essas crianças muitas vezes, quando chega a época de viverem no seio da família materna ou paterna, estranham o mundo exterior, choram e resistem à ida para um lugar agradável e seguro, até mesmo devido à separação da mãe.

2.3.1 “O Projeto Livres para Parir”

No mês de fevereiro, do ano de 2013, iniciou-se na CPFR um trabalho de acompanhamento das gestantes por uma doula. A palavra “doula” vem do grego e significa “serva”. É uma profissional que oferece suporte físico, emocional, informacional e espiritual à parturiente através do apoio contínuo durante todo o período de gestação, parto e pós-parto.

Este projeto, idealizado pela psicóloga Mariana Navarro e que teve todo o apoio da atual direção da unidade prisional, foi lançado oficialmente em novembro de 2013 no I Workshop do Psicossocial do Sistema Penitenciário de Pernambuco.

Esta ação é pioneira no Brasil, segundo informações oriundas do II Encontro Nacional do Projeto Mulheres, realizado em Brasília nos dias 03 e 04 de setembro de 2013. Órgãos do governo e entidades da sociedade civil participaram dos debates e o Departamento Penitenciário Nacional ajudou a divulgar o Projeto junto às demais unidades da federação.

A parceria ocorre com a Organização Não Governamental (ONG) Cais do Parto, situada em Olinda e a doulagem tem como principal objetivo prestar apoio emocional e físico para as detentas gestantes durante todo período de gestação, trabalho de parto, parto e pós-parto através da presença de uma doula para que, apesar de estarem na condição de pessoa presa, possam ter o apoio e respeito garantidos para vivenciarem um parto e nascimento tranquilo e respeitoso.

Durante a gestação, além do acompanhamento individual da presa pela doula, há também a realização de grupos de gestantes, onde são passadas informações sobre questões ligadas ao processo do nascimento.¹⁹ No trabalho de parto e parto o acompanhamento da doula vai desde ajudar a presa a ir ao banheiro até mantê-la informada da evolução do trabalho de parto, da necessidade de algum procedimento médico, bem como auxiliá-la em algumas posições que facilitem o parto e com massagens que aliviam as dores. Após o parto, o trabalho continua com orientações com a amamentação e cuidados com o bebê (NAVARRO, 2013).

No artigo intitulado “Livres para Parir: a experiência de doular mulheres presas”, de autoria da psicóloga Mariana Navarro, a gravidez no cárcere é assim detalhada:

A gravidez é um processo que afeta a identidade da mulher, altera seu senso físico e convida-a a reconsiderar vários aspectos dessa identidade: sua relação com seu corpo, com o pai da criança, com seus próprios familiares, com os outros planos e esperanças para sua vida e com a imagem social da mulher grávida.

O momento da separação é sempre difícil. Comumente presenciamos a criança ir embora chorando e a mãe que fica com os peitos cheios de leite aos prantos pelo corredor. É uma situação bastante delicada que merece toda atenção e cuidado por parte dos atores do Direito, pois como nos diz Pereira e Ávila (2012), “afastar o infante da presença materna, sem dúvida, acarreta-lhe danos, no entanto, fazer-lhe cumprir uma pena que não merece, em um estabelecimento de condições precárias (como são os estabelecimentos prisionais brasileiros), parece-nos tão danoso quanto”.

¹⁹ Doulas do Brasil. Disponível em <http://www.doulas.com.br/oque.php>. Acesso em 13 de maio de 2014.

Nessa última semana do mês de maio de 2014, 03 (três) novos bebês chegaram ao mundo e uma das mães do Projeto “Livres para parir”, relatou que a presença da doula foi muito importante, pois “apesar de ser a sua quinta gravidez, foram doze horas de trabalho de parto acompanhadas de dores e sofrimento que só foram minimizados devido à presença de uma doula lhe ajudando” (depoimento de M. J, 33 anos, presa na CPRF por tráfico de drogas). Abaixo, a figura 07 traz a divulgação do Projeto Livres para Parir:

Figura 07- Projeto Livres para Parir

Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos
PERNAMBUCO
GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA EXECUTIVA DE RESSOCIALIZAÇÃO
COLÔNIA PENAL FEMININA DO RECIFE
SETOR PSICOSSOCIAL

Livres para Parir: um projeto pioneiro no Sistema Penitenciário.

O projeto “Livres para Parir” busca prestar apoio emocional e físico para as reeducandas gestantes durante todo período de gestação, trabalho de parto, parto e pós-parto através da presença de uma doula. O trabalho é realizado pela Colônia Penal Feminina do Recife em parceria com o Cais do Parto.

Vantagens de se ter uma doula: Parto, Aborto e Puerpério - assistência humanizada à mulher, Ministério da Saúde, 2001.

- Redução da necessidade de medicação para alívio da dor;
- Redução do índice de partos vaginais operatórios;
- Redução no índice de cesáreas;
- Redução na duração do trabalho de parto;
- Menor incidência de depressão pós-parto;
- Menor índice de sucesso na amamentação com seis semanas de observação posterior ao parto.

“Todas as mulheres merecem o cuidado de uma doula”
Laura Gutman

Os depoimentos das reeducandas demonstram sentimentos positivos em relação à presença da doula em seus partos. A Colônia Penal Feminina do Recife avalia como positivos os resultados alcançados pelo projeto “Livres para Parir”. A ação é pioneira no Sistema Penitenciário Nacional e será referência para a implantação do serviço de doulagem em todas as Unidades Prisionais Femininas do Brasil.

“O HOMEM É MAIOR QUE SEU ERRO”

Supervisoras de Psicossocial: Fabiana Vasconcelos, Roberta Lodi
Técnicas de Psicossocial: Mariana Navarro (Psicóloga e Doula na Tradição/Autora do projeto), Vanessa Pereira (Assistente Social)
Parto: Cais do Parto.

Colônia Penal Feminina do Recife
Rua Bom Pastor; nº 1.407 – Engenho do Meio, Recife/PE – Fone: (081) 3184.2249 GER // 2247 PSICOSSOCIAL.

Fonte: Supervisão Psicossocial da CPFR

Portanto, humanizar o parto, é o foco do trabalho de doulagem independente do tipo de crime cometido por essas mulheres encarceradas.

2.4. Tipos de crimes e reincidência²⁰

A grande causa dos crescentes índices de criminalidade em meio às mulheres da CPFR é o envolvimento com o tráfico de drogas (artigo 33 da Lei 11.343/06), ocupando este o 1º lugar nas estatísticas. Das presidiárias que são processadas pelo referido crime, pelo menos 20% também praticou associação para o tráfico de drogas (artigo 35 da Lei 11.343/06), demonstrando, assim, equivalência com o retrato dos demais estabelecimentos penais femininos brasileiros.

²⁰ Dados da CPFR, em janeiro de 2014.

O atendimento feito às detentas pela direção da UP, constatou nas entrevistas realizadas que muitas delas traficaram drogas, primeiramente, influenciadas pela relação de afeto existente entre elas e o companheiro (marido, namorado, amante) e outras vezes por necessidade financeira, para o sustento da prole, agindo sozinhas, independentes da figura masculina.

Embora a mulher não ocupe os mesmos lugares que o homem no tráfico de drogas – especialmente porque as mulheres, via de regra, não se envolvem em atos de violência relacionados ao tráfico – verificamos que é muito comum que a droga seja apreendida em poder das mulheres em pequenas quantidades, nas suas próprias residências e, muitas vezes, para consumo próprio. Porém, muitas estão traficando enormes quantidades, principalmente aquelas que são de outro estado do país, sob promessa de pagamento pela atividade criminosa realizada.

O furto simples (art. 155, caput do Código Penal Brasileiro- CPB) juntamente com o furto qualificado (art. 155, § 4º do CPB) ocupam o 2º lugar no ranking dos crimes mais praticados pelas mulheres encarceradas. A maioria das entrevistadas justificou o ato por questões de sustento da prole, tendo em vista que muitas são mães solteiras, viúvas ou esposas de presidiários

O homicídio simples (art. 121, caput do CPB) e homicídio qualificado (art. 121, § 2º do CPB) estão em 3º lugar no ranking dos crimes mais cometidos pelas presidiárias da CPFR. Geralmente a vítima é o marido/companheiro ou outra pessoa da família. Quando não são mandantes, executam o crime usando arma de fogo ou arma branca (NERI, 2007).

Na 4ª posição estão o roubo simples (art. 157, caput do CPB) e roubo qualificado (art. 157, §2º do CPB). Nesse caso, geralmente as presidiárias cometem o crime de quadrilha ou bando (art. 288 do CPB), muitas alegando puro prazer no cometimento dos mesmos, tendo em vista a “adrenalina e aventura” a que se sujeitam. Há casos de líderes de assalto a banco e explosão de caixa eletrônico.

A mulher traficante de drogas, especificamente, quando relata discursivamente sua história de vida, suas experiências com família, amor, drogas, polícia, enfim, com o campo interacional no qual convive cotidianamente, exterioriza representações sociais, significados e sentidos muito particulares e que compõem a sua verdade, na medida em que são traduzidos como verdadeiros sentimentos (PIMENTEL, 2007, p. 75).

A reincidência na Colônia Penal Feminina do Recife alcança a ordem de 10% da população carcerária. Os crimes mais cometidos novamente são o furto e o tráfico de drogas. As presidiárias reincidentes do crime de furto alegam que por ficarem pouco tempo na cadeia, a facilidade é grande e cometer o delito torna-se um vício. Além do mais, quando estão em liberdade fica difícil conseguir um emprego.

O Código Penal, em seu artigo 63, define o que é reincidência, nos seguintes termos: "Verifica-se a reincidência quando o agente comete novo crime, depois de transitar em julgado a sentença que, no País ou no estrangeiro, o tenha condenado por crime anterior."

Segundo Capez (2013), a natureza jurídica da reincidência é de circunstância agravante genérica, cujo caráter é subjetivo ou pessoal, de modo que não se comunica aos eventuais partícipes ou co-autores. Assim prescreve o artigo 30 do Código Penal: "Não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime".

Segundo Foucault (2008) o sistema penal é seletivo, pois as leis penais são infringidas a todo o momento por todos os grupos sociais, mas o grupo que está na prisão é o pobre. As pessoas que passam pela prisão ficam estigmatizadas e têm dificuldade de se inserirem socialmente, conseguir emprego, amigos, e por essas dificuldades voltam a delinquir.

Para o autor, desde o seu nascimento, a prisão já possuía críticas que denunciavam seu fracasso quanto ao objetivo ressocializador. Ela não estaria diminuindo as taxas de criminalidade, ao contrário, elas aumentavam a cada momento. Além do mais, constatou-se logo, que a detenção provocava a reincidência, onde o preso era condenado, privando-se sua liberdade, e quando voltava para a sociedade estava tão marcado pelos efeitos da prisão, que a única alternativa era voltar a delinquir.

As presidiárias reincidentes se encaixam no perfil detalhado em seção anterior, pois são pobres, têm entre 18 e 30 anos, de cor parda e não concluíram o ensino fundamental. Com esses resultados, resta evidente a seletividade do sistema defendida por Foucault(2008), ao mencionar que a prisão não é um fracasso e sim um sucesso diante do que se propõe (controle social), o papel da mesma não é recuperar os seus internos, mas submetê-los às regras impostas pelos grupos sociais, pois ela contribui para que a lei seja aplicada a um grupo específico. O sistema punitivo seleciona.

Para minimizar essa punição, nada como o trabalho e o estudo no interior do cárcere para assegurarem a reinserção social daquelas mulheres que serão estigmatizadas pela condição de expresidiária.

2.5. A ressocialização através do trabalho e do estudo

A ressocialização enquanto função penal apresenta um enfoque humanista da pena, servindo esta como um instrumento para a inserção social do autor de um crime. O castigo ou a pena é, por assim dizer, mostrado como um meio para que o autor de um crime possa se encontrar em sintonia com os mandamentos da sociedade, tratando-se de uma necessidade de prevenção social do crime a fim de evitar novos delitos que por ventura o autor do fato criminoso possa delinquir (SILVA, 2006, 261 p.p).

Outro enfoque do trabalho, além do ressocializador é manter o controle da ordem e da disciplina interna na UP, tendo em vista que as encarceradas realizando alguma atividade laborativa, já eliminam parte do contingente carcerário que pode se envolver em brigas, no uso de entorpecentes e cometimento de outras faltas disciplinares.

Também o trabalho e o estudo favorecem a remição (diminuição) da pena. O detento do regime fechado ou semiaberto pode optar por 12 horas de frequência escolar ou três dias de trabalho no lugar de um dia de pena. Prevista na Lei de Execuções Penais (LEP), a prática já é um direito reconhecido em vários estados com a autorização dos juízes. A nova lei (12.433/2011) veio para padronizar a comutação de pena.

As atividades de estudo poderão ser desenvolvidas de forma presencial – dentro ou fora do estabelecimento penal – ou a distância e deverão ser certificadas pelas autoridades educacionais competentes dos cursos. O tempo a ser reduzido por causa das horas de estudo será acrescido de um terço, caso o detendo termine os ensinamentos fundamental, médio ou superior²¹.

²¹ Ministério da Justiça. Execução Penal. Disponível em <http://portal.mj.gov.br/depen/main.asp?ViewID={FB3ADAA8-2180-4AC8-BF99544D4CC507EA}¶ms=itemID={A539EAEB-7BA2-44C8-94CA>

O caráter de reinserção no mercado de trabalho atrelado ao controle da disciplina no interior da CPFR é o grande mote desmistificador do estereótipo de que a detenta é a “escória social”, tendo em vista a possibilidade de uma nova vida livre do mundo do crime, com qualificação profissional, estudo e vontade de não mais retornar ao cárcere.

Recentemente, no dia 30 de abril de 2014 foi realizada uma audiência pública na Câmara de Vereadores do Recife sobre o trabalho prisional, sendo proposta pela vereadora Isabela de Roldão (Figura ²²8). O evento contou com a presença do Secretário Executivo de Ressocialização, Coronel Ribeiro, da Superintendente do Patronato Penitenciário, Dr^a Zuleide Lima, responsável de acompanhar e encaminhar os egressos do Sistema e do promotor de justiça das Execuções

Penais, Dr. Marco Aurélio, além de outras autoridades e diretoras da CPFR e da Penitenciária de Abreu e Lima (PFAL).

Figura 08- Audiência Pública sobre o Trabalho Prisional

²²[ED71BC9AE74};&UIPartUID={2218FAF9-5230-431C-A9E3-E780D3E67DFE}](#). Acesso em 28 de abril de 2014.



Fonte: rede social da vereadora Isabella de Roldão.

Houve também a participação de duas detentas do regime semiaberto que hoje cumprem pena na PFAL e de uma ex-detenta que está há três anos no regime aberto, contratada no regime celetista pela Empresa Algobom que tem em seu quadro funcional 60 detentos e 16 ex-detentos. Vale salientar que essa empresa – Algobom - foi premiada pelo seu trabalho de ressocialização dos detentos com a Medalha do Mérito **Penitenciário pelo Governo de Pernambuco como a primeira empresa da América Latina a assinar o contrato de trabalho com uma reeducanda após sua liberdade**²³.

Além desse exemplo que, sem dúvida, merece ser seguido pela iniciativa privada, outra alternativa de recomeço para essas mulheres seria a oferta de qualificação profissional no cárcere por meio da educação a distância, a fim de que após o grande desafio de resgatar a sua dignidade, possa ter um novo rumo na sua vida e não mais retornar à prisão.

²³ ALGOBOM. Projeto Ressocialização. Disponível em <http://www.algobom.ind.br/index.php?pg=home&p=0&s=0>. Acesso em 13 de maio de 2014.

Capítulo 3 – Práticas pedagógicas no cárcere feminino

Neste capítulo serão abordados alguns temas a respeito da educação na prisão, a educação regular ofertada na CPFR.

Não só a educação presencial, mas a oferta da Educação a Distância – EAD no cárcere é uma realidade no Brasil. Assim, será apresentado o amparo legal da Educação a Distância no Brasil, a definição e importância da EAD, os aspectos históricos dessa modalidade de ensino no mundo, seu contexto histórico no Brasil e o cenário atual da EAD que rompe fronteiras e paradigmas. Tudo esse cenário servirá de embasamento para mostrar a existência hoje de uma previsão legal para a Educação a Distância - EAD no cárcere brasileiro.

A importância da Educação a Distância nesse trabalho é apresentar de que forma essa ferramenta de ensino aprendizagem pode contribuir para que as detentas da CPFR possam multiplicar seus conhecimentos através da troca de experiências entre elas e, até mesmo, entre detentas de unidades prisionais de outros estados do país.

3.1. Educação na prisão

Legalmente existe um aparato para dar suporte à educação no interior da prisão: a Lei de Execução Penal (LEP- Lei 7.210/84); a Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 208 reza como dever do Estado proporcionar educação para todos, inclusive para os que tiverem acesso na idade própria; a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (LDB); a Lei 9.394/96, que no artigo 1º incentiva a criação de proposta de educação em condições de igualdade de condições para o acesso e permanência do aluno no processo educativo, e no art. 37 prevê a educação de jovens e adultos que não tiveram acesso ao ensino fundamental e médio na idade própria (FERREIRA, 2013, p. 229).

Ao privado de liberdade, apenas este direito está cerceado enquanto durar a sua pena, estando os demais direitos como saúde, educação, trabalho entre outros, garantidos pela LEP. A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado (artigo 17), estando prevista também do artigo 18 ao 21 da LEP abaixo transcritos:

Art. 18. O ensino de 1º grau será obrigatório, integrando-se no sistema escolar da Unidade Federativa.

Art. 19. O ensino profissional será ministrado em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico.

Parágrafo único. A mulher condenada terá ensino profissional adequado à sua condição.

Art. 20. As atividades educacionais podem ser objeto de convênio com entidades públicas ou particulares, que instalem escolas ou ofereçam cursos especializados.

Art. 21. Em atendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos.

Ao traçar o perfil das detentas da CPFR, observou-se uma população jovem e com baixa escolaridade, não se afastando do perfil da maioria dos presidiários do Brasil, conforme levantamento feito pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) a seguir transcrito²⁴:

Dados analisados mostram que apenas um em cada dez detentos brasileiros participa de atividades educacionais oferecidas nas prisões. As condições de escolaridade dos presos no País foram anunciadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) que apresentou em seminário nesta segunda-feira (23), em Brasília.

Outros dados indicam que 66% da população presidiária não concluíram o ensino fundamental, menos de 8% têm o ensino médio e a mesma proporção é analfabeta. A falta de escolaridade afeta especialmente os homens em idade produtiva (três quartos têm de 18 a 34 anos).

O levantamento realizado pelo CNE é um meio para verificar como os presídios federais e os pertencentes aos estados podem cumprir as diretrizes apresentadas do próprio conselho, editadas em maio de 2010. As diretrizes estão previstas no Plano Nacional de Educação (PNE, de 2001) e na terceira edição do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH 3, de 2009).

A falta de ensino nos presídios é mais uma evidência das condições desfavoráveis das prisões do Brasil, que acumulam problemas como superlotação e até tortura, reconhece a ministra-chefe da Secretaria de Direitos Humanos (SDH), Maria do Rosário, que vê na oferta de ensino regular para jovens e adultos (inclusive profissionalizante) “uma ponte para a socialização.”

Os dados compilados pelo CNE mostram que os presos sem escola acabam perpetuando sua condição de pobreza. “É a população mais pobre e com mais baixa escolaridade”, ressalta a ministra. “Essa marca revela uma

²⁴ Portal Brasil. Levantamento mostra escolaridade dos presidiários no País. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/educacao/2012/04/levantamento-mostra-escolaridade-dos-presidiarios-nopais>. Acesso em 04 de junho de 2014.

conexão perversa entre a situação de baixa oportunidade e circunstância de violência”, sublinha.

Para Adeum Sauer, conselheiro do CNE e responsável pela análise da condição educacional dos presos no Brasil, a opinião pública também deve mudar e rever a maneira de enxergar o presidiário. “Os presos são pessoas que têm direito e vão voltar para a sociedade. Se não houver alternativa, vão voltar a delinquir e nós continuaremos a dizer: as prisões são escolas do crime e não espaço de ressocialização”.

De acordo com o conselheiro, os estados e a União devem lançar mão do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) para financiar a melhoria da escolaridade nos presídios, além de recursos regulares complementares como aqueles que têm origem em convênios ou para compra de material escolar.

A população carcerária do Brasil é uma das três maiores do mundo (atrás dos Estados Unidos e da China), com 514.582 presos, segundo dados de dezembro de 2011, do Ministério da Justiça. No país, há cerca de 270 pessoas presas para cada 100 mil habitantes.

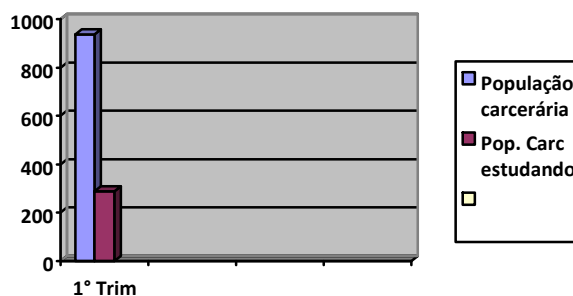
O direito à educação nas prisões de Pernambuco é garantido por meio de uma parceria entre a Secretaria Executiva de Ressocialização (SERES) e a Secretaria de Educação e Esportes (SEDE), cujo desafio é proporcionar aos detentos uma educação humanizadora e libertadora, capaz de contribuir para a ressignificação de suas existências e mudanças de vida pós cárcere.

3.2. A educação regular ofertada na CPFRR

Atualmente, o estado de Pernambuco, conta com escolas em todas as unidades prisionais, sendo 07 credenciadas e 13 escolas anexos. De uma população carcerária de quase 31 mil presos, 8.500 (oito mil e quinhentos) estão regularmente matriculados frequentando uma sala de aula regular.

Na CPFRR funciona a Escola Olga Benário Prestes há dezessete anos, ofertando educação de jovens e adultos na modalidade presencial. Há 289 detentas matriculadas nas séries iniciais de um total de 936 mulheres reclusas, conforme comparativo no gráfico abaixo:

Gráfico 06- Quantitativo de alunas estudando X população carcerária



Fonte: Direção da Escola Olga Benário

A estrutura física e funcional da escola possui as seguintes características:

- ✓ Diretora: Maria Eliande de Andrade da Costa e Silva;
- ✓ Educadora de apoio: Giselle Maria de Souza;
- ✓ 289 Reeducandas matriculadas no EJA;
- ✓ 03 Salas de Aula com capacidade para 30 alunas cada uma;
- ✓ 01 Sala de Aula adaptada (Refeitório): Período Noturno;
- ✓ 03 Turnos de funcionamento (manhã, tarde e noite); ✓ 13 Professores.

As atividades da Escola não são apenas aulas presenciais, envolve também alguns eventos com a participação das detentas, tal como a Feira de Conhecimentos que ocorre anualmente e envolve várias temáticas, tais como poesias, contos, desenho, pintura. A participação das detentas é bastante significativa, segundo a diretora da escola Maria Eliande que afirma: “elas se esquecem que estão na prisão, desenvolvem suas habilidades e talento com muita dedicação”.

Figura 09- Feira de Conhecimento- novembro de 2013



Fonte: Direção da Escola Olga Benário

Onofre (2002, p. 33) alerta que a escola no presídio é uma peça chave no processo de ressocialização, sendo necessária a construção de programas educativos voltados para as unidades prisionais a que estejam vinculados. Ainda, segundo a autora, a concepção sobre o mundo e a educação deveriam partir do sujeito encarcerado, a fim de construir conhecimentos que possibilitem a sua recuperação e reinserção à sociedade.

Ademais, além de contribuir para a reinserção social, a educação contribui para a diminuição da pena assim como há previsão legal de ser realizada na modalidade a distância.

3.3. Amparo legal da EAD no Brasil

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 não faz referência à modalidade de ensino aprendizagem a distância. Prevê em seus artigos 205, 206 e 207 que a “educação é um direito de todos”, presumindo-se a oferta na modalidade presencial. Abaixo, transcreve-se o texto que embasa o direito à educação no país:

Art. 205 - A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art.206- O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
(Alterado pela EC-000.019-1998)

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Alterado pela EC-000.053-2006)
- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII- garantia de padrão de qualidade.
- VIII- piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.(Acrescentado pela EC-000.0532006)

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Acrescentado pela EC-000.053-2006)

Art. 207- As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

A referência à EAD no Brasil, surge no contexto legislativo nacional em 1996, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), cujo artigo 80, regulamentado pelo Decreto 5.622/2005 (DECRETO DO EXECUTIVO), de

19/12/2005, assim estabelece:

Art. 80. O poder público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

§1º A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§ 2º A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância.

§ 3º As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

§ 4º A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:

- I – custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens;
- II – concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;

III – reserva de tempo mínimo, sem ônus para o poder público, pelos concessionários de canais comerciais.

O Ministério da Educação do Brasil (MEC) disponibiliza no site da antiga Secretaria de Educação a Distância- (SEED) (extinta em 2011 e vinculada atualmente à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), os seguintes decretos e portarias que regulamentam a educação a distância no ensino superior:

DECRETO nº 5.773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

DECRETO Nº 6.303, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2007. Altera dispositivos dos Decretos nºs 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 5.773, de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

PORTARIAS:

Portaria nº 1, de 10 de janeiro de 2007.

Portaria nº 2 (revogada), de 10 de janeiro de 2007.

Portaria nº 40, de 13 de dezembro de 2007.

Portaria nº 10, de 02 de julho de 2009.²⁵

No âmbito legal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) foi um grande avanço, admitindo indiretamente os cursos livres a distância, da educação fundamental ao ensino médio, além de permitir o funcionamento de cursos de graduação e pós-graduação. Para tanto, definiremos a EAD e sua importância.

3.4. Definição e importância da Educação a distância (EAD)

A EAD é secular. Diferente da educação presencial, a sua implementação requer a vitória de grandes desafios, tais como: alcance em terras longínquas, idade avançada, deficiência física, falta de tempo devido à rotina de trabalho, entre outros fatores. Destacamos as palavras de Piva Jr. (2011, p. 01), que afirma: “a educação,

²⁵ MEC- Educação. Secretaria de Educação a Distância. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=865&catid=193%3Aseed-educacao-adistancia&id=12778%3Alegislacao-de-educacao-a-distancia&option=com_content&view=article. Acesso em 24 de abril de 2013.

além de sua natural complexidade, com a introdução de tecnologias de informação e comunicação (TICs) vem, já há muito tempo, sofrendo profundas transformações”.

A coexistência de dois modelos educacionais, o presencial e o não presencial, que cada vez mais caminham de forma integrada, auxilia para o aumento de tal complexidade. Nesse contexto, a educação não presencial, em todas as suas modalidades e formas, tem sido ofertada com a nomenclatura de educação a distância (EAD).

Na visão de Moore e Kearsley (2007, p. 02), grandes estudiosos sobre o tema,

Educação a distância pode ser definida como o aprendizado planejado que ocorre normalmente em um lugar diferente do local do ensino, exigindo técnicas especiais de criação do curso e de instrução, comunicação por meio de várias tecnologias e disposições organizacionais e administrativas especiais.

A EAD é uma modalidade de ensino aprendizagem que possibilita ao aluno autonomia para flexibilizar seus estudos, através da pesquisa e do diálogo estabelecidos nessa relação de indivíduos/mediadores e discentes na busca de novas formas de pensar. Moore e Kearsley (2011, p. 15), defendem que

Para a concretização da EAD faz-se necessário a existência de três atores: os especialistas em conteúdo, aqueles que elaboraram as instruções e outros que têm conhecimento de tecnologia, afirmando que poucos são os especialistas que assumem a três responsabilidades.

A necessidade da EAD como modalidade de ensino/aprendizagem nas instituições e organizações, considera vários aspectos de relevada importância para a sua aplicabilidade e efetividade:

- acesso crescente a oportunidades de aprendizado e treinamento;
- proporcionar oportunidades para *atualizar aptidões*; melhorar a
- *redução de custos* dos recursos educacionais; apoiar a *qualidade*
- das estruturas educacionais existentes; melhorar a *capacitação* do
- sistema educacional; *nivelar desigualdades* entre grupos etários;
- direcionar campanhas educacionais para *públicos-alvo* específicos;
- proporcionar treinamento de emergência para *grupos-alvo importantes*;
- aumentar as aptidões para a educação em *novas áreas de*
- *conhecimento*;
- oferecer uma combinação de educação com
- *trabalho e vida familiar*; *agregar uma dimensão internacional* à experiência educacional.

Outro exponencial da EAD, Frederic Litto (2010) presidente da Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED), defende que hoje, nessa modalidade de

ensino, “o professor deve ser um arquiteto de atividades, um facilitador, estimulando o aluno a descobrir o conhecimento, dentro de uma filosofia construtivista”²⁶.

Em suma, Mattar (2011) afirma que por mais que diversos autores não cheguem a um consenso a respeito da nomenclatura que deva ser utilizada para tratar de Educação a distância, outros chamando de Educação sem distância (TORI, 2010), Educação Aberta e a Distância, Educação on-line ou a expressão *e-learning*, a certeza que temos é a busca de novas formas de aprendizagem centrada no aluno, especialmente adulto, já decidido dos passos que deve seguir para obter um futuro profissional que atenda às exigências de competitividade do mercado.

Como dito anteriormente, a EAD não surgiu recentemente, não é um modismo e sim uma tendência mundial que iniciou nos Estados Unidos da América (EUA) no século XVIII como veremos a seguir.

3.5. Aspectos históricos da EAD no mundo como modalidade de ensino aprendizagem

Os Estados Unidos da América (EUA) foram pioneiros no ensino a distância, por meio de aulas por correspondência ministradas por Caleb Philips (20 de março de 1728, na Gazette de Boston, EUA), que enviava suas lições todas as semanas para os alunos inscritos. Mais de um século depois, em 1840, Isaac Pitman ofereceu um curso de taquigrafia por correspondência, na Grã-Bretanha (NUNES, 2009, p. 02 in LITTO e FORMIGA).

James Stuart em 1871, ao desenvolver o método de estudo por correspondência na Inglaterra, incluiu a educação de mulheres, considerada um tabu naquela época, tendo seus ensinamentos como modelo adotado na América do Norte por Anna Eliot Ticknor, que estabeleceu um sistema similar de estudo em casa para as mulheres em Boston, Massachussetts, criando a “Sociedade Americana para o Estudo em Casa”.

Sua contribuição foi gigantesca, matriculando aproximadamente sete mil mulheres em cursos por correspondência, de nível universitário, no decorrer de vinte

²⁶ LITTO, Frederic. *Educar para crescer*. Entrevista. Disponível em <http://educarparacrescer.abril.com.br/aprendizagem/entrevista-frederic-litto-527506.shtml>. Acesso em 21 de janeiro de 2012.

e quatro anos de funcionamento desse sistema, até a morte de sua idealizadora. (NUNES, 2009, p. 3 in LITTO e FORMIGA)

Em meados do século passado, as universidades de Oxford e Cambridge, na Grã-Bretanha, ofereceram cursos de extensão. Depois, vieram a Universidade de Chicago e de Wisconsin, nos EUA.

(...)

Do início do século XX até a Segunda Guerra Mundial, várias experiências foram adotadas, sendo possível melhor desenvolvimento das metodologias aplicadas ao ensino por correspondência. Depois, as metodologias foram fortemente influenciadas pela introdução de novos meios de comunicação de massa.

A necessidade de rápida capacitação de recrutas norte-americanos durante a Segunda Guerra Mundial fez aparecerem novos métodos - entre eles se destacam as experiências de Fred Keller (1983) para o ensino da recepção do Código Morse que logo foram utilizados, em tempo de paz, para a integração social dos atingidos pela guerra e para o desenvolvimento de novas capacidades laborais nas populações que migraram em grande quantidade do campo para as cidades da Europa em reconstrução.

(...)

Atualmente, mais de 80 países, nos cinco continentes, adotam a educação a distância em todos os níveis, e sistemas formais e não formais de ensino, atendendo a milhões de estudantes. A educação a distância tem sido largamente usada para treinamento e aperfeiçoamento de professores em serviço, como é o caso do México, Tanzânia, Nigéria, Angola e Moçambique (NUNES, 2009, p. 3 in LITTO e FORMIGA).

Segundo dados do site da Faculdade a Distância Opet, a EAD é uma realidade bem sucedida em todo o mundo. O Canadá tem mais de 600.000 alunos universitários estudando a distância. Na Rússia, os alunos a distância já representam 31%, na Turquia 27% e na Tailândia 38%. Na Europa, já são mais de 1 milhão de alunos universitários e na Ásia, mais de 3 milhões. A Open University (Inglaterra) forma 10% de todos os alunos de graduação do país. A EAD faz parte da realidade brasileira desde 1995, tornada oficial como modalidade válida para todos os níveis de ensino²⁷.

A história da EAD evoluiu ao longo do tempo, sendo identificadas cinco gerações, de acordo com as principais tecnologias de comunicação empregadas.

A primeira geração de estudo por correspondência/em casa/independente proporcionou o fundamento para a educação individualizada a distância.

A segunda geração, de transmissão por rádio e televisão, teve pouca ou nenhuma interação de professores com alunos, exceto quando relacionada a um curso por correspondência; porém, agregou as dimensões oral e visual à apresentação de informações aos alunos a distância.

A terceira geração – as universidades abertas – surgiu de experiências norte-americanas que integravam áudio/vídeo e correspondência com

²⁷ FACULDADE A DISTÂNCIA Opet. Disponível em <http://www.opet.com.br/educacao-adistancia/educacao-a-distancia-uma-realidade.html>. Acesso em 16 de julho de 2012.

orientação face a face, usando equipes de cursos e um método prático para a criação e veiculação de instrução em uma abordagem sistêmica.

A quarta geração utilizou a teleconferência por áudio, vídeo e computador, proporcionando a primeira interação em tempo real de alunos com alunos e instrutores a distância. O método era apreciado especialmente para treinamento corporativo.

A quinta geração, a de classes virtuais on-line com base na internet, tem resultado em enorme interesse e atividades em escala mundial pela educação a distância, com métodos construtivistas de aprendizado em colaboração, e na convergência entre texto, áudio e vídeo em uma única plataforma de comunicação (MOORE e KEARSLEY, op. cit. p. 47 e 48).

Após a análise das gerações que marcaram a história da EAD, podemos destacar a separação geográfica ou espacial entre o aluno e o professor ou entre os próprios alunos como uma característica que apesar de não estarem fisicamente próximos, não houve impedimento para que o aprendizado acontecesse.

Ademais, a separação temporal também é um fator determinante, tendo em vista que existem atividades síncronas (professor e alunos precisam estar conectados na mesma hora), a exemplo de *chats*, *videoconferências interativas* e atividades assíncronas, em que professor e alunos estão separados no tempo (fóruns). De uma forma ou de outra, a EAD só favorece ao aluno, possibilitando que o mesmo manipule o espaço e o tempo em favor da educação (MATTAR e MAIA, 2007, p. 06-07).

Em face do panorama traçado mundialmente sobre a história da EAD, abordaremos no próximo tópico sua trajetória no Brasil.

3.5.1. Contexto histórico da EAD no Brasil

Antes de 1900, cursos profissionalizantes por correspondência, a exemplo de datilografia, já eram oferecidos por professoras particulares no Rio de Janeiro, através de anúncios nos jornais. Essa modalidade de ensino a distância predominou nos vinte primeiros anos da história da EAD em nosso país. Em 1904, uma filial da organização norte-americana das Escolas Internacionais oferecia cursos para pessoas que procuravam emprego no comércio e setor de serviços.

Em 1923 surgia o segundo meio de transmissão a distância do saber: o rádio. Era fundada a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro que visava promover a educação popular, o que trazia preocupação para os governantes que temiam movimentos subversivos dos revolucionários de 1930. Foi criado em 1937, o Serviço de Radiodifusão Educativa do Ministério da Educação.

O MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) foi um grandioso projeto que tinha abrangência nacional e utilizava o rádio, porém, com a revolução de 1969 a rádio educativa brasileira foi liquidada, perdendo o Brasil o ranking de liderança através desse meio de comunicação (ALVES, 2009, p. 09-10).

O Instituto Universal Brasileiro (IUB) foi pioneiro em oferecer cursos a distância, fundado em 1941, já formou mais de 4 milhões de pessoas e hoje conta com cerca de 200 mil alunos. Os cursos oferecidos são profissionalizantes (a exemplo de fotografia, inglês, violão, etc.) através de apostilas enviadas via correio. Outro sucesso a nível nacional foi o Telecurso, cujo projeto oferece cursos supletivos a distância a partir das décadas de 1970 e 1980 por meio de satélite e materiais impressos. Atualmente, denominado de Telecurso 2000 utiliza as mídias de livros, vídeos e transmissão por TV, disponibilizando salas de apoio em todo país para que os alunos assistam às transmissões e aos vídeos, bem com acessem o material de apoio. Fez 35 anos de atuação e inclusão social e educacional, conforme notícia veiculada no site **G1.com** e transcrita em anexos (p. 126).

Em 1991 surgiu o programa Salto para o Futuro no qual realiza a formação continuada e aperfeiçoamento de professores e alunos dos cursos de magistério. Tornou-se um marco da EAD nacional, incorporado à TV Escola (da extinta Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação), utilizava mídias como material impresso, TV, fax, telefone e internet, além de encontros presenciais nas telessalas (MAIA e MATTAR, 2007, p. 25-27).

Provavelmente, o programa acima foi precursor do PROFORMAÇÃO, que em 1997, a Secretaria de Educação a Distância – SEED/MEC –, o Fundo de Fortalecimento da Educação – FUNDESCOLA –, os estados e municípios propuseram, mediante celebração de parcerias, o desenvolvimento deste Programa, voltado para a habilitação de professores sem a titulação mínima legalmente exigida, como estratégia para melhorar o desempenho do sistema de Educação Fundamental em todas as regiões do país.

Apesar do PROFORMAÇÃO já ter formado mais de 30.000 professores, existe ainda no Brasil, nas redes públicas de ensino, um número significativo de professores sem a habilitação mínima exigida por lei, atuando nas primeiras séries do Ensino Fundamental e/ou classes de alfabetização. O MEC, sensível a essa realidade e respaldado no sucesso do Programa, a partir de 2004 oferece o PROFORMAÇÃO para todas as regiões do país²⁸.

Em 2006, foi criado no Brasil o Sistema de Universidade Aberta que na verdade, não é uma universidade propriamente dita, mas sim um consórcio de instituições públicas de ensino superior (ALVES, 2009, p. 12 in LITTO e FORMIGA).

A Universidade Aberta do Brasil é um sistema integrado por universidades públicas que oferece cursos de nível superior para camadas da população que têm dificuldade de acesso à formação universitária, por meio do uso da metodologia da educação a distância. O público em geral é atendido, mas os professores que atuam na educação básica têm prioridade de formação, seguidos dos dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos estados, municípios e do Distrito Federal.

O Sistema UAB foi instituído pelo Decreto 5.800, de 8 de junho de 2006, para "o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País". Fomenta a modalidade de educação a distância nas instituições públicas de ensino superior, bem como apóia pesquisas em metodologias inovadoras de ensino superior respaldadas em tecnologias de informação e comunicação. Além disso, incentiva a colaboração entre a União e os entes federativos e estimula a criação de centros de formação permanentes por meio dos polos de apoio presencial em localidades estratégicas.

Assim, o Sistema UAB propicia a articulação, a interação e a efetivação de iniciativas que estimulam a parceria dos três níveis governamentais (federal, estadual e municipal) com as universidades públicas e demais organizações interessadas, enquanto viabiliza mecanismos alternativos para o fomento, a implantação e a execução de cursos de graduação e pós-graduação de forma consorciada. Ao plantar a semente da universidade pública de qualidade em locais distantes e isolados, incentiva o desenvolvimento de municípios com baixos IDH e IDEB. Desse modo, funciona como um eficaz instrumento para a universalização do acesso ao ensino superior e para a requalificação do professor em outras disciplinas, fortalecendo a escola no interior do Brasil, minimizando a concentração de oferta de cursos de graduação nos grandes centros urbanos e evitando o fluxo migratório para as grandes cidades²⁹.

²⁸ PROFORMAÇÃO. ENSINO E APRENDIZAGEM. Programa de Formação de Professores em Exercício. Disponível em <http://proformacao.proinfo.mec.gov.br/historico.asp>. Acesso em 23 de abril de 2013.

²⁹ UAB - UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL. Disponível em http://www.uab.capes.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6&Itemid=18. Acesso em 24 de abril de 2013.

Em mais de um século de EAD no Brasil tivemos histórias vitoriosas, inúmeras pessoas e instituições deram a sua contribuição para que essa modalidade de ensino aprendizagem alcançasse grandes populações. Importante salientar que erros foram e ainda são cometidos na tentativa de implementação dessa forma de construção do conhecimento que antes de tudo, requer a motivação do aluno que não pôde ou não quis frequentar uma sala de aula regular.

Observa-se o quanto significativas são as contribuições da EAD para o aluno que quer dispor seu pouco tempo livre para o estudo, geralmente conciliando com o trabalho e atividades do lar. Para tanto, surgiu a imensa necessidade de um marco legal para garantir essa modalidade de ensino aprendizagem a toda e qualquer pessoa interessada de desfrutar desse universo, como será apresentado adiante.

3.6. Cenário atual: EAD rompendo fronteiras, distâncias e paradigmas

Em virtude do crescimento vertiginoso que essa modalidade de ensino aprendizagem vem apresentando, O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) realizou uma pesquisa em que foi constatado que os cursos a distância superaram os presenciais em todos os indicadores de qualidade do e- MEC, segundo matéria veiculada no site do IFPE, transcrita na seção de anexos (p. 128).

Observa-se, assim, o poder da educação a distância como solução eficaz para várias situações problema que o aluno poderia encontrar, tendo em vista que ultrapassa as paredes da sala de aula, removendo as fronteiras de espaço e de tempo, de modo que o acesso à informação e às pessoas acontece em qualquer parte do mundo (KEARSLEY, 2011).

Em 2009, a Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED) realizou o *Censo ead.br* (2010), trazendo à tona importantes características da EAD no Brasil (MATTAR, 2011, p. 76):

- Pelo menos 2.600.000 de brasileiros se valem da EAD. Enquanto na educação presencial, cerca de 80% dos estudantes estão na educação pública, no caso da EAD ao redor de 75% estão na educação privada. Nas regiões Sudeste e Sul, há uma predominância de alunos em instituições privadas, enquanto nas regiões Norte e Nordeste, em instituições públicas. O ensino superior (graduação e pós-graduação) cresce mais que o básico (incluindo EJA e técnicos). Os cursos voltados à formação de professores são o maior grupo (31,5%).

- -
 - Mobilidade: 42% dos alunos estão fora do estado-sede das instituições.
 - A idade média do aluno da EAD (mais de 30 anos) é mais avançada do que na educação presencial. A evasão é maior no setor público.
 - As instituições com oferta de professor presencial apresentam evasão mais baixa.
 - Crescimento da EAD corporativa.
 -
 -
- O cenário atual da EAD quebra o paradigma de “estar presente, a distância” (TORI, 2010, p. 101), de modo que nas palavras de Kenski (2010, p. 101),

Estudantes e professores tornam-se desincorporados nas escolas virtuais. Suas presenças precisam ser recuperadas por meio de novas linguagens, que os representem e os identifiquem para todos os demais. Linguagens que harmonizem as propostas disciplinares, reincorporem virtualmente seus autores e criem um clima de comunicação, sintonia e agregação entre os participantes de um mesmo curso.

Moore (2011, p. 311), inicia o capítulo 12 de sua obra sob o seguinte tema: “Educação a Distância está relacionada à Mudança”, deixando evidente que os fatores abordados quanto ao alcance e desafios da EAD são concretos. A possibilidade de rompimento de fronteiras, distâncias e paradigmas é observada em seus escritos abaixo:

O início do novo milênio tem sido descrito, sob diversas denominações, como Era da Informação, Era Digital ou Sociedade do Conhecimento. As mudanças globais são – em grau significativo – o resultado de mudanças na tecnologia. Chegamos a um ponto de história em que esses avanços tecnológicos, bem como as tendências econômica, demográfica e pedagógica convergem e se reforçam mutuamente para criar um impulso que resulte em mudanças aceleradas nos próximos anos. (...)

As fronteiras do fenômeno da EAD ultrapassam as barreiras de tempo e espaço, focando no *conteúdo e no aluno/aprendiz*, além de estar em permanente aperfeiçoamento, por conta de sua característica marcante de dinamicidade. Aliada às TICs, a velocidade em que o conhecimento se expande oportuniza acesso àquelas pessoas que não estudaram no tempo e idade corretos, além de propiciar sua democratização.

É urgente que se possa esquecer velhos métodos de ensino para dar lugar à criatividade, colaboração e sobretudo, ao compartilhamento de informações para que o conhecimento seja construído coletivamente, fazendo de cada pessoa que busca aprender através dessa modalidade de educação, um ser autônomo, questionador e principalmente, motivado para fazer descobertas. No cárcere, a experiência vivenciada pelas detentas será um diferencial em suas vidas.

3.7. EAD no cárcere: previsão legal

Em 2011, a Lei de Execução Penal, sofreu alteração em alguns artigos, trazendo como inovação a remição da pena pelo estudo: a cada 12 horas de estudo, diminui um dia na pena do condenado ao regime fechado ou semiaberto. Trouxe, ainda, a possibilidade de ser realizada educação a distância, conforme lei abaixo transcrita:

LEI Nº 12.433, DE 29 DE JUNHO DE 2011.

Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA. Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os arts. 126, 127, 128 e 129 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 126. O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena.

§ 1º A contagem de tempo referida no caput será feita à razão de:

I - 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar - atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior, ou ainda de requalificação profissional - divididas, no mínimo, em 3 (três) dias;

II - 1 (um) dia de pena a cada 3 (três) dias de trabalho.

§ 2º As atividades de estudo a que se refere o § 1º deste artigo poderão ser desenvolvidas de forma presencial ou por metodologia de ensino a distância e deverão ser certificadas pelas autoridades educacionais competentes dos cursos frequentados.

Desse modo, verifica-se que a EAD tem avançado com uma enorme força, atingindo a um público que no momento, em razão da prisão, não teria condições de realizar determinados cursos que só presencialmente, poderia frequentar, daí a necessidade urgente de desenvolver essa modalidade de ensino que no Brasil está prevista na LDB.

No estado de São Paulo, a oferta do curso de pedagogia a distância no interior de uma unidade prisional já é uma realidade e está em fase experimental, conforme notícia transcrita na seção de anexos (p. 130).

Verifica-se, portanto, que a EAD no interior das unidades prisionais tem o importante papel de romper grades, contribuindo para o desenvolvimento do ser humano encarcerado, que exerce o direito à educação na sua plenitude.

O conceito de economia criativa é acrescido do adjetivo “criativa” para fazer alusão à imaginação nas atividades realizadas por indivíduos com possibilidade de agregar valor econômico. Em meados dos anos 80 a Organizações das Nações Unidas- ONU lançou a ideia de que o direito ao desenvolvimento é inalienável, esse é um dos pilares da economia criativa. No Brasil, os conceitos de diversidade cultural, sustentabilidade, inovação e inclusão social formam os pilares norteadores da economia criativa. Em 2011 foi criada no Brasil a Secretaria da Economia

Criativa.

Em Pernambuco, seguindo a tendência nacional, foi criado um Programa de Governo chamado “PE Criativo”, incentivando a criatividade e as percepções da população a respeito do que pode gerar fonte de renda. Dentre essas percepções, como expressão cultural, encontra-se o artesanato, também fabricado no interior do cárcere feminino, como possibilidade de inclusão social e qualificação profissional e como futura oportunidade de sustentabilidade econômica no pós-cárcere.

4.1. Conceito de economia criativa

Uma das definições de economia criativa toma como base as dinâmicas culturais, sociais e econômicas construídas a partir do ciclo de criação, produção, distribuição/circulação/difusão e consumo/fruição de bens e serviços oriundos dos setores criativos, caracterizados pela prevalência de sua dimensão simbólica, valorizando o intelecto humano (SEC, Plano de EC).

Os dados sobre o crescimento da economia criativa no mundo são significativos. Segundo estimativas da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), o comércio internacional em bens e serviços culturais cresceu, em média, 5,2% ao ano entre 1994 (US\$ 39 bilhões) e 2002 (US\$ 59 bilhões). No entanto, esse crescimento continua concentrado nos países desenvolvidos, responsáveis por mais de 50% das exportações e importações mundiais. Além disso, pesquisas da Organização Internacional do Trabalho (OIT) apontam para uma participação de 7% desses produtos no Produto Interno Bruto (PIB) mundial, com previsões de crescimento anual que giram em torno de 10% a 20% (BRASIL, MINC, SEC, 2011, p.13-14).

A economia criativa é a economia do intangível, do simbólico. Ela se alimenta dos talentos criativos, que se organizam individual ou coletivamente para produzir bens e serviços criativos.

Barbero define quatro forças que impulsionam o desenvolvimento: a organização flexível da produção; a difusão das inovações e do conhecimento; a mudança e adaptação das instituições e o desenvolvimento urbano do território. A interação entre essas forças produziria a necessária sinergia capaz de alavancar um desenvolvimento endógeno que, por sua vez, permitiria ao Brasil, uma nova alternativa de crescimento econômico não mais construído de fora para dentro, mas resultado de uma dinâmica econômica local. Ao mesmo tempo, esse desenvolvimento se fundamentaria na valorização das éticas e das expressões culturais locais, necessárias à consolidação de práticas cooperativas, ao crescimento da confiança entre indivíduos e grupos, além da proteção ao patrimônio cultural e ambiental dos territórios envolvidos.

A economia criativa obedece em seus fundamentos as condições propostas por Barbero e, por isso, traduz uma mensagem esperançosa, produzindo impactos positivos em todas as regiões do planeta. Sabemos, no entanto, que nenhum modelo por ela produzido em outras nações nos caberá. Como nos dizia Mia Couto, necessitamos construir nossos próprios modelos e tecnologias sociais. Afinal de contas, o Brasil deve ao mundo e, especialmente, à América Latina e à África, uma contribuição efetiva para um novo desenvolvimento incluyente e sustentável (BRASIL, MINC, SEC, 2011, p. 14).

No Brasil - diferente da concepção anglo saxã que considera a economia criativa como uma indústria -, buscou-se construir um conceito distante do entendimento da “indústria criativa”, tendo em vista o significado de produção de massa, em larga escala. Desse modo, adotou-se o termo “setores criativos”, representando o conjunto de empreendimentos que atuam no campo da economia criativa.

Chega-se então à seguinte definição: os setores criativos são todos aqueles cujas atividades produtivas têm como processo principal um ato criativo gerador de valor simbólico, elemento central da formação do preço, e que resulta em produção de riqueza cultural e econômica. (BRASIL, MINC, SEC, 2011, p. 22).

Vale salientar que os setores criativos vão além dos setores culturais tradicionais. Os setores criativos são mais amplos conforme figura 10.

Figura 10- Setores criativos- a ampliação dos setores culturais



Fonte: SEC, 2011, p.23.

O Ministério da Cultura no Brasil (MinC), elenca o rol das atividades incluídas nos setores criativos para direcionar a sua área de atuação, conforme figura:

Figura 11- Escopo dos Setores Criativos Ministério da Cultura (2011)



Fonte: SEC, 2011, p. 29.

A economia criativa se fundamenta em diversas percepções que são baseadas na criatividade e diversidade cultural. Uma dessas percepções é a produção de artesanato, inserido nesse novo conceito de multiplicação de conhecimento, conforme representado na figura:

Figura 12- Percepções da economia criativa



Fonte: Inovadores ESPM. Disponível em <http://www.inovadoresespm.com.br/percepcoes-doworkshop-de-economia-criativa-e-startup/> Acesso em 20 de fevereiro de 2014.

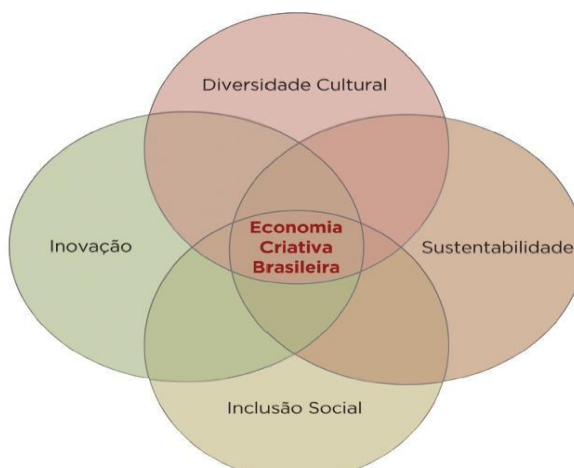
4.2. Princípios norteadores da economia criativa

Para ultrapassar a esfera do planejamento estratégico (BRASIL, MINC, SEC, 2011) necessário à implementação de políticas públicas de cultura, a Secretaria da Economia Criativa (SEC) estabeleceu quatro princípios norteadores adequados à realidade nacional:

- a importância da diversidade cultural do país; a percepção da
- sustentabilidade como fator de desenvolvimento local e regional;
- a inovação como vetor de desenvolvimento da cultura e das expressões de
- vanguarda e, por último,
- a inclusão produtiva como base de uma economia cooperativa e solidária.

Esses princípios são representados na figura a seguir (Figura 13):

Figura 13- A economia criativa brasileira e seus princípios norteadores



Fonte: SEC, 2011, p. 32

4.2.1 Diversidade cultural

A criatividade brasileira é fruto da riqueza da diversidade cultural brasileira, sendo seu processo e seu produto.

Na Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, da UNESCO (2007), essa compreensão é reforçada: A diversidade cultural cria um mundo rico e variado que aumenta a gama de possibilidades e nutre as capacidades e valores humanos, constituindo, assim, um dos principais motores do desenvolvimento sustentável das comunidades, povos e nações. (BRASIL, MINC, SEC, 2011, p. 33).

A Economia Criativa Brasileira deve então se constituir numa dinâmica de valorização, proteção e promoção da diversidade das expressões culturais nacionais como forma de garantir a sua originalidade, a sua força e seu potencial de crescimento.

4.2.2. Sustentabilidade

O debate sobre desenvolvimento tem sido ampliado nas últimas décadas deixando o caráter apenas numérico, quantitativo para dar lugar a outras dimensões de preocupação com o impacto causado nas condições de vida da humanidade em razão do ganho econômico elevado.

O uso indiscriminado de recursos naturais e de tecnologias poluentes nas estruturas produtivas, com o objetivo de obter lucros e garantir vantagens competitivas no curto-prazo, acabou por gerar grandes desequilíbrios ambientais.

A proliferação de uma cultura de consumo global massificou mercados com a oferta de produtos de baixo valor agregado, destituídos de elementos originais e identificadores de culturas locais. Desta forma, aqueles que têm maior capacidade produtiva passam a dominar um mercado que se torna compulsivo e pouco crítico. A homogeneidade cultural passa a oprimir a diversidade, impossibilitando o desenvolvimento endógeno (BRASIL, MINC, SEC, 2011, p. 33).

A partir dessas concepções, busca-se estabelecer qual tipo de desenvolvimento que se deseja para as futuras gerações de modo a garantir uma sustentabilidade social, cultural, ambiental e econômica.

4.2.3. Inovação

O conceito de inovação está intimamente ligado ao de economia criativa. A inovação exige conhecimento, identificação e o reconhecimento de oportunidades, um olhar crítico, a capacidade de empreender e assumir riscos, além de um pensamento estratégico capaz de realizar objetivos e propósitos.

Se antes o conceito de inovação tinha uma correspondência direta com crescimento econômico, quantitativamente falando; hoje ele é compreendido tanto como aperfeiçoamento do que está posto (inovação incremental), quanto como criação de algo totalmente novo (inovação radical). Incremental ou radical, a inovação em determinados segmentos criativos (como o design, as tecnologias da informação, os games, etc) tem uma relação direta com a identificação de soluções aplicáveis e viáveis, especialmente nos segmentos criativos cujos produtos são frutos da integração entre novas tecnologias e conteúdos culturais. Ela pode dar-se tanto na melhoria e/ou na criação de um novo produto (bem ou serviço) como no aperfeiçoamento e redesenho total de um processo.

No campo das artes, a inovação possui outros significados que não se referem aos demais segmentos criativos anteriormente citados. Pelo contrário, no campo da cultura, a inovação pressupõe a ruptura com os mercados e o status quo. Por isso, a inovação artística deve ser apoiada pelo Estado, o qual deve garantir, através de políticas públicas, os produtos e serviços culturais que não se submetem às leis de mercado. (BRASIL, MINC, SEC, 2011, p. 34).

A economia criativa assume o papel de vetor de desenvolvimento e processo cultural gerador de inovação.

4.2.4. Inclusão social

Em face das desigualdades educacionais e de trabalho existentes em nosso país, onde existe um analfabetismo funcional considerável, além de violência cotidiana e acesso precário à cultura, a inclusão social destaca-se como o princípio fundamental na concretização de políticas públicas voltadas à área da economia criativa.

A efetividade dessas políticas passa pela implementação de projetos que criem ambientes favoráveis ao desenvolvimento desta economia e que promovam a inclusão produtiva da população, priorizando aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social, por meio da formação e qualificação profissional e da geração de oportunidades de trabalho e renda. Além deste processo de inclusão produtiva, basilar para a inclusão social, o acesso a bens e serviços criativos também emerge como premissa para a cidadania. Uma população que não tem acesso ao consumo e fruição cultural é amputada na sua dimensão simbólica (BRASIL, MINC, SEC, 2011, p. 34).

Assim, inclusão social significa direito de escolha e de acesso a bens e serviços criativos realizados em nosso país para toda a população que nele habita.

4.3. Marco histórico da economia criativa

Em 04 de dezembro de 1986, a Organização das Nações Unidas produziu uma primeira Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento, afirmando que o desenvolvimento é um direito humano inalienável, ao mesmo tempo em que é um direito e dever dos Estados e Nações.

A economia criativa tem obtido destaque no foco das discussões de instituições internacionais como a UNCTAD (Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento), o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), sendo considerada um eixo estratégico de desenvolvimento para os diversos países e continentes no novo século.

Na Austrália, em 1994 surgiu o projeto *CreativeNation* que enaltecia a importância da criatividade para a economia e o desenvolvimento de um país. Em 1997 o Reino Unido apresentou o projeto *New LabourParty* que criou uma área multisetorial para analisar as tendências do mercado e descobrir os mais promissores. Ao todo, treze setores criativos foram mapeados: propaganda, arquitetura, mercado de arte e antiguidades, artesanatos, design, moda, filme e

vídeo, softwares de lazer, música, artes do espetáculo, edição, software e jogos de computador, rádio e tv (MORAIS, 2014, p. 03).

No Brasil, a criação da Secretaria de Economia Criativa em 2011 simbolizou o desafio do Ministério da Cultura de liderar a formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas para um novo desenvolvimento fundado na inclusão social, na sustentabilidade, na inovação e, especialmente, na diversidade cultural brasileira. Para conseguir tal objetivo, houve a necessidade de elaborar um Plano Diretor para o período de 2011 a 2014.

Em janeiro de 2011, ao criar a Secretaria da Economia Criativa, a Ministra Ana de Hollanda retomou, no Ministério da Cultura, as reflexões do economista Celso Furtado sobre cultura, desenvolvimento e criatividade.

A criação [da Secretaria da Economia Criativa] vai estar no centro de todas as nossas atenções. A imensa criatividade, a imensa diversidade cultural do povo mestiço do Brasil, país de todas as misturas e de todos os sincretismos. Criatividade e diversidade que, ao mesmo tempo, se entrelaçam e se resolvem num conjunto único de cultura (...). É justamente por isso que, ao assumir o Ministério da Cultura, assumo também a missão de celebrar e fomentar os processos criativos brasileiros. (BRASIL, MINC, SEC, 2011, p.12).

Assim, esse conceito recente tem ganhado força por assegurar políticas públicas de fomento à criação, de modo a promover a inclusão social e sustentabilidade da população brasileira.

4.3.1. Criação da Secretaria da Economia Criativa

Paralelamente à construção do conceito de economia criativa, os princípios norteadores e as políticas públicas voltadas ao papel da Secretaria da Economia Criativa, foi concebida a estrutura organizacional, institucional e de gestão dessa nova Secretaria.

O Plano Nacional de Cultura (PNC) figurou como ponto de partida de criação da Secretaria, em virtude de ter-se instituído pela Lei 12.243 de 02/12/2010 e, principalmente, por corresponder ao nascedouro do processo de institucionalização de políticas públicas culturais na área da economia criativa, mais especificamente no campo da economia da cultura.

Os oito anos de gestão do Governo Lula foram anos fundamentais no processo de empoderamento da sociedade civil brasileira, que participou ativamente no processo de elaboração do PNC, documento que define a compreensão da cultura a partir de dimensões simbólica, cidadã, e econômica, esta última, construída a partir da compreensão da cultura como instrumento

de promoção do desenvolvimento sócio-econômico sustentável. (BRASIL, MINC, SEC, 2011, p. 38).

A dimensão econômica passa a ser encarada como o objetivo maior da SEC tendo em vista que careceu de políticas públicas suficientes para a sua efetivação.

4.3.2. Missão da SEC

A Secretaria da Economia Criativa tem por missão conduzir a formulação, a implementação e o monitoramento de políticas públicas para o desenvolvimento local e regional, priorizando o apoio e o fomento aos profissionais e aos micro e pequenos empreendimentos criativos brasileiros.

4.3.3. Visão da SEC

A Secretaria da Economia Criativa será a pasta responsável pelo reposicionamento do Ministério da Cultura no Governo Federal, contribuindo de forma efetiva e eficaz para tornar a cultura um eixo estratégico de desenvolvimento do Estado brasileiro.

4.3.4. Objetivos da SEC

A missão da Secretaria da Economia Criativa está diretamente associada ao cumprimento da Estratégia 4 do PNC – “Ampliar a participação da cultura no desenvolvimento socioeconômico sustentável”, fez-se necessária a definição de objetivos alinhados às diretrizes componentes dessa mesma Estratégia. Houve, então, o entendimento de que as diretrizes seriam destinadas ao trabalhador criativo e à economia criativa e não de cultura, com foi pensado anteriormente. Seguem os objetivos da SEC, conforme propostos pelo MINC:

Capacitação e assistência ao trabalhador da cultura (trabalhador criativo)

Promover a educação para as competências criativas através da qualificação de profissionais capacitados para a criação e gestão de empreendimentos criativos;

Gerar conhecimento e disseminar informação sobre economia criativa;

Estímulo ao desenvolvimento da Economia da Cultura (Economia Criativa)

Conduzir e dar suporte na elaboração de políticas públicas para a potencialização e o desenvolvimento da economia criativa brasileira;

Articular e conduzir o processo de mapeamento da economia criativa do Brasil com o objetivo de identificar vocações e oportunidades de desenvolvimento local e regional;

Fomentar a identificação, a criação e o desenvolvimento de pólos criativos com o objetivo de gerar e potencializar novos empreendimentos, trabalho e renda no campo dos setores Criativos;

Promover a articulação e o fortalecimento dos micro e pequenos empreendimentos criativos;

Apoiar a alavancagem da exportação de produtos criativos;

Apoiar a maior circulação e distribuição de bens e serviços criativos;

Desconcentrar regionalmente a distribuição de recursos destinados a empreendimentos criativos, promovendo um maior acesso a linhas de financiamento (incluindo o microcrédito);

Ampliar a produção, distribuição/difusão e consumo/fruição de produtos e serviços da economia criativa;

Turismo cultural

Promover o desenvolvimento intersetorial para a Economia Criativa.

Regulação Econômica (Marcos Legais)

Efetivar mecanismos direcionados à consolidação institucional de instrumentos regulatórios (direitos intelectuais, direitos trabalhistas, direitos previdenciários, direitos tributários, direitos administrativos e constitucionais) (BRASIL, MINC, SEC, 2011, p. 39).

4.3.5. Estrutura organizacional e competências da SEC

A SEC foi estruturada a partir de dois vetores de atuação: um de perspectiva macroeconômica e outro de perspectiva microeconômica (figura 14). Cada um desses vetores veio compor duas diretorias:

- Diretoria de Desenvolvimento e Monitoramento com implementação de programas e projetos estruturantes (vetor macroeconômico);
- Diretoria de Empreendedorismo, Gestão e Inovação voltada a projetos e programas de fomento técnico e econômico de empreendimentos e profissionais criativos (vetor microeconômico).

Figura 14- Vetores e eixos de atuação da economia criativa



Fonte: Plano da SEC, 2011, p. 42

Dentre as competências da SEC em face dos vetores acima descritos, tem-se a implementação, promoção e planejamento de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da economia criativa brasileira, articulando junto aos órgãos públicos o uso e compreensão do conceito, fomento, criação e acompanhamento dos tratados e convenções internacionais sobre o tema. Promover convênios, intercâmbios, capacitação e participação em eventos nacionais e internacionais sobre a economia criativa.

O estado de Pernambuco deu um passo à frente criando o Programa PE Criativo a seguir detalhado.

4.4. O Programa Pernambuco Criativo

Principal case brasileiro de economia criativa e referência internacional de política pública, o Programa Pernambuco Criativo, criado durante o segundo mandato do Governador Eduardo Campos (2011), reconhece a expressão criativa e a presença em múltiplos territórios de todas as regiões de desenvolvimento do Estado de Pernambuco e possui a logomarca exibida na figura:

Figura 15 - Logo do Programa Pernambuco Criativo



Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Criativo (SDEC), 2013.

É um programa de articulação, fomento e estímulo ao desenvolvimento das cadeias produtivas criativas, envolvendo um plano de ações para o horizonte de quatro anos, em cinco eixos de atuação: estudos, pesquisas e formulação de políticas públicas; empreendedorismo, inovação e geração de negócios; articulação e cooperação; formação e capacitação; infraestrutura para inovação, segundo figura 16:

Figura 16- Eixos de atuação do PE Criativo



Fonte: SDEC, 2013.

Os objetivos do Programa PE Criativo são implantar empreendimentos estruturadores e fortalecer as cadeias e arranjos produtivos apresentados na figura 17:

Figura 17- Objetivos do PE Criativo



Fonte: SDEC, 2013.

Além dos objetivos acima, metas estratégicas são implementadas na busca da consecução dos fins a que se destina o Programa, conforme figura 18 contendo essas metas da nova economia.

Figura 18- Metas estratégicas da nova economia



Fonte: SDEC, 2013.

Os desafios do Programa como política de governo que prioriza a cultura e criatividade do povo pernambucano são:

- Levantamento de informações e dados da Economia Criativa;
- Articulação e estímulo ao fomento de empreendimentos criativos;
- Educação para competências criativas;

- Infraestrutura de criação, produção, distribuição/circulação e consumo/fruição de bens e serviços criativos;
- Criação/adequação de marcos legais para os setores criativos.

Desde então, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de Pernambuco (SDEC), juntamente com as Secretarias da Cultura e da Ciência e Tecnologia, a Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (AD DIPER), a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE), o Porto Digital e o Projeto Delta Zero, vêm promovendo novas interlocuções com a comunidade empreendedora e acadêmica, amadurecendo um conjunto de ações abrigadas num Programa Estadual de Economia Criativa, o Pernambuco Criativo. Dentre os órgãos públicos do Estado envolvidos na disseminação da economia criativa, destaca-se o Porto Digital criado no ano 2000:



No Porto Digital, os setores da Tecnologia da Informação e Comunicação e Economia Criativa são ferramentas de desenvolvimento econômico e social

O Porto Digital é resultado do ambiente de inovação que se consolidou em Pernambuco nas últimas décadas. Em uma região atrativa para inovação, instituições, empresas, universidades e governos fomentaram mudanças econômicas e sociais que estão gerando riqueza, emprego e renda.

O marco zero dessa nova economia é o Porto Digital, definido como o Arranjo Produtivo de Tecnologia da Informação e Comunicação e Economia Criativa, que está situado no Recife, capital de Pernambuco, no nordeste brasileiro.

(...)

Hoje, Pernambuco se insinua no cenário mundial por seu capital humano, empreendedorismo e inovação. Dos engenhos de açúcar para uma economia baseada em serviços e com uma participação crescente do setor de TIC e Economia Criativa no PIB pernambucano. Em 2010, as 200 empresas localizadas no Porto Digital tiveram um faturamento de R\$ 1 bilhão.³⁰

³⁰ Porto Digital. Disponível em <http://www.portodigital.org/>. Acesso em 22 de junho de 2014.

Nesse contexto de inovação que agrega investimentos públicos, iniciativa privada e universidades, atualmente funcionam cerca de duzentas empresas que atuam em tecnologias de informação e comunicação, economia criativa, serviços especializados e de fomento, situado territorialmente no bairro de Santo Amaro e no sítio histórico do Bairro do Recife, funcionando com seis mil e quinhentos postos de trabalho, dez empresas de outras regiões do país e quatro multinacionais.

Tendo em vista o sucesso do Porto Digital com relação a políticas voltadas à economia criativa, bem como a importância do Programa PE Criativo, o conceito de Economia Criativa é introduzido no cárcere feminino como meio de mudar as vidas das mulheres reclusas na CPFR. Aplicar os fundamentos da economia criativa no universo carcerário feminino trará oportunidades às mulheres reclusas e meios de subsistência pós-cárcere.

4.5. Economia Criativa no cárcere feminino: fonte de renda, ressocialização e reinserção social

No universo de pesquisa que temos como aporte, 934 mulheres encontram-se encarceradas por terem cometido algum tipo penal. Como visto anteriormente, parte delas trabalham, outras estudam e algumas fazem cursos de qualificação profissional.

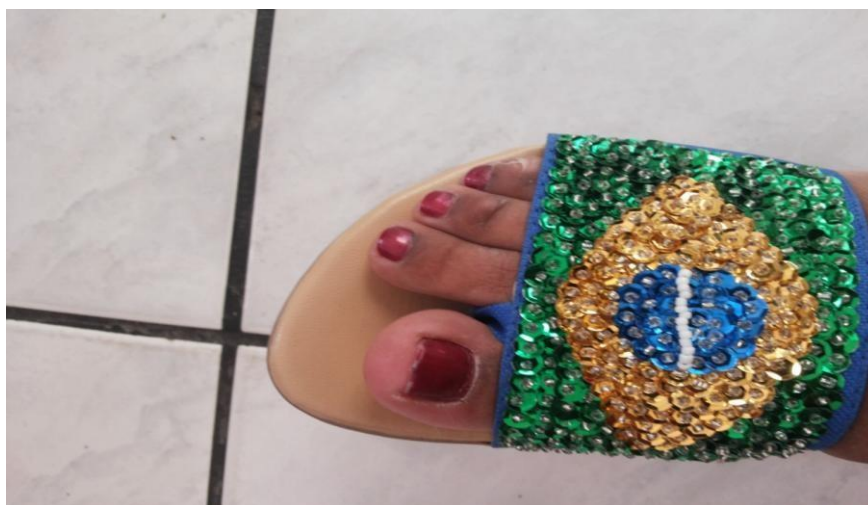
Primeiramente, exercer alguma atividade no interior do cárcere colabora em mantê-las com a mente ocupada, livrando-as da ociosidade e dos males que pode vir a causar no convívio diário em celas superlotadas, além de diminuir um dia na pena por cada três dias de trabalho ou doze horas de estudo, aproximando-as de sua liberdade.

A criatividade como fonte de renda justifica o princípio da sustentabilidade, de modo que essas mulheres muitas vezes possuem talentos adquiridos antes da prisão. O setor criativo do artesanato é difundido e explorado no cárcere, isso alivia a tensão e traz esperança do exercício de alguma profissão no pós-cárcere.

No mês de fevereiro do ano de 2014, um empresário do ramo de calçados procurou a supervisão de laborterapia da CPFR com o intuito de obter mão de obra

carcerária que bordassem nos calçados bandeiras do Brasil utilizando lantejoulas e miçangas. Formou-se então um grupo de vinte e cinco mulheres que primeiramente foram capacitadas por uma funcionária da empresa, em seguida passaram a produzir e a receber financeiramente por quantidade de peças (bandeiras) bordadas para os calçados (Figura 19). O entusiasmo foi grande entre elas, pois estavam “trabalhando” para um momento especial do país.

Figura 19- Bandeira do Brasil bordada pelas detentas da CPFR



Fonte: Da autora, maio de 2014.

As sandálias bordadas estão sendo comercializadas na rede de calçados da marca Corbeluxe, com filiais em lojas de shoppings do Recife e Olinda, que podem ser visualizadas através das fotos do trabalho das reeducandas expostos na vitrine (figuras 20 e 21):

Figura 20- Vitrine da Loja Corbeluxe no Olinda Shopping



Fonte: Da autora, maio de 2014.

Figura 21- Loja Corbeluxe do Olinda Shopping



Fonte: Da autora, maio de 2014.

A expressão artístico artesanal no interior dos presídios pernambucanos é uma realidade. Fabricam-se mesas de sinuca, tabuleiros de xadrez, casas de boneca, banquinhos, cadeirinhas para crianças, luminárias, bordado russo, dentre outras formas de artesanato. Essa produção é escoada em duas lojas dirigidas pela Secretaria Executiva de Ressocialização (SERES) para exposição e venda de tudo que é produzido através da criatividade no interior do cárcere.

Figura 22- Loja de artesanatos produzidos nos presídios de PE



Fonte: site da SERES

Uma dessas lojas está situada na Casa da Cultura de Recife, localizada no centro da cidade, é um dos maiores centros de arte e cultura pernambucana. A outra loja está localizada no Shopping Paço Alfândega, localizado no bairro do Recife Antigo (Recife-PE), conforme notícia publicada no site da SERES:

Reeducandos fabricam peças de artesanato

Segunda-feira, 26/05/2014

Os reeducandos artesãos têm oportunidade de expor e comercializar o artesanato produzido dentro das unidades prisionais através de duas lojas mantidas pela Seres, órgão vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos.

As peças são expostas e vendidas com apoio do Estado. As lojas funcionam na Casa da Cultura e no Paço Alfândega. Diversos tipos de materiais são utilizados na produção do artesanato, como madeira, pneus, palitos de picolé, plástico e tecidos. Eles ganham a forma de tabuleiro de xadrez, brinquedos, produtos decorativos e toalhas de banho, dentre outras.

“É muito importante pra nós expor as nossas peças. Além disso, com o dinheiro que ganhamos podemos sustentar as nossas famílias”, explicou o José C. Ferreira.

As lojas Espaço Sustentável e Loja Expressão são frutos da parceria com o Shopping Paço Sustentável e a Fundarpe. As vendedoras são reeducandas do regime semiaberto. De acordo com o secretário de Ressocialização,

Romero Ribeiro, o objetivo desta ação é promover a reinserção social por meio do trabalho. “A Seres investe na educação, na qualificação e na

oportunidade de trabalho do reeducando”, disse o gestor .

Ao promover a criatividade e possibilitar o exercício da economia criativa, a SERES cumpre a sua missão que é a de promover a ressocialização do apenado, visando à sua proteção e garantia de seus direitos fundamentais.

Recentemente, aconteceu a Feira Nacional de Negócios do Artesanato (FENEARTE 2014) no período de 02 a 12 de julho no Centro de Convenções, na cidade de Olinda. A SERES expôs o artesanato produzido pelos detentos do Estado e a Gerência de Educação e Qualificação Profissionalizante- GEQP **XV FENEARTE** ficou responsável por toda a organização do stand de vendas.

A CPFR fez exposição de toalhas de banho, de rosto, lençóis e colchas de camas bordadas com o ponto russo, cuja produção está a todo vapor, liderada pela detenta J. S. que teve autorização da direção para formar uma turma de alunas que aprenderam a arte e produzem as peças para a venda e geração de renda para elas.

A ressocialização vem no intuito de trazer a dignidade humana, resgatar a autoestima das detentas, trazer aconselhamento e condições para um amadurecimento pessoal, além de lançar e efetivar projetos que tragam proveito profissional, com isso, os direitos básicos das presas vão sendo aos poucos priorizados.

Outro prisma que pode ser alcançado através da economia criativa é o da inclusão social, em face da possibilidade de a apenada aprender e desenvolver uma expressão cultural estando na prisão.

O art 1º da Lei de Execução Penal tem por “objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado”. De acordo com o artigo supramencionado, percebe-se a dupla finalidade da execução penal qual seja, dar sentido e efetivação do que foi decidido criminalmente além de dar à apenada condições efetivas para

SERES- Disponível em <http://www.seres.pe.gov.br/noticia/489/reeducandos-fabricam-pecas-deartesanato/> Acesso em 22 de junho de 2013.

que ela consiga aderir novamente ao seio social e assim não cair nas antigas malhas do crime.

A reinserção social tem como objetivo a humanização da passagem das detentas na instituição prisional, procura dar uma orientação humanista colocando a pessoa que delinuiu como centro da reflexão científica. O cerne dessa pesquisa é produzir vídeos que possam ser multiplicados extramuros e promover a qualificação profissional por meio da produção artesanal criativa.

Desse modo, a pesquisa de campo da presente temática desenvolveu-se no interior da CPFR, organizando-se cinco oficinas de artesanato em que a multiplicadora do conhecimento seria a própria detenta, protagonista de sua história. Foram realizadas filmagens do passo a passo de cada uma dessas oficinas com a finalidade de criação de um vídeo para divulgação na rede EAD da UFRPE bem como a extensão do trabalho desenvolvido para outras unidades prisionais do Brasil, como veremos no capítulo seguinte sobre a metodologia aplicada.

Capítulo 5- Procedimentos metodológicos, descrição das oficinas, coleta e análise de dados

O capítulo em tela detalhará a metodologia aplicada, a descrição das oficinas realizadas, explicando como foi feita a coleta de dados por meio do questionário

aplicado para as detentas ao final de cada oficina, bem como a análise dos dados obtidos através das respostas dadas pelas participantes).

5.1. Caracterização da pesquisa

Esta pesquisa se caracteriza pela abordagem qualitativa, uma vez que o pesquisador procura entender os fenômenos, segundo a perspectiva dos participantes da situação estudada e, a partir daí, situa sua interpretação dos fenômenos estudados (NEVES, 1996).

GODOY (1995a, p. 62), ressalta a diversidade existente entre os trabalhos qualitativos e enumera um conjunto de características que identificam esse tipo de pesquisa, abaixo detalhadas:

- 1) O ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumental fundamental;
- 2) O caráter descritivo;
- 3) O significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida como preocupação do investigador; 4) Enfoque indutivo.

A pesquisa qualitativa tem por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social, trata-se de reduzir a distância entre indicador e indicado, entre teoria e dados (MAANEN, 1979a, p. 520).

De acordo com Gil (2008), existem três tipos de natureza de pesquisa que devem seguir o critério do objetivo geral. São elas:

1. Pesquisas exploratórias: aquelas cujo objetivo é familiarizar-se com um assunto ainda pouco conhecido, pouco explorado e ao final, o pesquisador estará apto a construir hipóteses. Geralmente assume a forma de estudo de caso e depende de uma pesquisa bibliográfica que estimule a compreensão do tema abordado.
2. Pesquisas descritivas: descrevem uma experiência, uma situação, um fenômeno ou um processo nos mínimos detalhes. O assunto já é conhecido,

proporcionado uma nova visão sobre determinada realidade. Em geral assume a forma de levantamentos.

3. Pesquisas explicativas: procuram identificar fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência de fenômenos, utilizando métodos experimentais, é a que mais aprofunda o conhecimento da realidade. Toma a forma de pesquisa aplicada e pode se utilizar de dados e informações de uma pesquisa ex- post facto.

Este estudo mescla características de natureza exploratório descritiva, pois vislumbra o cenário do cárcere feminino, suas nuances e possibilidades de qualificação profissional e produção de vídeos, favorecendo uma EAD criativa, tendo como aporte a realização de oficinas de artesanato “entre elas e para elas”, de modo que garantam a sua sustentabilidade financeira com o uso da criatividade no mundo exterior e inclusão social.

Os procedimentos utilizados na pesquisa foram o bibliográfico, que é um procedimento obrigatório e foi realizado por meio da leitura de livros sobre a temática da EAD e da criminalidade, de artigos científicos, monografias, dissertações e teses relacionados ao tema, além de documentos como o planos de gestão sobre economia criativa e documentos que embasam alguns temas da pesquisa em tela.

5.2. Caracterização espacial e temporal da pesquisa

A pesquisa de campo teve como laboratório o interior da Colônia Penal Feminina do Recife, detalhando-se o perfil sociodemográfico das presidiárias e características da unidade prisional feminina.

5.3. Público alvo e amostra

Fez-se o levantamento prévio das detentas multiplicadoras de conhecimento, em número de cinco, participantes das oficinas e realizou-se uma entrevista com cada uma delas para explicar o objetivo do estudo bem como orientar sobre a

realização das oficinas e conseqüente filmagem para produzir vídeos como um material didático em EAD.

Após a escolha intencional de cada aluna participante das oficinas realizadas, aplicou-se um questionário com perguntas abertas e fechadas, para as detentas a fim de coletar opiniões sobre a experiência vivida e as expectativas pós cárcere, com o aprendizado adquirido. Também foi aplicado um questionário para um grupo de alunas que não participou das oficinas, mas que assistiu aos vídeos e registrou sua impressão sobre os mesmos.

Antes do início da pesquisa de campo e da realização das filmagens, as detentas participantes leram e assinaram um termo de autorização de uso da imagem e voz na seção anexos.

5.4. Descrição das oficinas de artesanato

Foram realizadas cinco oficinas de artesanato no interior da unidade prisional feminina, todas filmadas e fotografadas com o intuito de produzir um vídeo e utilizar esse material didático para ampliar o conhecimento através da EAD, sendo divulgado na rede da UFRPE, bem como disseminado para outras unidades prisionais do estado e até do país, para propiciar qualificação profissional intramuros.

Fez-se um levantamento na supervisão de Laborterapia (responsável pelo trabalho e qualificação profissional) e Psicossocial para saber quais detentas detinham conhecimento prévio de algum tipo de artesanato. Em seguida, o grupo de multiplicadoras foi reunido na sala do Psicossocial e foi feita a proposta de ensinar artesanato a outras detentas, sendo bem recepcionada essa metodologia de a detenta ser protagonista e filmado o passo a passo de cada oficina.

Estabeleceu-se um cronograma para a realização das oficinas que aconteceram numa sala de atendimento do Psicossocial, como também numa sala de aula da escola estadual que funciona no interior da CPFR.

A maioria das detentas foi indicada pelas próprias reclusas multiplicadoras e ao iniciar os trabalhos, as participantes das oficinas divulgaram para as colegas de

cela que demonstraram bastante interesse em aprender um tipo de artesanato bem como de possibilitar um meio de vida após o cárcere.

As oficinas trabalhadas foram de bordado russo, garrafa PET, rosa de sabonete, almofadas de coração e flor de recido. Em seguida, será descrita cada uma das oficinas de artesanato.

5.4.1. Oficina de Bordado russo

O ponto russo ou bordado russo é uma técnica muito parecida com um aplique no tecido, pois a figura desenhada fica em relevo. Foi difundida no Brasil nos anos 50 a partir de comunidades russas situadas no Paraná, no município de Ponta Grossa.³¹

A oficina de bordado russo na CPFR ocorreu em 23 de janeiro de 2014, com cinco participantes numa das salas de aula da Escola Olga Benário, instalada nas dependências do presídio. A detenta multiplicadora se chama J. S. e encontra-se presa por tráfico de drogashá mais de dois anos.

Os materiais necessários para começar o bordado são:

- 1- Agulhas, para ponto russo, de preferência a de nº 10;
- 2- Passa linha, indispensável, pois agiliza o trabalho;
- 3- Bastidores, para fixar o tecido;
- 4- Linhas, para bordar em rolo ou em meada;
- 5- Tesouras;
- 6- Riscos de desenhos que a pessoa quer bordar, lembrando que são somente os contornos da figura;
- 7- Pincéis;
- 8- Termolinas, tem que ser a leitosa;
- 9- Tecidos para ser bordado, de preferência firme e de algodão, a exemplo de toalha de banho e de prato.

Alguns desses materiais foram autorizados previamente pela Supervisão de Segurança, a exemplo da tesoura, por ser objeto perfuro cortante capaz de ocasionar lesões graves se indevidamente utilizada e ficaram guardados na supervisão de Laborterapia.

³¹ Como bordar com ponto russo. Disponível em [WWW.culturamix.com/bordado russo](http://WWW.culturamix.com/bordado_russo). Acesso em 16 de julho de 2014.

O produto final do artesanato realizado pode ser vendido pelo preço de R\$ 40,00 (quarenta reais) até R\$ 60,00 (sessenta reais) em caso de toalha de banho, sendo o custo com o material na faixa de R\$ 20,00 (vinte reais) a R\$ 30,00 (trinta reais), dependendo da qualidade da toalha de banho. Se for lençol ou colcha de cama pode variar de R\$ 100,00 (cem reais) a R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais);

Figuras 23 e 24- Oficina de Bordado Russo



Fonte: da autora

Após a realização desta oficina, a detenta multiplicadora demonstrou interesse em qualificar um número maior de presidiárias, obtendo o aval da direção da unidade prisional e no mês de março de 2014 iniciou uma turma com 35 alunas que trabalharam diariamente, produzindo peças para a XV FENEARTE, tais como lençóis, colchas de cama, fronhas, toalhas de banho e de rosto.

O encerramento deste curso aconteceu em 25 de julho de 2014, onde 25 detentas receberam o certificado de conclusão do curso que teve carga horária de 372 horas aula.

No dia 10 de julho de 2014, a apresentadora Sabrina Sato esteve na unidade prisional para fazer uma matéria sobre o cotidiano de uma detenta, a oferta de trabalho e ressocialização. A reportagem foi exibida no **Programa da Sabrina na TV RECORD** no dia 02 de agosto de 2014 às 20h30. No dia em que esteve na unidade prisional, recebeu de presente uma colcha de cama produzida pelo grupo de detentas que fazem bordado russo e tirou uma foto com as alunas, conforme figura :

Figura 25- Alunas do Curso De Bordado Russo Com A Apresentadora Sabrina Sato.



Fonte: da autora

A duração total do vídeo foi de aproximadamente 46 minutos, dividido em três blocos, posteriormente gravado em DVD-R e entregue o produto final à Coordenação do Programa de Pós Graduação em Tecnologia e Gestão em EAD.

5.4.2. Oficina de Garrafa PET

Vivemos num momento em que é preciso cuidar do meio ambiente, dar importância ao lixo que produzimos e à maneira como ele será descartado. A sociedade do consumo adora ingerir refrigerantes e as garrafas de politereftalato de etileno, mais conhecida como garrafas PET duram vários anos para se deteriorarem. Apenas com uma garrafa PET e uma tesoura é possível dar asas à imaginação.

Partindo dessa concepção, a detenta L. S., antes do cárcere, fazia reciclagem numa cidade do interior de Pernambuco onde morava com a família, mas a oferta de “dinheiro fácil”, segundo ela, por meio do tráfico de drogas lhe colocou na prisão.

A oficina de garrafa PET aconteceu no dia 29 de janeiro de 2014, com quatro participantes na sala de aula da Escola situada na CPFR. Foram produzidas vassouras, espanadores e enfeites natalinos. O material é reciclável e cada vassoura pode ser vendida por R\$ 10,00 (dez reais) e o espanador por R\$ 5,00 (cinco reais). As tesouras utilizadas foram previamente autorizadas pela Supervisão de Segurança e as garrafas PET coletadas no pátio interno da unidade prisional, após o domingo de visitas.

Figura 26 - Oficina Garrafa Pet



Fonte: Da autora

A decoração natalina do ano de 2013 da unidade prisional foi feita com esse tipo de material reciclável, pois a detenta multiplicadora já se encontrava reclusa e teve a colaboração de outras colegas de cela. A árvore de Natal foi colocada no meio do pátio da CPFR com luzes de pisca pisca, embelezando o ambiente e alegrando as apenadas.

Figura 27- Árvore de Natal de Garrafa Pet



Fonte: da autora

5.4.3. Oficina de Rosa de sabonete

O artesanato mexe com a criatividade humana e traz sensação de relaxamento. No dia 30 de janeiro de 2014, aconteceu a oficina de rosa de sabonete, com cinco participantes, na sala de aula da escola localizada nas dependências da CPFR.

A detenta multiplicadora está presa por estelionato e aprendeu esse ofício num presídio do Espírito Santo, pois já cumpriu pena nesse Estado. Essa arte requer habilidade e paciência no corte das pétalas de sabonete e montagem da rosa.

O custo com o material é cerca de R\$ 5,00 (cinco reais) e o ganho é de R\$ 10,00 (dez reais). Basta um sabonete, cola branca e tesoura, cujo uso precisa de autorização prévia da Supervisão de Segurança.

Figuras 28 e 29- Oficina de Rosa de Sabonete



Fonte: Da autora

5.4.4. Oficina de Almofadas de coração

Outro tipo de artesanato trabalhado nas oficinas realizadas pelas detentas e para as detentas foi o de confecção de almofadas em forma de coração. Essa oficina ocorreu em 05 de fevereiro de 2014, com quatro participantes na sala do Psicossocial.

A detenta multiplicadora é idosa e acusada de homicídio juntamente com sua irmã e outras duas sobrinhas que se encontram recolhidas na CPFRR. O custo para fazer uma almofada é na faixa de R\$ 10,00 (dez reais) e é vendida por R\$ 15,00 (quinze reais) ou R\$ 20,00 (vinte reais).

O material necessário é linha, agulha, tecido, bico de renda e tesoura. O enchimento é feito com sobras dos tecidos das empresas de enxovais instaladas na unidade prisional. As detentas têm autorização da segurança para ficarem sentadas na quadra localizada no pátio interno da CPFRR produzindo suas almofadas.

Figuras 30 e 31- Oficina de Almofada de Coração



Fonte: da autora



Fonte: Da autora

5.4.5. Oficina de flor de tecido

Outra oficina realizada no interior da unidade prisional foi a de flor de tecido. Ocorreu em 05 de fevereiro de 2014, para quatro participantes na sala de atendimento do Psicossocial.

A detenta multiplicadora está presa por tráfico de drogas e é natural do Estado do Mato Grosso. Com o produto do trabalho podem ser feitos broches, atacas de cabelos, enfeites, etc. O custo é baixo, pois aproveita sobras de tecido e cada flor pode ser vendida de R\$ 3,00 (três reais) a R\$ 10,00 (dez reais), dependendo do tamanho.

Requer paciência e criatividade para dar um toque especial à flor que está sendo produzida e o material necessário é recorte de tecido em forma de pequenos círculos, linha, agulha e tesoura.

Figuras 32 e 33- Oficina de Flor de Tecido





Fonte: da autora

5.5. Coleta de dados

1º momento:

Realizou-se a coleta de dados por meio de pesquisa qualitativa, onde foi aplicado um questionário (apêndice 01) após a realização de cada oficina, fato este ocorrido em janeiro e fevereiro de 2014.

O questionário era composto de quatro perguntas, a fim de avaliar a necessidade e importância do aprendizado de algum tipo de artesanato, com respostas: ÓTIMO, BOM ou RUIM.

As cinco oficinas (bordado russo; garrafa PET; almofadas de coração; rosa de sabonete e flor de tecido) foram analisadas, com a presença de 22 alunas detentas e 05 detentas multiplicadoras, totalizando 27 mulheres participantes dessa coleta de dados.

Antes da aplicação do questionário, a finalidade foi relatada para as detentas a fim de obter opiniões sobre o valor que a participação nessa qualificação profissional traria depois de conseguirem a liberdade.

2º momento:

Após a filmagem das oficinas e produção dos vídeos, houve, em momento posterior, nos meses de setembro e outubro de 2014, a apresentação desse material didático como teste para 10 detentas que não participaram de nenhuma oficina.

A finalidade foi a de obter a impressão de cada uma delas sobre a compreensão do vídeo, com aplicação de questionário (apêndice 02), contendo 06 perguntas que deveriam ser respondidas com SIM ou NÃO.

5.6. Análise de dados dos questionários 1 e 2

Após a aplicação do questionário ao grupo participante das oficinas, foi feita a análise de dados, conforme as respostas dadas, com os seguintes resultados:

Pergunta 01 do questionário: O que você achou da oficina realizada?

Resposta: 100% das participantes acharam ótima.

Pergunta 02 do questionário: Gostaria de realizar outras oficinas de artesanatos?

Resposta: 100% disseram que sim.

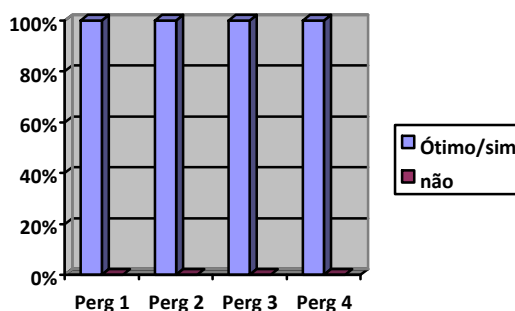
Pergunta 03 do questionário: Após a sua liberdade, você tem intenção de exercer o que aprendeu na oficina?

Resposta: 100% disseram que sim.

Pergunta 04 do questionário: O que você aprendeu na oficina pode contribuir para a sua ressocialização e ajudá-la financeiramente?

Resposta: 100% disseram que sim.

Gráfico 07- Percentual das respostas do Questionário 1



Fonte: questionário aplicado em jan e fev de 2014.

O questionário aplicado ao grupo (10 detentas) que não participou das oficinas e assistiu aos vídeos, teve a seguinte compreensão do material didático apresentado, conforme perguntas transcritas:

Pergunta 01 do questionário: Você já fez algum curso a distância? Tem interesse?

Resposta: 100% disseram que não fizeram; 100% têm interesse em fazer curso a distância.

Pergunta 02 do questionário: Você conseguiria fazer os artesanatos propostos apenas assistindo ao vídeo?

Resposta: 60% disseram que sim; 40% disseram que não.

Pergunta 03 do questionário: Você compreendeu o vídeo?

Resposta: 100% disseram que sim.

Pergunta 04 do questionário: O conteúdo abordado nas oficinas foi importante para a sua vida profissional? Resposta: 100% disseram que sim.

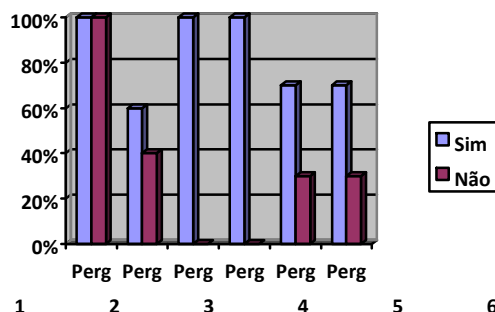
Pergunta 05 do questionário: Você tem acesso ao material necessário para fazer o artesanato das oficinas?

Resposta: 70 % disseram que sim; 30% disseram que não.

Pergunta 06 do questionário: O tempo de duração do vídeo foi suficiente para o seu aprendizado?

Resposta: 70% disseram que sim; 30% disseram que não.

Gráfico 08- Percentual das respostas do Questionário 2



Fonte: questionário aplicado em setembro e outubro de 2014

Ante as respostas coletadas após a finalização das oficinas de artesanato, bem como à percepção sobre os vídeos, será apresentado no capítulo seguinte os produtos e resultados esperados.

Capítulo 6- Produtos e resultados esperados

Uma pesquisa científica busca levantar hipóteses, conhecer o desconhecido ou até mesmo explorar melhor o conhecimento que já se construiu, no intuito de aplicar a uma determinada realidade, provocando, assim, mudança, transformação. Em se tratando de um Mestrado Profissional, o produto finalizado ou em fase de finalização demonstra que o caminho percorrido, as descobertas, sugestões, adequações, erros e acertos contribuíram enormemente para o sucesso da pesquisa, pois alcançou o seu objetivo maior.

Estar no cárcere, produzir conhecimento através da experiência vivida por cada detenta por meio das oficinas de artesanato, resultou na produção de vídeos, objetivo geral desta pesquisa, com o passo a passo de cada uma das oficinas, que poderão ser disseminados ao longo das unidades prisionais do país como material didático em EAD, bem como serem postados na rede virtual da Unidade Acadêmica de Educação a Distância da UFRPE.

A EAD ao transpor barreiras e distâncias físicas, apresenta-se como política educacional apropriada para ser utilizada no cárcere feminino, tendo em vista a dificuldade de deslocamento das apenadas que cumprem pena em regime fechado,

para a realização de um curso de qualificação profissional e/ou de ensino superior, quem sabe, num futuro próximo.

O resultado desse trabalho busca, também, utilizar os fundamentos da economia criativa na qualificação profissional no cárcere, propiciando às detentas participantes a esperança de recomeço, de inclusão social e quem sabe, de sustentabilidade futura.

Além do mais, buscou-se demonstrar o protagonismo que cada uma detenta multiplicadora desenvolveu ao longo dessa pesquisa acadêmico-científica, sendo o cárcere feminino o laboratório de toda essa construção de material didático para utilização por quem está privado de liberdade, sendo acessível o conhecimento por meio da metodologia a distância.

A oficina de bordado russo, liderada pela detenta J. S, conseguiu autorização da direção da unidade prisional para levar o projeto adiante para uma turma de vinte alunas que era realizada todos os sábados. Atualmente, a turma funciona com quarenta alunas que se encontram no módulo II e as atividades de ensino e produção artesanal estão sendo desenvolvidas no refeitório da unidade prisional.

Considerações Finais

Ante o universo ao qual buscamos conhecer e detalhar, deixando evidente o aumento da criminalidade feminina, compreende-se que na atualidade várias razões conduzem a mulher a transgredir as leis penais.

De maneira tímida a mulher começou a cometer crimes, primeiramente de natureza própria à sua condição e oportunamente, no concorrido mundo capitalista, onde o dinheiro e os bens têm mais valor do que a vida alheia, ela simplesmente assumiu a sua condição de criminosa.

Nem sempre há um homem por trás de seus atos, ou seja, a maioria dos crimes não podem ser explicados em nome da afetividade, mas que as relações estabelecidas entre as pessoas que fazem parte de mundo feminino, podem sim, contribuir para a tomada de decisão de cometer ou não um delito.

A maioria das detentas da CPFR fez questão de esclarecer que sabiam agir sozinhas, se virar sem a presença do homem, mesmo que para isso usassem dos mesmos artifícios por eles utilizados: armas e violência.

Há as que estão arrependidas. Há aquelas que dizem que aprenderam muita coisa na “cadeia” e que depois vão voltar à prisão ainda mais “sabidas e descoladas”.

Afinal, em face do poder punitivo do Estado e da ineficiência do sistema de justiça criminal, sabemos que crimes de menor potencial ofensivo dariam lugar a uma pena de prestação alternativa, desafogando o ambiente prisional.

As presidiárias do antigo Bom Pastor, como são mais conhecidas, deixaram de ser aquelas mulheres que eram reeducadas pelas freiras. Atualmente, temos alguns casos de expresidiárias que se qualificaram na CPFR e foram contratadas por empresas que já atuaram na unidade prisional, a exemplo da Brastex e Quality.

Os vídeos produzidos no interior do cárcere servirão de instrumento de EAD e poderão ser multiplicados para outros universos prisionais.

A possibilidade de qualificação profissional por meio da economia criativa como ferramenta de inclusão social, sustentabilidade e criatividade, ocorre nesse universo desafiador: na vida pós cárcere.

Ademais, o que se pretendeu propor, nessa pesquisa acadêmico científica, a partir do momento em que as detentas da CPFR estiverem qualificadas profissionalmente e divulgado o seu trabalho, é algo além dos muros, a fim de que a população carcerária possa demonstrar seu talento criativo.

A educação, por ser universal, também é oferecida no interior do cárcere, visando qualificar essa parcela da sociedade que adentrou no mundo do crime. A partir da aquisição de novos conhecimentos, a detenta estará mais preparada para lutar por um espaço no mercado de trabalho e sustento seu e de sua família.

A economia criativa surge nesse contexto como ferramenta condutora de inclusão social e a EAD vem para transpor barreiras e distâncias físicas, propiciando o acesso igualitário ao conhecimento a todas as pessoas, estejam reclusas ou não.

A oferta de oficinas profissionalizantes e posterior produção de vídeos para essa população que sofre abandono social, requer metas audaciosas, a conquista de novos caminhos, que serão trilhados com a semente que foi, a partir dessa experiência lançada, pois “não existem criaturas irrecuperáveis, existem métodos inadequados (Maria Tavares, 2013)³².”

³² Entrevista concedida ao Globo Repórter em 20-12-13. O modelo de ressocialização de presos criado por dona Maria se transformou no Patronato Lima Drummond. Disponível em <http://g1.globo.com/globo-reporter/noticia/2013/12/mulher-abrigou-mais-de-mil-presos-consideradosperigosos-e-acha-que-fez-pouco.html>. Acesso em 21 de dezembro de 2013.

Referências Bibliográficas

- 1) ALGOBOM. **Projeto Ressocialização.** Disponível em <http://www.algobom.ind.br/index.php?pg=home&p=0&s=0>. Acesso em 13 de maio de 2014.
- 2) ALMEIDA, Candido Mendes de. **As mulheres criminosas no centro mais populoso do Brasil** (DF e estados RJ, SP, MG e ES). Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1928, Relatório para o Conselho Penitenciário.
- 3) ALVES, João Roberto Moreira in LITTO e FORMIGA. **Educação a distância. O estado da arte.** São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009, p. 9 e 10.
- 4) ALVES, Roque de Brito. **Ciência Criminal.** Rio de Janeiro: FORENSE, 1998, p.272.
- 5) ANAIS CONNASP. Do outro lado dos muros: **Reflexões a partir da atuação do psicólogo em Unidades Prisionais Femininas.** Disponível em <http://www.gepsojur.org/anais-connasp/docs/RSC10.pdf>. Acesso em 15 de agosto de 2009.

- 6) ANDRADE, Shirley Silveira e FREITAS, Giselle da Conceição. **A Seletividade do Sistema Penal e a Questão de Gênero como Colaboradoras da Reincidência Feminina.** Disponível em <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/direito/article/viewFile/7011/4988>. Acesso em 26 de agosto de 2009.
- 7) ARTESANATO. Dicas para bordar ponto russo: aprenda como fazer. Disponível em <http://artesanato.culturamix.com/bordados/dicas-para-bordarponto-russo-aprenda-como-fazer>. Acesso em 16 de julho de 2014.
- 8) AZEVEDO, Maria Amélia in LITTO e FORMIGA. **EAD: o estado da arte**, vol 2. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012, p. 49.
- 9) BARREIROS, Yvana Savedra de Andrade. **A reincidência no sistema jurídico brasileiro.** Disponível em <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=10763>. Acesso em 26 de agosto de 2009.
- 10) BELO, Charisma Cristina Alves Tomé. International Conference on New Horizons in Education. **Article Title: Health Education: strategy for sexual and reproductive care for women in custody. ISSN: 2146-7358.** Paris, França, 25-27 de junho de 2014.
- 11) BRASIL. Ministério da Cultura. Secretaria da Economia Criativa-SEC. **Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações.** Brasília: 2011.
- 12) BRITO, Lemos de. **As mulheres criminosas e seu tratamento penitenciário** in Estudos Penitenciários, Imprensa do Estado, 1943.
- 13) _____ **A questão sexual nas prisões**, Rio de Janeiro, J. Ribeiro dos Santos, s/d, pp.42, 150 e 151 in SOARES, Bárbara Musumeci e

ILGENFRITZ, Iara. **PRISIONEIRAS: Vida e Violência atrás das Grades**. Rio de Janeiro: GARAMOND, 2002, p.66 e 67.

- 14) CANEPPA, Vitório. **A mulher é ou não é mais criminosa que o homem?** In a Estrela, nº 5, set/out, 1951, p. 23 apud Elça Mendonça in SOARES e ILGENFRITZ, op. cit.
- 15) CÓDIGO PENAL. DL 2.848/40. VADE MECUM SARAIVA. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.
- 16) COSTA, Elaine Cristina Pimentel. **Amor Bandido: as teias afetivas que envolvem a mulher no tráfico de drogas**. Maceió, EDUFAL, 2007, p. 22 e 23.
- 17) Dados da CPFR. Janeiro a Outubro de 2014.
- 18) DEPEN. Disponível em <http://portal.mj.gov.br/depen/main.asp?ViewID={71FD341F-0531-4BAB-A56772586745CB18}¶ms=itemID={8EA1CB51-5CC8-4829-8ADE39931DE50DA3};&UIPartUID={2868BA3C-1C72-4347-BE11A26F70F4CB26}>. Acesso em 19 de fevereiro de 2014.
- 19) _____ Disponível em <http://portal.mj.gov.br/depen/main.asp?ViewID={65C44FD0-B0F8-40E5-B94AED26E4AFC1B5}¶ms=itemID={EFD5113D-8175-42BD-B49D31A0E782DBB9};&UIPartUID={183ACEAD-EEF8-4BD1-9B10C12459181A73}>. Acesso em 19 de fevereiro de 2014.
- 20) DOULAS DO BRASIL. Disponível em <http://www.doulas.com.br/oque.php>. Acesso em 13 de maio de 2014
- 21) DURKHEIM, Emile. **Le Suicide, Etude de Sociolog** (1897), Nouvelle Édition, PUF, 1976.

- 22) ESPINOZA, Olga. **A prisão feminina desde um olhar da criminologia feminista.** Revista Transdisciplinar de Ciências Penitenciárias, v.1, nº. 1, JanDez de 2002, p. 35-59.
- 23) _____ **A mulher encarcerada em face do poder punitivo.** São Paulo:IBCCrim, 2004 in OLIVEIRA, Marcus Vinícius Amorim. **Criminalidade feminina: um fenômeno em transformação,** p. 126-127. Disponível em www.ffb.edu.br/_download/Dialogo_Juridico_n5_11.PDF. Acesso em 29 de maio 2009, p. 09.
- 24) FACEBOOK, **Porque Temos Esperança.** Disponível em <https://www.facebook.com/porquetemosesperanca>. Acesso em 25 de outubro de 2014.
- 25) FACULDADE A DISTÂNCIA Opet. Disponível em <http://www.opet.com.br/educacao-a-distancia/educacao-a-distancia-umarealidade.html>. Acesso em 16 de julho de 2012.
- 26) FERREIRA, Euclides. 2013. P. 27. **Juventude Negra e a Educação nas Prisões.** Recife: Editora Universitária-UFPE, 2013, 229 págs.
- 27) Folha de Pernambuco Digital. **Mulheres.** Disponível em http://www.folhape.com.br/folhape/materia.asp?data_edicao=09/08/2007&mat=55889. Acesso em 20 de agosto de 2009.
- 28) FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão.** Rio de Janeiro: Vozes, 2010.
- 29) _____. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão** in MARTINS, M^a Bernadete Vieira e BARROS, M^a Elizabeth Barros de. **Aprisionamento do Desejo em Corpos Encarcerados: Uma análise das Relações Institucionais num Manicômio Judiciário.** Disponível em [http://www.petpsicologiaufes.com/anaisdajornada/trabalhos/aprisionamento do desejo em corpos encarcerados.pdf](http://www.petpsicologiaufes.com/anaisdajornada/trabalhos/aprisionamento_do_desejo_em_corpos_encarcerados.pdf). Acesso em 18 de junho de 2009.
- 30) FRINHANI, Fernanda de Magalhães Dias, SOUZA, Lídio de. **Mulheres encarceradas e espaço prisional: uma análise de representações sociais.** Psicologia: Teoria e Prática, vol. 7, núm. 1, 2005, pp. 6179, Universidade Presbiteriana Mackenzie.

- 31) _____ **Mulheres encarceradas e espaço prisional**: uma análise de representações sociais, p.61 in OLIVEIRA, Marcus Vinícius Amorim. **Criminalidade feminina: um fenômeno em transformação**. Disponível em www.ffb.edu.br/_download/Dialogo_Juridico_n5_11.PDF Acesso em 29 de maio de 2009, p. 02.
- 32) FUNDAÇÃO TELEFÔNICA. **Economia criativa: um conjunto de visões**. São Paulo: 2012.
- 33) GALBACH, 1995 APUD OLIVEIRA E RIBEIRO, 2010 in NAVARRO, Mariana. **Livres para Parir: A experiência de doular mulheres presas**. Recife: CPFR, 2013.
- 34) GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Terra**. Editora Petrópolis, 2000.
- 35) GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- 36) GODOY, Arilda S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades** in Revista de Administração de Empresas, v. 35, nº 2, mar/abr 1995^a, PP. 57-63.
- 37) GOMES, Luiz Flávio. **RDD e regime de segurança máxima**. Disponível em <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=9061>. Acesso em 10 de agosto de 2009.
- 38) GOS - Gerência de Operações de Segurança da SECRETARIA EXECUTIVA DE RESSOCIALIZAÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. **Mapa diário de totalidade do dia 13 de maio de 2014**.
- 39) Governo quer aumentar nível de escolaridade de presos. Disponível em <http://www.triangulomineiro.com/noticia.aspx?catNot=55&id=5397&nomeCatNot=Turismo>. Acesso em 26 de agosto de 2009.
- 40) GUEDES, Tatiane Gomes. **Cuidando da Saúde Sexual e Reprodutiva de Mulheres Em Privação de Liberdade**. Projeto de Extensão. Departamento de enfermagem da UFPE, 2014.

- 41) _____ International Conference on New Horizons in Education. **Article Title: Health Education: strategy for sexual and reproductive care for women in custody. ISSN: 2146-7358.** Paris, França, 25-27 de junho de 2014.
- 42) GUIMARÃES, Luciano Satler Rosa in LITTO e FORMIGA. **EAD: o estado da arte**, vol 2. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.
- 43) HISTÓRICO DA CPFR fornecido pelas irmãs Ester e Elizabete da Congregação do Bom Pastor em 07 de julho de 2009.
- 44) IFPE- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Disponível em <http://dead.ifpe.edu.br/dead/index.php?not=279>. Acesso em 29/04/2013.
- 45) JUS NAVIGANDI. Disponível em lfg.jusbrasil.com.br/noticias/100652530/artigo-prof-luiz-flavio-gomes-perfil-dospresos-no-brasil-em-2012. Acesso em 10 de fevereiro de 2014.
- 46) LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- regulamentada pelo DL nº 5.622/2005.
- 47) LEP- Lei de Execução Penal. Vade Mecum Saraiva. São Paulo: Saraiva, 2010.
- 48) LITTO, Frederic. **Educar para crescer**. Entrevista. Disponível em <http://educarparacrescer.abril.com.br/aprendizagem/entrevista-frederic-litto527506.shtml>. Acesso em 21 de janeiro de 2012.
- 49) LOMBROSO, C. e FERRERO, G Ferrero. **La Donna delinquente, La prostituta e La Donna normal**, trad. L. Meille, Alcn, 1896.
- 50) MAANEN, John Van. Reclaiming qualitative methods for organizational research: a preface in Administrative Science Quarterly, vol 24, nº 4, December, 1979^a, PP. 520-526.
- 51) _____ in ALVES, Roque de Brito. **Ciência Criminal**. Rio de Janeiro: FORENSE, 1998, p. 259.

- 52) MAIA, Carmem e MATTAR, João. **ABC da EaD. A educação a distância hoje.** 1ª Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007, p.p. 6 e 7; 25 e 27.
- 53) MARTINS, M^a Bernadete Vieira e BARROS, M^a Elizabeth Barros de. **Aprisionamento do Desejo em Corpos Encarcerados:** Uma análise das Relações Institucionais num Manicômio Judiciário. Disponível em [http://www.petpsicologiaufes.com/anaisdajornada/trabalhos/aprisionamento do desejo em corpos encarcerados.pdf](http://www.petpsicologiaufes.com/anaisdajornada/trabalhos/aprisionamento_do_desejo_em_corpos_encarcerados.pdf). Acesso em 18 de junho de 2009.
- 54) MATTAR, João. **Guia de educação a distância.** São Paulo: Cengage Learning, 2011, p. 4.
- 55) MEC- Educação. Secretaria de Educação a Distância. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=865&catid=193%3Aseed-educacaoa-distancia&id=12778%3Alegislacao-de-educacao-adistancia&option=com_content&view=article. Acesso em 24 de abril de 2013.
- 56) MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Execução Penal.** Disponível em <http://portal.mj.gov.br/depen/main.asp?ViewID={FB3ADAA8-2180-4AC8BF99-544D4CC507EA}¶ms=itemID={A539EAEB-7BA2-44C8-94CA0ED71BC9AE74};&UIPartUID={2218FAF9-5230-431C-A9E3E780D3E67DFE}>. Acesso em 15 de janeiro de 2014.
- 57) MISCIASCI, Elizabeth. **Problemas que mulheres presas enfrentam.** Disponível em <http://www.eunanet.net/beth/revistazap/topicos/problemas1.htm>. Acesso em 26 de agosto de 2009.
- 58) _____ **Presídios On line.** Disponível em http://www.eunanet.net/beth/presidios_on_line_18.php. Acesso em 30 de julho de 2009.
- 59) MOORE, Michael G; Kearsley, Greg. **Educação a distância: uma visão integrada.** Tradução Roberto Galman. São Paulo: Cengage Learning, 2011, p.p 2-8-15.

- 60) MORAIS, Isabela Andrade de Lima. Curso Economia Criativa. UFPE, Recife, 11 a 15 de março de 2013.
- 61) MURARO, Rose Marie. **História do Masculino e Feminino**. Rio de Janeiro: ZIT, 2007, p. 46.
- 62) NERI, Heloneida. **O Feminino e o Crime passional**. Disponível em <http://www.psicanaliseebarroco.pro.br/dados/obras/pdf>. Acesso em 08 de agosto de 2009.
- 63) NEVES, José Luiz. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. Caderno de Pesquisas em Administração. São Paulo, v. 1, nº 3, 2º semestre/1996. Disponível em WWW.dcoms.unisc.br/...pesquisaqualitativa
- 64) NUNES, Ivônio Barros. *A história da EAD no mundo* in **Educação a distância: o estado da arte**. Litto, Frederic e Formiga, Marcos. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009, p.p. 2 e 3.
- 65) ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. **Educação na prisão**: Para além das grades: A ausência da escola e a possibilidade de resgate do homem aprisionado. Tese de doutorado. Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Araraquara: 2002, p. 33.
- 66) **Pedra fundamental da Igreja**. Disponível em <http://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20080415164827AAVCyMR>. Acesso em 08 de agosto de 2009.
- 67) PEREIRA E ÁVILA, 2012 in NAVARRO, Mariana. Op. Cit.
- 68) PERNAMBUCO, Governo do Estado. Secretaria de Desenvolvimento Econômico. **Programa PE Criativo**. Recife: 2011.
- 69) PIVA, Jr. Dilermando ... [et al.] **EAD na prática: planejamentos, métodos e ambientes**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, p. 1.

- 70) PORTAL BRASIL. Levantamento mostra escolaridade dos presidiários no País. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/educacao/2012/04/levantamentomostrea-escolaridade-dos-presidiarios-no-pais>. Acesso em 04 de junho de 2014.
- 71) Portal EBC. Disponível em <http://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2013/07/numero-de-presidiarias-maisque-duplicou-em-2012-segundo-depen>. Acesso em 19 fevereiro de 2014
- 72) Porto Digital. Disponível em <http://www.portodigital.org/>. Acesso em 22 de junho de 2014.
- 73) PROFORMAÇÃO.ENSINO É APRENDIZAGEM. Programa de Formação de Professores em Exercício. Disponível em <http://proformacao.proinfo.mec.gov.br/historico.asp>. Acesso em 23 de abril de 2013.
- 74) SANTOS, Charisma Cristina Alves Tomé dos. **Um olhar sobre a Colônia Penal Feminina do Recife: dinâmica e compreensão do perfil da mulher no cárcere**. Recife: Faculdade Integrada do Recife, 2009, 100p. Monografia (Especialização em Segurança Pública).
- 75)SERES. Disponível em <http://www.seres.pe.gov.br/instituicao/apresentacao.php>. Acesso em 10 de agosto de 2009.
- 76)_____ Disponível em <http://www.seres.pe.gov.br/noticia/489/reeducandos-fabricam-pecas-deartesanato/>Acesso em 22 de junho de 2013´.
- 77) SILVA, André Luiz Augusto da. **Ressocialização ou Controle? Uma análise do trabalho carcerário**. Recife, UFPE: 2006, p.131. Monografia (Especialização em Serviço Social), 261p.
- 78) SINDASP-PE. Disponível em <http://www.sindasppernambuco.blogspot.com.br/>. Acesso em 21 de julho de 2014.
- 79) SISTEMA DE INFORMAÇÕES CARCERÁRIAS- SIC.

- 80) SOARES, Bárbara Musumeci e ILGENFRITZ, Iara. **PRISIONEIRAS: Vida e Violência atrás das Grades**. Rio de Janeiro: GARAMOND, 2002, p.64.
- 81) TARCIA e CABRAL in EAD: o estado da arte, vol 2. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012, p. 153.
- 82) TAVARES, Maria. Entrevista concedida ao Globo Repórter em 20-12-13. O modelo de ressocialização de presos criado por dona Maria se transformou no Patronato Lima Drummond. Disponível em <http://g1.globo.com/globoreporter/noticia/2013/12/mulher-abrigou-mais-de-mil-presos-consideradosperigosos-e-acha-que-fez-pouco.html>. Acesso em 21 de dezembro de 2013.
- 83) TELECURSO. G1 Rio de Janeiro. Disponível em <http://g1.globo.com/rio-dejaneiro/noticia/2013/05/telecurso-completa-35-anos-com-seis-milhoes-dealunos-formados.html>. Acesso em 28/05/13.
- 84) UAB- UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL. Disponível em http://www.uab.capes.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6&Itemid=18. Acesso em 24 de abril de 2013.
- 85) UOL EDUCAÇÃO. Disponível em <http://educacao.uol.com.br/noticias/2012/07/10/depois-que-comecei-aestudar-nao-vejo-mais-grades-diz-presos-de-sp-que-faz-pedagogia.htm>. Acesso em 04 de junho de 2014.
- 86) WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/>. Acesso em 22 de agosto de 2009.

APÊNDICE A- Questionário aplicado para 27 detentas da CPFR



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA EXECUTIVA DE RESSOCIALIZAÇÃO
COLÔNIA PENAL FEMININA DO RECIFE

QUESTIONÁRIO ____/____/____

*O presente questionário será aplicado para um grupo de reeducandas recolhidas na CPFR que participarão de oficinas de artesanato, cuja finalidade é conhecer a opinião dessas mulheres sobre o trabalho desenvolvido visando à ressocialização e o autosustento econômico financeiro na vida pós cárcere.

Este instrumento de coleta de dados servirá para embasar a pesquisa científica da dissertação sobre “EAD criativa no cárcere feminino”, desenvolvida no Mestrado Profissional em Tecnologia e Gestão em Educação a distância da UFRPE.

OFICINA: _____

REEDUCANDA MULTIPLICADORA:

1ª) O que você achou da oficina realizada?

- () ótimo
() bom
() ruim

2ª) Gostaria de realizar outras oficinas de artesanato?

- () sim
() não

3ª) Após a sua liberdade, você tem intenção de exercer o que aprendeu na oficina?

- () sim
() não

4ª) O que você aprendeu na oficina pode contribuir para a sua ressocialização e ajudá-la financeiramente?

- () sim
() não

APÊNDICE B- Questionário aplicado para 10 detentas da CPFR



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA EXECUTIVA DE RESSOCIALIZAÇÃO
COLÔNIA PENAL FEMININA DO RECIFE

QUESTIONÁRIO ____/____/____

*O presente questionário será aplicado para um grupo de reeducandas recolhidas na CPFR que NÃO participaram das oficinas de artesanato, cuja finalidade é saber a opinião dessas mulheres sobre os vídeos produzidos.

Este instrumento de coleta de dados servirá para embasar a pesquisa científica da dissertação sobre “Economia criativa no cárcere feminino: um laboratório para a produção de material didático (vídeo) em EAD”, desenvolvida no Mestrado Profissional em Tecnologia e Gestão em Educação a distância da UFRPE.

1ª) Você já fez algum curso a distância? Tem interesse?

() sim

() não

2ª) Você conseguiria fazer os artesanatos propostos apenas assistindo aos vídeos?

() sim

() não

3ª) Você compreendeu os vídeos?

() sim

() não

4ª) O conteúdo abordado nas oficinas foi importante para a sua vida profissional?

() sim

() não

5ª) Você tem acesso ao material necessário para fazer o artesanato das oficinas?

() sim

() não

6ª) O tempo de duração do vídeo foi suficiente para o seu aprendizado?

() sim

() não

ANEXO A - Termo de autorização de uso da imagem e voz



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA EXECUTIVA DE RESSOCIALIZAÇÃO
COLÔNIA PENAL FEMININA DO RECIFE

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ

Neste ato, e para todos os fins em direito admitidos, autorizo expressamente a utilização da minha imagem e voz, em caráter definitivo e gratuito, constante em fotos e filmagens decorrentes da minha participação na pesquisa da dissertação do Mestrado Profissional em Tecnologia e Gestão em Educação a distância, a seguir discriminado:

Programa de Pós-graduação em Tecnologia e Gestão em Educação a Distância

Título da pesquisa: EAD criativa no cárcere feminino

Pesquisadora: Charisma Cristina Alves Tomé Belo

Orientadora: Professora Doutora Isabela Andrade de Moraes

Objetivos principais:

As imagens e a voz poderão ser exibidas: nos relatórios parcial e final da referida pesquisa, na apresentação áudio-visual do mesmo, em publicações e divulgações acadêmicas, em festivais e premiações nacionais e internacionais, assim como disponibilizadas no banco de imagens resultante da pesquisa e na Internet, fazendo-se constar os devidos créditos.

O aluno fica autorizado a executar a edição e montagem das fotos e filmagens, conduzindo as reproduções que entender necessárias, bem como a produzir os respectivos materiais de comunicação, respeitando sempre os fins aqui estipulados.

Por ser esta a expressão de minha vontade, nada terei a reclamar a título de direitos conexos a minha imagem e voz ou qualquer outro.

Recife, _____ de 2014

Assinatura

Nome: _____



ANEXO B- MAPA DE TOTALIDADE DE 13 DE MAIO DE 2014

SECRETARIA EXECUTIVA DE RESSOCIALIZAÇÃO - SERES SUPERINTENDÊNCIA DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA GERÊNCIA DE OPERAÇÕES DE SEGURANÇA - GOS					
RELATÓRIO DO FLUXO MIGRATÓRIO DAS UNIDADES PRISIONAIS					
DATA DO RELATÓRIO dia					
13/05/14					
Região Metropolitana	ANTER.	ENTRADAS		RECAPTURAS	
		ET	EM	RF	RS
PJALLB- Presídio Juiz Antônio Luiz L. de Brito	2.856				
PAMFA - Presídio asp Marcelo Francisco Alves	1.861	20			
PFDB- Presídio Frei Damião de Bozano	1.905	2			
PPBC - Penitenciária Prof. Barreto Campelo - Itamaracá	1.898	33			
PAISJ - Penitenciária Agro-industrial São João-Itamaracá	1.853				
HCTP - Hosp. Custódia e Tratam. Psiquiátrico -Itamaracá	25				
	500				
CPFR - Colônia Penal Feminina do Recife	936	1	4		
CPFP- Colônia Penal Feminina de Paratibe-Abreu e Lima	478				
P.I - Presídio de Igarassu	3.331	1	1		
COTEL - Centro de observação Criminológico e Triagem Prof. Everardo Luna - Abreu e Lima	2.893	32	27		
TOTAL	18.536	89	32	0	0
1					
Unidades Prisionais Interior	ANTER.	ENTRADAS		RECAPTURAS	
		ET	EM	RF	RS
CRA - Centro de Ressocialização do Agreste-Canhotinho	1.075	4			
PJPS - Penitenciária Juiz Plácido de Souza - Caruaru	1.639		5		
PRRL - Presídio Rorinildo da Rocha Leão - Palmares	590		2		
PDAD - Presídio Des. Augusto Duque-Pesqueira	931				
PABA - Presídio Advogado Brito Alves - Arcoverde	1.037		2		
PVSA - Presídio de Vitória de Santo Antão	567	1	2		
P.Sal. - Presídio de Salgueiro	687	1	1		
PDEG - Penitenciária Doutor Edvaldo Gomes - Petrolina	1.299		5		
CPFB - Colônia Penal Feminina de Buíque	403		2		
PEPG - Penitenciária Dr. Ênio Pessoa Guerra-Limoeiro	1.377		1		
TOTAL	9.605	6	20	0	0
SOMA (Região Metropolitana + Interior)	28.141	95	52	0	0
Gerências Reg. Prisionais (Cadeias Públicas)	2.077				
SOMA	30.218	95	52	0	0
Gerências Regionais Prisionais Cadeias Públicas	Homens	Fechado			
		Semi-Aberto			

TOTAL FEMININO	1.941	Unidades Prisionais e Cadeias Públicas	117
TOTAL MASCULINO	28.208		
TOTAL (Masculino e Feminino)	30.149		
ET Entrada por Transferência de outra Unidade Prisional		ST Saída por transferência para outra Unidade Prisional	
EM Entrada por Mandado de Recolhimento ou Mandado de Prisão		SR Saída proveniente de autoriz.p/ Juiz sem escolta	
RF Recaptura do regime fechado		OB Óbito	
RS Recaptura do regime semi-aberto		SA Alvará de Soltura	
RA Retorno por apresentação espontânea		EA Evasão por não retorno de saída autorizada por juiz sem escolta	

DATA DA EMISSÃO 05/07/2013

José Edson Lima

Gerente de Operações de Segurança

Com mais de 6 milhões de formados, Telecurso faz 35 anos e festeja no Rio

Nesta segunda-feira (27), evento celebrou aniversário do sistema de ensino. Ministro da Educação Aloizio Mercadante participou da festa.



O Telecurso está completando 35 anos com mais de seis milhões de alunos formados em todo país. No Rio, cerca de 50 mil alunos estão estudando em escolas públicas usando o programa, que ajudou a mudar a vida de muita gente. Na noite desta segunda-feira (27), o ministro da Educação Aloizio Mercadante, governadores e ex-alunos participaram da festa de aniversário, no Teatro Tom Jobim, no Jardim Botânico, na Zona Sul do Rio.

Na cerimônia, o MEC informou que vai assinar um convênio para levar o Telecurso 2000 a mais estados. O governador de Pernambuco, Eduardo

Campos, disse que fez uma parceria com o Instituto Roberto Marinho para diminuir a distorção de idade de formatura dos estudantes pernambucanos.



Zeca Sérgio Cabral, com entrevista ao governador Camargo Mercadante ao fundo,
durante evento nesta segunda (27)
(Foto: Eny Miranda / Governo do Estado do RJ)

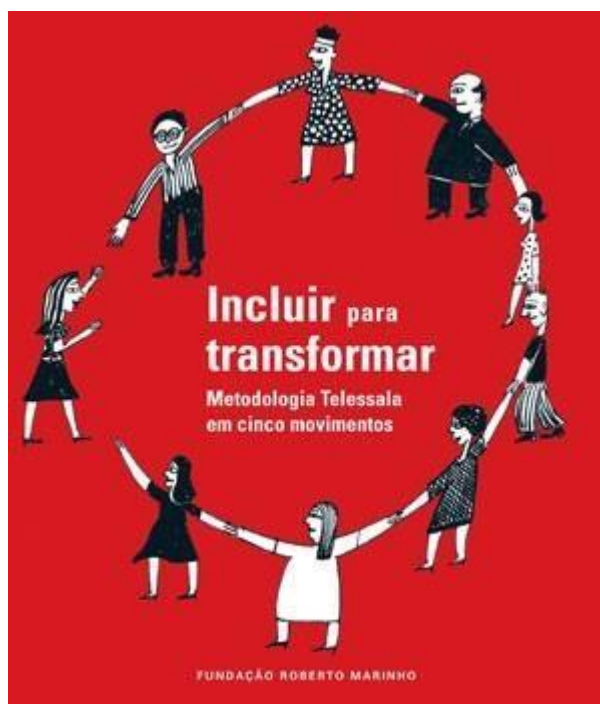
“Tivemos a chegada deste método que respeita a diferença de cada estado, é uma grande vitória conjunta. Por trás de cada formatura tem uma história incrível”, falou Campos.

Há 20 anos, o programa chegou às salas de aula. Virou metodologia reconhecida pelo Ministério da Educação e adotada por governos, empresas e organizações governamentais. O sistema foi incorporado pela Secretaria

Estadual de Educação, em 2007. A defasagem entre idade e série foi reduzida. E hoje são mais de 38 mil alunos aprendendo com o Telecurso.

Lançamento de livro

Na cerimônia de aniversário, também aconteceu o lançamento do livro “Incluir para transformar - Metodologia Telessala em cinco movimentos”. A obra apresenta a metodologia, os pensadores que a inspiraram e a sua prática em sala de aula, levando os leitores a refletirem sobre os desafios da educação no país. O livro traz depoimentos de gestores, professores e estudantes que estão ou já passaram pelas salas de aula do Telecurso, além de fotos e ilustrações sobre a implementação da metodologia. Ele tem ainda um caderno de notas para que os leitores registrem seus pensamentos e suas reflexões referentes às diversas questões que permeiam suas páginas.



Livro traz relatos sobre a experiência da metodologia do Telecurso (Foto: Reprodução)

O Telecurso nasceu nos anos 70, com o objetivo de oferecer aulas pela televisão a milhares de brasileiros que precisavam concluir a escolaridade básica. A partir de 1993, o programa ganhou as salas de aula do país, com a Metodologia Telessala. Em 1995, foram lançados os livros do Telecurso, feitos por autores de referência nas principais universidades brasileiras, com consultoria de especialistas em educação e aspectos cognitivos da aprendizagem. Em 2008, o tradicional programa passou a ser chamado de Novo Telecurso.

O Telecurso tem sido utilizado para enfrentar os problemas mais frequentes no sistema educacional brasileiro, tais como defasagem idade-ano, formação de professores, educação de jovens e adultos, alternativa de oferta de ensino regular para alunos de comunidades dispersas no campo e na floresta e complementação curricular.

O índice de aprovação do Telecurso, que chega a mais de 90%, é um dos principais motivos que levam governos estaduais e municipais a adotar o programa como política pública de educação básica. Como indicador de sua importância para a educação no país, o Telecurso foi escolhido, em 2001, como currículo de referência nacional para a avaliação de jovens e adultos

por meio do Exame Nacional para Certificação de competências de Jovens e Adultos (Encceja).

A tecnologia educacional Telecurso (Metodologia Telessala e material didático) já foi implementada em mais de 32 mil salas de aula, formado mais de 40 mil professores e mais de 6 milhões de estudantes em todo o Brasil. Hoje, mais de 147 mil estudantes na rede pública de ensino de seis estados e duas capitais usam a metodologia como política pública de educação para concluir a escolaridade básica³⁸.

³⁸TELECURSO. G1 Rio de Janeiro. Disponível em <http://g1.globo.com/rio-dejaneiro/noticia/2013/05/telecurso-completa-35-anos-com-seis-milhoes-de-alunos-formados.html>. Acesso em 28 de maio de 2013.

ANEXO D- Notícia do site do IFPE sobre qualidade dos cursos a distância

Cursos a distância superam os presenciais em todos os indicadores de qualidade do e-MEC³³

Tanto no conceito de curso (inclusive no preliminar) quanto no Enade, cursos a distância conseguem percentual superior de aprovação na comparação com presenciais, segundo base de dados e-MEC.

A base de dados e-MEC, que reúne instituições de ensino e cursos de graduação com suas respectivas notas nos indicadores de qualidade utilizados pelo Ministério de Educação (MEC), aponta que, percentualmente, os cursos de educação a distância estão ligeiramente melhor conceituados do que os cursos presenciais em todos os indicadores.

O e-MEC reúne as notas nos indicadores do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), que avalia o conhecimento dos estudantes; do Conceito Preliminar de Curso (CPC), que é composto a partir dos resultados do Enade e por fatores que consideram a titulação dos professores, o percentual de docentes que cumprem regime parcial ou integral (não horistas), recursos didático-pedagógicos, infraestrutura e instalações físicas; e, por fim, as notas do Conceito de Curso (CC), composto a partir da avaliação in loco do curso pelo MEC, e que pode confirmar ou modificar o CPC.

Em todos os três indicadores, os cursos a distância aparecem com percentuais ligeiramente maiores de aprovação (notas 3 a 5) e também com percentuais maiores entre os cursos aprovados com a nota máxima (5). Na análise dos dados do e-MEC, verificou-se um quase empate nos indicadores CC, porém com vantagem para os cursos a distância, nos percentuais de aprovação (notas 3 a 5): 100% dos cursos a distância e 97,7% para os cursos presenciais. No indicador Enade também houve um cenário parecido: 70,5 para cursos a distância e 69,15% para cursos presenciais. Porém, no indicador CPC, houve uma grande diferença em favor dos cursos a distância: 83,7%, e 75,6% para os presenciais. Se forem considerados apenas os percentuais de nota 5, novamente os cursos a distância estão na frente no CC (14,58% a distância e 14% presenciais) e no CPC (2,91% e 2,3%), ficando atrás apenas no Enade (4,5% a distância e 6,15% presenciais).

A busca de dados na base do e-MEC foi feita ontem, dia 20, considerando apenas cursos (não se buscou por instituições de ensino) em todo o país, pagos e gratuitos, nos graus de bacharelado, licenciatura, tecnológico e sequencial. Não se considerou neste levantamento os cursos presenciais ou a distância que não foram avaliados ou que ficaram sem conceito. A busca foi feita pela internet, no endereço <http://emec.mec.gov.br/>. O sistema é atualizado constantemente.

A pesquisadora Márcia Figueiredo, coordenadora geral do Centro Universitário Barão de Mauá e membro da Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED) afirma que o número de cursos avaliados em educação a distância é pequeno na comparação com os presenciais porque ainda "menos de 10% das instituições oferecem educação a distância, isso faz com que o número de instituições avaliadas ainda seja muito pequeno".

³³ IFPE- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Disponível em <http://dead.ifpe.edu.br/dead/index.php?not=279>. Acesso em 29 de abril 2013.

Márcia também acredita que há a necessidade de que seja adotada um política nacional para a educação a distância, principalmente para a educação superior, já que a modalidade a distância não é considerada para este nível no Plano Nacional de Educação.

ANEXO E- reportagem sobre curso de Pedagogia a distância em penitenciária de SP

"Depois que comecei a estudar, não vejo mais grades", diz preso de SP que faz pedagogia.



Da esquerda para a direita: Antonio Marcos de Freitas, Venilton Leonardo Vinci, Benedito Paulo Reis e Matheus Henrique Daniel, condenados na penitenciária 1 de Serra Azul (SP).

O ensino a distância chegou à Penitenciária 1 de Serra Azul, a 300 km da capital paulista, e está transformando a realidade de detentos, como Venilton Leonardo Vinci, 52, que estuda licenciatura em pedagogia desde o início de 2010. Se mantiver o ritmo de estudos, no fim de 2013, ele será o primeiro preso a concluir um curso superior no regime fechado no Estado de São Paulo. "Depois que comecei a estudar, não vejo mais grades", afirma.

Vinci está preso há seis anos, condenado por assaltos reincidentes e por um flagrante de homicídio. Ainda lhe faltam 22 anos para "pagar a dívida com a Justiça", como ele diz. Até lá, o reeducando mantém um dia a dia de estudo e trabalho, o que inclui ser professor de alfabetização na escola do presídio.

A primeira prisão de Vinci ocorreu em 1979 e, desde então, voltou a ser detido sob diversas acusações. Durante os anos de cárcere em diferentes penitenciárias, Vinci começou a aprender inglês com um amigo de cela, e carrega uma Bíblia da Igreja Anglicana neste idioma, que consulta todos os dias. Em Serra Azul, concluiu o ensino médio e teve aulas de braile para auxiliar um detento cego. Um ano depois da conclusão, foi convidado a participar do curso de pedagogia na modalidade de EAD (Ensino a Distância).

Na faculdade de Pedagogia, além de Vinci, outros três detentos fazem o curso: Antonio Marcos de Freitas, 39, Benedito Paulo Reis, 52, e Matheus Henrique Daniel, 30. Todos trabalham como monitores da Funap (Fundação Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel de Amparo ao Trabalhador Preso).

